

**Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas (o “Prospecto”) do**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II**  
CNPJ nº 10.288.809/0001-14

**Classificação da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.**

**Quotas Seniores: “AA”**  
Código ISIN nº BRFDEBCTF001  
Registro CVM nº [ ]

**Quotas Subordinadas: “AA”**  
Código ISIN nº BRFDEBCTF019  
Registro CVM nº [ ]

**Valor da Emissão:**

**R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para as Quotas Seniores**  
**R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) para as Quotas Subordinadas**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de agosto de 2008, através do “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não- Padronizados Precatórios Federais DB II”, celebrado pela Administradora, com prazo de duração de 12 (doze) anos, contados da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após a amortização ou resgate integral das Quotas, o que ocorrer antes, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356”), pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado em 20 de agosto de 2008, sob o nº 858396, tendo sido alterado pelo Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 14 de outubro de 2008, sob o nº 861973, ambos perante o 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o “Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas seniores (as “Quotas Seniores”) e 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), ambas em série única, em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá emitir até 10 (dez) Quotas Seniores, podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitidas novas Quotas Seniores ao amparo do Capítulo XXVI do Regulamento, e até 65 (sessenta e cinco) Quotas Subordinadas. As informações referentes à remuneração, à amortização e ao resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas estão definidas no Regulamento.

O Fundo está ofertando na 1ª emissão, até 10 (dez) Quotas Seniores, e até 65 (sessenta e cinco) Quotas Subordinadas no valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na 1ª (primeira) Data de Emissão, perfazendo o montante de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em Quotas Seniores e até R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) em Quotas Subordinadas.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta oferta e funcionamento do Fundo está condicionada à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

Protocolo CVM datado de 29 de agosto de 2008 e complementado em 17 de outubro de 2008. Registro CVM nº [ ].

As Quotas deverão ser registradas para negociação no mercado primário, no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP, e no mercado secundário, no Sistema de Fundos Fechados – SFF da CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de quotista, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 409”); (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409, e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil – Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados nos termos da Instrução CVM nº 409. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes estejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores De Risco’ deste Prospecto, nas páginas 42 a 48”.

**Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.**

*“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas”.*



*“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador e das demais instituições prestadoras de serviços.”*

Administradora e Distribuidor

**OLIVEIRA TRUST**

Custodiante

**Deutsche Bank**

Empresa de Auditoria



Assessores Legais



Agência de Classificação de Risco



**A data deste Prospecto é 17 de outubro de 2008.**

## **Avisos – ANBID**

*“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.*

*“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.*

*“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.*

*“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.*

*“Este Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Quotistas”.*

---

## Índice

Glossário .....	5
Características Básicas da Distribuição das Quotas no Curso do Programa de Securitização....	14
Veracidade das Informações .....	16
Sumário .....	17
O Fundo .....	17
Público-Alvo .....	18
Fatores de Risco.....	18
A Administradora .....	18
Outros Prestadores de Serviços.....	19
O Custodiante .....	19
Demonstrativo do Custo da Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas.....	21
Modificação da Oferta .....	22
Cronograma Etapas da Oferta.....	22
Procedimento de Colocação.....	23
Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo.....	24
Valores Mínimos de Aplicação.....	24
As Quotas.....	24
Tributação .....	24
Atendimento aos Quotistas .....	26
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas .....	26
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo.....	27
Direitos Creditórios.....	28
Características Básicas do Fundo .....	28
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura .....	28
Desenho Esquemático do Fundo.....	29
Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e de Recebimento e Cobrança de Valores	30
Critério de Elegibilidade .....	31
Eventos de Avaliação.....	31
Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento .....	32
Procedimentos de Dação em Pagamento .....	32
Ordem de Aplicação dos Recursos .....	33
As Quotas .....	34
Características das Quotas Seniores.....	34
Características das Quotas Subordinadas.....	35
Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas.....	36
Valor das Quotas.....	37
Amortização e Resgate das Quotas.....	39
Custos Referentes à Defesa dos Quotistas .....	40
Fatores de Risco .....	42
Introdução .....	42
Fatores Associados ao Investimento no Fundo.....	42
Fatores Associados aos Direitos Creditórios .....	45
Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas .....	49
Utilização dos Recursos .....	52
Direitos Creditórios .....	52

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.....	56
Administradora.....	57
Histórico.....	57
Estrutura e Administração.....	57
Administração de Fundos de Investimento.....	57
Custodiante e Cedente.....	58
Histórico.....	58
Estrutura do Capital .....	59
Atuação em Custódia .....	59
Experiência Profissional dos Administradores .....	59
Demonstrações Financeiras .....	62
Anexos.....	65
Súmula da Agência de Classificação de Risco .....	66
Regulamento .....	67
Termo de Cessão.....	68
Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV – Manuais de Procedimentos da Justiça Federal .....	69
Resolução nº 559.....	70
Parecer Legal .....	71

## GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

### *Definições referentes ao Programa de Securitização*

Ação Judicial	Ação de indenização proposta por Destilaria Rio Brilhante S.A. em face da União Federal, decorrente de prejuízos causados pela fixação de preços dos produtos do setor sucro-alcooleiro, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool, com fundamento na Lei nº 4.870/65, em desacordo com os valores que deveriam ter sido praticados, conforme pesquisa técnica realizada pela FGV. A ação tramitou sob o nº 91.18260-5 perante a 1ª Vara Judiciária de Brasília e foi julgada procedente, com decisão transitada em julgado em 15/02/2000. A execução de sentença tomou o nº 2000.34.00.030313-8 perante a mesma 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, tendo sido julgados improcedentes os embargos interpostos pela União Federal, que foi condenada ao pagamento de R\$ 88.991.365,31, por acórdão transitado em julgado em 27/11/2002, tendo sido determinada a expedição do competente precatório, apresentado em 10/07/2003 e, até o presente momento, foram pagas 4 (quatro) parcelas: R\$ 10.524.656,35 e 10.549.009,33, em 23/06/2005; R\$ 11.626.965,88, em 15/05/2006; e R\$ 12.548.291,08, e 23/04/2007. Ainda existem recursos da União pendentes de julgamento, interpostos contra a decisão que indeferiu medida liminar em ação cautelar da União Federal que visava sustar os levantamentos pelo credor, além de recurso contra a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região que julgou extinta a ação rescisória nº 2002.01.00.007078-0, por meio da qual a União Federal pretendia anular a decisão condenatória, por força de decadência, tendo em vista que a ação foi proposta mais de 2 anos após o trânsito em julgado da referida decisão.
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Afiliada	a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou

	indireto, da respectiva Pessoa
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Escriturador	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Agência de Classificação de Risco	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Andima	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
Assembléia Geral	assembléia geral de Quotistas do Fundo
Bacen	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento
Cedente	o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com sede na capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º a 15º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11
CETIP	Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda

Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante
Contrato de Custódia	Contrato de Custódia, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
CPF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Critério de Elegibilidade	critério para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no Regulamento
Custodiante	Detsche Bank S.A. – Banco Alemão
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização	data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas, observado o disposto no Regulamento, sendo certo que qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação, pela União, de suas obrigações decorrentes do Precatório Adquirido, será considerado um Evento de Avaliação
Data de Apuração <sub>i</sub>	o <i>i</i> -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios à Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade da Cedente, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, descritos no respectivo Termo de Cessão
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Data de Notificação de Pagamento	com relação a cada pagamento anual do Precatório Adquirido, data em que a União notifica o Poder

	Judiciário que os valores destinados aos pagamentos anuais do referido Precatório foram transferidos ao Poder Judiciário, nos termos da legislação aplicável
Dia Útil	todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais
Direito Creditório	direitos creditórios detidos pela Cedente contra a União em decorrência de sentenças transitadas em julgado na Ação Judicial, os quais foram caracterizados pela emissão do Precatório em favor da Reclamante
Documentos Comprobatórios	documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em sentença e certidão de objeto e pé do Precatório
Documentos da Securitização	conjunta ou isoladamente, o Regulamento, o Termo de Cessão, o Contrato de Custódia, o Prospecto e os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo
Emenda Constitucional nº 30	Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Evento de Avaliação	eventos que poderão ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fundo	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB II
Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios	não pagamento pela União das obrigações decorrentes do Precatório Adquirido, no mesmo exercício social em que esteja previsto o seu respectivo pagamento, nos termos da Emenda Constitucional nº 30
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Instituições Autorizadas	instituições financeiras de primeira linha, incluindo o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, bem como instituições financeiras com classificação de risco ( <i>rating</i> ) igual ou superior a “BrAA-“, emitida pela Standard & Poor’s, ou classificação de risco ( <i>rating</i> ) equivalente, emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou pela Fitch Ratings Brasil Ltda.

Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 444	Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores
Investidores Qualificados	investidores aptos a adquirir Quotas do Fundo, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável
IPCA-15	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 – IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE
IPCA-E <sub>Anterior</sub>	número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso
IPCA-E <sub>i</sub>	número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à Data de Apuração <sub>i</sub> . Caso o número índice do IPCA-E <sub>i</sub> não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração <sub>i</sub> , o IPCA-E <sub>i</sub> será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) das variações do número índice do IPCA, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, o mês anterior à Data de Apuração <sub>i</sub>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Meta de Rentabilidade Prioritária	a rentabilidade alvo das Quotas Seniores, equivalente à variação do IPCA-E acrescida da MetaRemuneração
MetaRemuneração	11% ao ano
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios
Parcela Recebida	valor decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios de

	titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo
Patrimônio de Referência	o produto entre (i) o Valor Unitário de Referência e (ii) o pelo número de Quotas Seniores em Circulação, calculado todo Dia Útil
Patrimônio Líquido	o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, subtraídas as exigibilidades
Percentual de Precatório Amortizado	o Percentual de Precatório Amortizado será calculado como a fração entre (i) a Parcela Recebida; e (ii) o Saldo Agregado Atualizado dos Precatório Adquirido
Periódico	periódico “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento
Pessoas	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
PIS	Programa de Integração Social
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado na aquisição de Direitos Creditórios
Prazo Útil <sub>i</sub>	número de Dias Úteis entre (1) a 1ª Data de Emissão ou a última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso inclusive, e (2) a Data de Apuração, exclusive
Precatório	instrumento que representa as requisições judiciais de pagamento, expedido pelo juiz da execução existente na Ação Judicial
Precatório Adquirido	Precatório de titularidade do Fundo
Pro-Rata <sub>Anterior</sub>	a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês referente à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso, (inclusive) e (2) a 1ª Data de Emissão ou última Data de Amortização, conforme o caso, (exclusive) pelo (ii)

	número de Dias Úteis existentes no mês da 1ª Data de Emissão ou da última Data de Amortização, conforme o caso
Pro-Rata <sub>i</sub>	a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês da Data de Apuração <sub>i</sub> (inclusive) e (2) a Data de Apuração <sub>i</sub> (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da Data de Apuração <sub>i</sub>
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire da Cedente Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas
Proj IPCA <sub>Anterior</sub>	Proj IPCA <sub>i</sub> com referencia à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso
Proj IPCA <sub>i</sub>	a projeção da variação do IPCA vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração <sub>i</sub> , conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração <sub>i</sub> , o Proj IPCA <sub>i</sub> será determinado como o Proj IPCA <sub>i-1</sub> (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior)
Prospecto	presente prospecto de distribuição de Quotas do Fundo
Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso
Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	titulares das Quotas
Razão de Garantia	fração cujo numerador é o valor atualizado das Quotas Seniores e o denominador é o valor do Patrimônio Líquido
Reclamante	Rio das Pedras Participações S.A., sociedade anônima com sede no Bairro Costa Pinto, s/n, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.037.034/0001-57, incorporadora da Destilaria Rio Brilhante S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.546.880/0001-73
Regime de Caixa	metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por meio da qual a

	base de cálculo para apuração dos valores devidos aos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pela União e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo
Regulamento	regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II, e suas alterações posteriores
Reserva de Caixa	parcela do Patrimônio Líquido, a ser aplicado em outros ativos, equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo
Resolução CMN nº 2.682	Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999
Resolução CMN nº 2.907	Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001
Saldo Agregado Atualizado dos Precatório Adquirido	a soma dos saldos atualizados de cada Precatório Adquirido, que por sua vez serão determinados como o valor nominal de cada Precatório Adquirido, corrigido pela variação do IPCA-E e sujeito à incidência de juros, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 e de acordo com a descrição da tabela apresentada no Regulamento, e deduzido das Parcelas Recebidas correspondentes ao referido Precatório Adquirido
Seção	seções deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF
STF	Supremo Tribunal Federal
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos de Securitização

Taxas DI	Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis
TED	transferência eletrônica disponível
Termo de Adesão	documento preparado na forma de anexo do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Termo de Cessão	termo de cessão, lavrado sob a forma de escritura pública, firmado entre a Cedente, conforme o caso, e o Fundo, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade da Cedente
União	União Federal
Valor Unitário Base ou VUB	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª Data de Emissão, e, em cada Data de Amortização de Quotas, após o pagamento da respectiva amortização de Quotas Seniores, o Valor Unitário Base será equivalente: (1) ao Valor Unitário de Referência, apurado com referência à abertura de cada Data de Amortização de Quotas, deduzido (2) do montante efetivamente pago a título de amortização de cada Quota Sênior
Valor Unitário de Referência ou VUR	Valor Unitário de Referência (VUR) válido para o <i>i</i> -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO**

Emissor:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II
Classe de Quotas:	2 classes, sendo:  1 série da classe de Quotas Seniores, dividida em até 10 Quotas Seniores, salvo na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI do Regulamento  1 série da classe de Quotas Subordinadas, dividida em até 65 Quotas Subordinadas
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal
Preço Unitário das Quotas Subordinadas:	R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal
Valor Mínimo de Aplicação de Quotas:	o valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00
Público Alvo:	(i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução da CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409, bem como investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes

Agência de Classificação de Risco:

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Data de Emissão:

data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas, em moeda corrente nacional e/ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil

Liquidação Financeira

a amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas; ou (ii) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento

*Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.*

## **VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Neste sentido, a Administradora declara que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, que também atua como distribuidora, declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora ou na CVM.

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.*

## **SUMÁRIO**

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

### **O Fundo**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II foi constituído em 20 de agosto de 2008, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 12 anos, contados da 1ª Data de Emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das Quotas, conforme o caso, o que ocorrer antes. O Regulamento foi registrado em 20 de agosto de 2008 no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 858396. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 29 de agosto de 2008 e complementados em 17 de outubro de 2008.

A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou co-obrigação da Cedente e/ou de qualquer de suas Afiliadas. A Cedente não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União e de suas autarquias. A Cedente é somente responsável pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na respectiva Data de Aquisição, nos termos descritos nos respectivos Termos de Cessão.

A Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, e pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Cedidos; e (ii) do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do Regulamento, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência e liquidez.

Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, admitindo-se ainda que Quotas poderão ser subscritas e integralizadas através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP, observados os procedimentos e as rotinas e os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais sejam admitidas.

## **Público-Alvo**

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução da CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

## **Fatores de Risco**

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

*Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

## **A Administradora**

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*

## Outros Prestadores de Serviços

<b>Auditoria:</b>	KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 São Paulo – SP
<b>Agência de Classificação de Risco:</b>	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 110, 7º andar 04542-000 São Paulo – SP
<b>Custódia:</b>	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º a 15º andares 04538-132 São Paulo – SP
<b>Agente Escriturador:</b>	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º a 15º andares 04538-132 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Serviços.

## O Custodiante

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º a 15º andares, inscrita no CNPJ sob nº 62.331.228/0001-11, é a instituição responsável pelas atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo;
- validar os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo em relação ao Critério de Elegibilidade;
- operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:

- i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
  - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pela Cedente ou seus respectivos Agentes; e
  - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” acima;
- g) acolher em contas correntes de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, na forma descrita no Regulamento;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no respectivo Termo de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

*Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.*

### **Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo**

<b>Taxa de Administração:</b>	remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente a 0,10% ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, limitado a R\$ 100.000.000,00 acrescido do valor equivalente a 0,05% ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00, ambos pagáveis mensalmente à razão de 1/12 e apurados no último Dia Útil de cada mês; e (ii)
-------------------------------	---

	R\$ 6.000,00, nos primeiros 12 meses de operação do Fundo, e, para os anos subsequentes, R\$ 7.500,00. A primeira remuneração devida à Administradora, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.
<b>Taxa de Ingresso:</b>	Não há.
<b>Taxa de Saída:</b>	Não há.
<b>Taxa de performance:</b>	Não há.
<b>Encargos do Fundo:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de Administração;</li> <li>2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;</li> <li>3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;</li> <li>4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;</li> <li>5. honorários e despesas da Empresa de Auditoria;</li> <li>6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;</li> <li>7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;</li> <li>8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;</li> <li>9. taxas de custódia de ativos do Fundo;</li> <li>10. contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;</li> <li>11. despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e</li> <li>12. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do Regulamento.</li> </ol>

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

### Demonstrativo do Custo da Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas

<b>Custo</b>	<b>% em relação ao valor da Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas (R\$ 75.000.000,00)</b>	<b>Montante (R\$)</b>
Comissão de Estruturação	0,000%	0,00
Taxa de Registro na CETIP	0,001%	675,75
Taxa de Registro na Anbid	0,002%	1.500,00
Taxa de Registro na CVM	0,196%	146.870,00
Despesas com a publicação de anúncios da distribuição (*)	0,005%	3.500,00
Agência Classificadora de Risco	0,044%	33.000,00
Honorários de advogados	0,087%	65.000,00
<b>Total</b>	<b>0,334%</b>	<b>250.545,75</b>

(\*) Valores estimados

## **Custo Unitário de Distribuição da 1ª emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas**

<b>Valor Unitário de cada Quota Sênior e das Quotas Subordinadas</b>	<b>Custo Unitário de Distribuição de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada</b>	<b>% em relação ao valor unitário de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada</b>
R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.340,61	0,334%

### **Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores eventualmente pelos investidores.

### **Cronograma Etapas da Oferta**

<b>Evento</b>	<b>Data Estimada*</b>
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	29/08/2008
Disponibilização do Prospecto Definitivo	17/10/2008
Data de Registro na CVM	31/10/2008
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas	03/11/2008
Início do Procedimento de Distribuição	03/11/2008
Liquidação Financeira	03/11/2008
Data máxima para encerramento da Distribuição e publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	02/05/2009

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

## Procedimento de Colocação

- A Administradora será responsável pela distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas. Não será firmado contrato de distribuição com entidades integrantes do sistema de distribuição valor mobiliários.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta oferta e o funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quotas Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

- **Garantia de Liquidez:** não será celebrado contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem foi constituído fundo de sustentação.

As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, pelo respectivo subscritor.

Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

## Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

Em até 90 dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar no mínimo 50% e no máximo 100% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios. Observados os limites de concentração definidos nesta Seção e respeitada a Reserva de Caixa, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento:

1. títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
2. operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, contratadas com Instituições Autorizadas; ou
3. quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam (i) a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens “1” e “2” acima, e (ii) a realização de operações com derivativos, desde que para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas, observado o disposto no Regulamento.

O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante e/ou de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.

### **Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo**

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante.

### **Valores Mínimos de Aplicação**

Aplicação Inicial em Quotas Seniores	R\$ 1.000.000,00
Aplicação Inicial em Quotas Subordinadas	R\$ 1.000.000,00

Tabela 4: Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.

### **As Quotas**

*Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.*

### **Tributação**

*O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo*

#### **• Quotistas Residentes no Brasil**

Sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das cotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do Fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

Em face de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, existe uma dúvida pertinente à aplicação do regime de retenção semestral de IR-Fonte (come-cotas), em valor equivalente a 20% (relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (rendimentos relativos a fundos de longo prazo), uma vez que a legislação vigente não é suficientemente clara neste sentido. Assim, até que haja definição sobre a necessidade de retenção semestral, a Administradora não adotará tal procedimento de retenção, o qual poderá ser eventualmente alterado caso fato ou ato superveniente determine a aplicação deste procedimento sobre o Fundo.

Por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas acima apresentada.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista. Por fim, há incidência do Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro – IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação.

#### • **Quotistas Residentes no Exterior**

Aos Quotistas residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN nº 2.689, é aplicável tratamento tributário específico.

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento), independentemente do prazo da carteira do Fundo.

## **Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e *e-mail*:

### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

At. Sr. José Alexandre Freitas

e-mail: [fundos@oliveiratrust.com.br](mailto:fundos@oliveiratrust.com.br)

Site: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

## **Críticos de Divulgação de Informações aos Quotistas**

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.

A divulgação das informações previstas no Regulamento deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e por meio de carta registrada enviada aos representantes dos Quotistas, devendo estas ser mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## **Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo**

### *Termo de Cessão*

A formalização da cessão ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente, se dará por meio de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo Juízo. Por meio do Termo de Cessão processa-se a transferência dos Direitos Creditórios ao Fundo. Pela cessão contratada o Fundo pagará ao Cedente o valor aproximado de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

### *Contrato de Custódia*

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, firmará o “*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças*” por meio do qual contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356 e no Regulamento do Fundo (Capítulo XI). Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante fará jus a remuneração de, no mínimo R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, a ser paga diretamente pelo Fundo. Poderá ser cobrada taxa adicional no caso de ocorrer eventos pontuais.

### *Contrato de Distribuição*

Não será celebrado contrato de distribuição para as Quotas.

### *Escrituração de Quotas*

O Custodiante do Fundo será, ainda, contratado para ser o responsável pelos serviços de escrituração das Quotas, através do Contrato de Custódia. Neste sentido, caberá ao Custodiante, na qualidade de agente escriturador de quotas, o registro e controle das Quotas em nome dos respectivos titulares, registradas em contas de depósito, mantidas no agente escriturador, nos sistemas de negociação e liquidação em que as Quotas venham a ser admitidas. Não será cobrado qualquer tipo de remuneração adicional pela prestação dos serviços acima referidos.

Dentro do programa de securitização, o Agente Escriturador deverá implantar um sistema de escrituração, com a finalidade de formar o banco de dados de investidores do Fundo, na totalidade das Quotas emitidas, incluindo como informações (i) a identificação dos cotistas; (ii) as quantidades, espécies e formas dos ativos, por Quotista; (iii) quando for o caso, o usufruto, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer cláusulas ou ônus que recorram sobre as Cotas; e (iv) os valores correspondentes a eventos em espécie já distribuídos e não prescritos, por Quotista, visando a continuidade dos pagamentos até o prazo legal.

## **Direitos Creditórios**

*Vide Seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto.*

## **CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO**

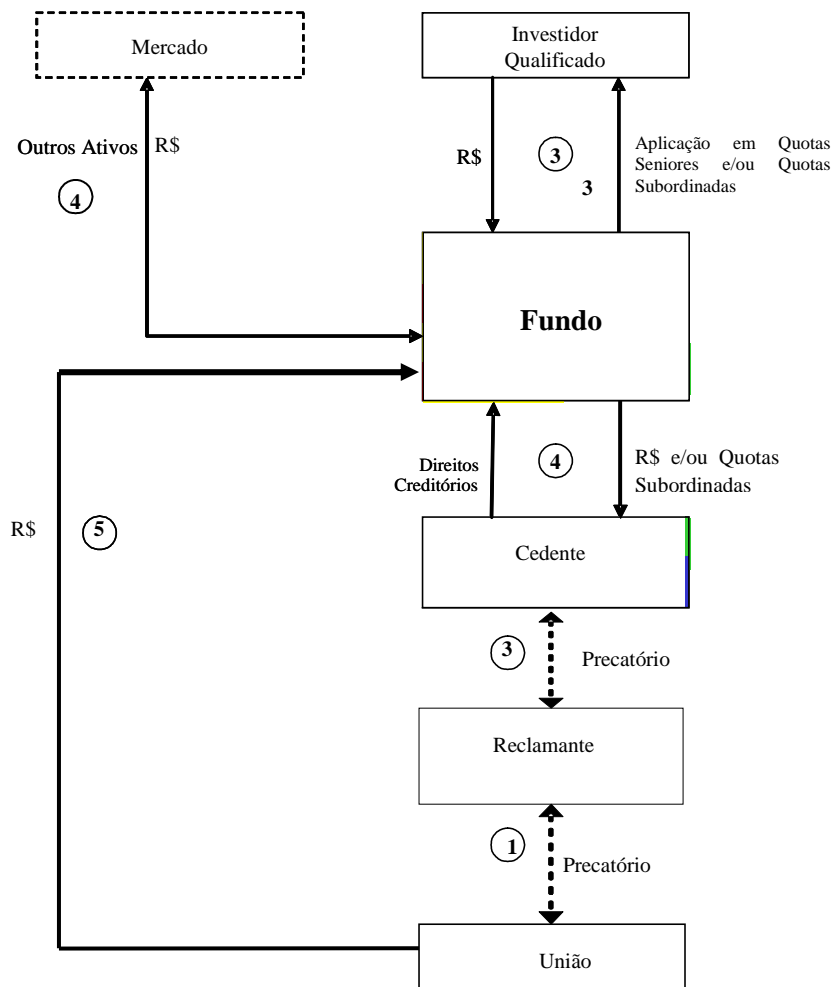
*O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do mesmo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.*

### **Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura**

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios da Cedente utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização de Quotas.

## Desenho Esquemático do Fundo



Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. A Reclamante detém direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa decorrentes de sentença transitada em julgado na Ação Judicial, os quais são representados pelo Precatório emitido em favor da Reclamante.
2. A Reclamante, por meio de Escrituras Públicas de Cessão de Créditos, cede parcelas do Precatório à Cedente
3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas por Investidores Qualificados.
4. O Fundo adquire Direitos Creditórios da Cedente e Outros Ativos , utilizando-se das verbas recebidas em “3” acima.
5. Os recursos decorrentes do pagamento, pela União, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo e posteriormente transferidos aos Quotistas em Regime de Caixa quando da amortização ou resgate de suas respectivas Quotas.

## **Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e de Recebimento e Cobrança de Valores**

Cada cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo Juízo.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios da Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.

Observado o disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo ao(s) Cedente(s), será calculado tomando-se como parâmetro (i) a taxa interna de retorno da “Nota do Tesouro Nacional – Série B”, conforme divulgado pela ANDIMA, de duração mais próxima ao prazo médio de vencimento do respectivo Direito Creditório, acrescida de uma sobretaxa de risco acordada entre as partes, que, necessariamente, deverá ser entre 0% e 11%; e (ii) a variação do IPCA-E.

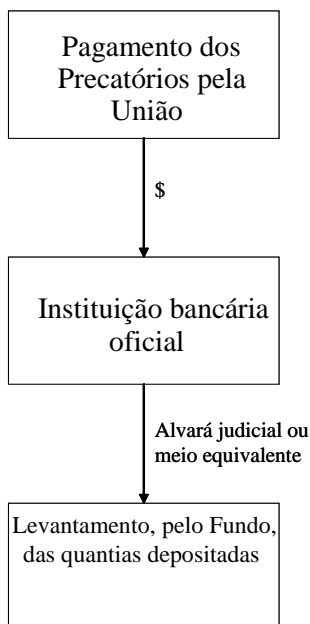
O respectivo Termo de Cessão será levado à Ação Judicial, para que a União seja intimada judicialmente da respectiva cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAF, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios cedidos.

No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos da União para o Poder Judiciário até o último dia do respectivo ano. Após esta transferência, o Tribunal Regional Federal competente deposita o valor recebido em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada e envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública. Também é possível acompanhar os depósitos efetuados em pagamento dos precatórios pela *Internet*, sendo que a Administradora deverá tomar as providências necessárias para que haja um acompanhamento diário acerca dos pagamentos efetuados pela União a fim de que, antes mesmo da intimação das partes, já seja possível requerer o levantamento das quantias depositadas.

O Fundo contratará escritório de advocacia especializado para atuar nos procedimentos relacionados acima, referentes ao levantamento das quantias depositadas.

Nos termos do Regulamento, qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação pela União, com relação ao pagamento do Precatório Adquirido será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

Os procedimentos de recebimento de valores, pelo Fundo, podem ser representados graficamente da seguinte maneira:



Fluxo 2: Procedimentos de Recebimento de Valores.

### **Critério de Elegibilidade**

Os Direitos Creditórios adquiridos da Cedente pelo Fundo, nos termos de cada Termo de Cessão, deverão ser decorrentes do Precatório, sendo este o único Critério de Elegibilidade aplicável ao Fundo.

### **Eventos de Avaliação**

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou de contestação pela União com relação ao pagamento do Precatório Adquirido;
- b) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- c) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover, (i) inicialmente, o resgate das Quotas Seniores, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento e, posteriormente, (ii) promover o resgate das Quotas Subordinadas, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

*Vide Regulamento, Capítulo XXII – “Dos Eventos de Avaliação”.*

### **Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento**

No curso normal do Programa de Securitização, a Razão de Garantia será equivalente a, no máximo 1 e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%. Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Razão de Garantia caso esta seja equivalente a 1, isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação.

### **Procedimentos de Dação em Pagamento**

Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 ano contado da deliberação dos Quotistas referida no Regulamento, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido abaixo.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O

quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil acima referido e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

*Vide Regulamento, Capítulo XXIII – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.*

### **Ordem de Aplicação dos Recursos**

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, sendo certo que os Quotistas devem aprovar, em Assembléia Geral, qualquer encargo cujo montante individual ultrapasse R\$ 50.000,00 ou valor equivalente em outras moedas;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Seniores, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- d) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- e) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) na amortização das Quotas Seniores; e

g) na amortização das Quotas Subordinadas.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos aqui definida e a política de investimento do Fundo constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido, conforme o caso, (a) entre a Data de Início e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente à Data de Início; ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$ 100.000,00 a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios.

*Vide Regulamento, Capítulo XX – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.*

## **AS QUOTAS**

*Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.*

O Fundo emitirá 01 classe de Quotas Seniores e 01 classe de Quotas Subordinadas”), ambas em série única, em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá emitir até 10 Quotas Seniores, podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitidas novas Quotas Seniores ao amparo do Capítulo XXVI do Regulamento, e até 65 Quotas Subordinadas. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas abaixo descritas, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo ou no curso dos procedimentos de dação em pagamento definidos no do Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador.

### **Características das Quotas Seniores**

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;

- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quotas com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão, tem seu valor apurado na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto;
- e) poderá ser amortizadas na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Amortização e Resgate das Quotas*”, deste Prospecto,, sendo que o prazo de duração das Quotas Seniores do Fundo coincide com o Prazo de Duração;
- f) não obstante o limite máximo de 10 Quotas Seniores emitidas, nos termos da seção *Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Custos Referentes à Defesa dos Quotistas*” deste Prospecto, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

*Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas” e Capítulo XXVI – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Seniores”.*

### **Características das Quotas Subordinadas**

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão, tem seu valor apurado na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto;
- e) não obstante o limite máximo de 10 Quotas Seniores emitidas, nos termos da seção *Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Custos Referentes à Defesa dos Quotistas*” deste Prospecto, os Quotistas Subordinados poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e

integralização de novos Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus créditos, interesses e prerrogativas; e

- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada legitimara seu titular a participar com 01 voto.

*Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas”.*

### **Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida na seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto, na data em que as respectivas contraprestações sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo. As Quotas Seniores poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pelo respectivo subscritor.

Em cada Data de Emissão o Fundo deverá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, sendo certo que a razão entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas emitidas; e (ii) o valor agregado das Quotas Seniores emitidas deverá ser igual ou maior a 10 (dez), salvo na hipótese de emissão de novas Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI do Regulamento.

O Fundo emitirá 1 classe de Quotas Seniores e 1 classe de Quotas Subordinadas, ambas em série única, em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá emitir até 10 Quotas Seniores, podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitidas novas Quotas Seniores para assegurar a defesa dos interesses direitos e prerrogativas do Fundo, e até 65 Quotas Subordinadas.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de todas as Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta Oferta e o funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação do anúncio de início, será cancelado, pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00.

A confirmação dos investimentos feito pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade das contrapartidas confiadas pelos Quotistas à Administradora.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação no mercado primário e secundário na CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Caberá a Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas nos sistemas de negociação acima referidos.

### **Valor das Quotas**

O valor de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou, nas hipóteses previstas neste Regulamento, resgate, sendo que este será equivalente a um dos valores abaixo, conforme o caso:

- a) caso o valor do Patrimônio Líquido seja inferior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá à divisão (i) do valor do Patrimônio Líquido apurado na abertura do dia (ii) pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior; ou
- b) caso o valor do Patrimônio Líquido seja superior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá ao Valor Unitário de Referência.

O Patrimônio de Referência será calculado todo Dia Útil, sendo equivalente ao produto entre (i) o Valor Unitário de Referência e (ii) pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior.

O Valor Unitário de Referência será calculado todo Dia Útil através da seguinte expressão:

$$VUR_i = VUB \times \frac{IPCA - E_i}{IPCA - E_{Anterior}} * \frac{(1 + ProjIPCA_i)^{Pr o-Rata_i}}{(1 + ProjIPCA_{Anterior})^{Pr o-Rata_{Anterior}}} \times (1 + MetaRemuneração)^{\frac{PrazoÚtil}{252}}$$

onde:

$VUR_i$  é o Valor Unitário de Referência válido para o  $i$ -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão;

$VUB$  é o R\$ 1.000.000,00 a partir da 1ª Data de Emissão, e, em cada Data de Amortização de Quotas, após o pagamento da respectiva amortização de Quotas Seniores, o Valor Unitário Base será equivalente: (1) ao Valor Unitário de Referência, apurado com referência à abertura de cada Data de Amortização de Quotas, (2) deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização de cada Quota Sênior;

$IPCA-E_i$  significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à Data de Apuração $_i$ . Caso o número índice do  $IPCA-E_i$  não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração $_i$ , o  $IPCA-E_i$  será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, o mês anterior à Data de Apuração $_i$ , na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à Data de Apuração, será utilizado a Proj IPCA;

$IPCA-E_{Anterior}$  significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso. Caso o número índice do  $IPCA-E_{Anterior}$  não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração $_i$ , o  $IPCA-E_{Anterior}$  será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, será utilizado a Proj IPCA;

MetaRemuneração significa 11% ao ano; e

PrazoÚtil $_i$  significa o número de Dias Úteis entre (1) a 1ª Data de Emissão ou a última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, inclusive, e (2) a Data de Apuração $_i$ , exclusive.

Proj IPCA $_i$  significa a projeção da variação do IPCA vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração $_i$ , conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração $_i$ , o Proj IPCA $_i$  será determinado como o Proj IPCA $_{i-1}$  (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior);

Proj  $IPCA_{Anterior}$  significa o número Proj  $IPCA_i$  com referência à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso;

Pro-Rata $_{Anterior}$  significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês referente à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso, (inclusive) e (2) a 1ª Data de Emissão ou última Data de Amortização, conforme o caso, (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da 1ª Data de Emissão ou da última Data de Amortização, conforme o caso; e

Pro-Rata $_i$  significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês da Data de Apuração $_i$  (inclusive) e (2) a Data de Apuração $_i$  (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da Data de Apuração $_i$ .

O valor de cada Quota Subordinada, em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor do somatório das Quotas Seniores, apurado na forma acima, e da Reserva de Caixa, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação na ocasião.

*Vide Capítulo XVI – “Do Valor das Quotas” do Regulamento.*

### **Amortização e Resgate das Quotas**

No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento, em até 3 Dias Úteis após o efetivo recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida, sendo certo que o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Sênior em cada Data de Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será equivalente ao produto (i) do valor da Quota Sênior, apurado na abertura respectiva Data de Amortização de Quotas, e (ii) o Percentual de Precatário Amortizado. O restante dos recursos disponíveis para amortização de Quotas pelo Fundo, caso existente, será destinado à amortização de Quotas Subordinadas.

Em cada data de recebimento, pelo Fundo, de cada Parcela Recebida, será calculado o Percentual de Precatário Amortizado, através da divisão entre (i) a Parcela Recebida; e (ii) o Saldo Agregado Atualizado do Precatário Adquirido.

O Saldo Agregado Atualizado do Precatário Adquirido será determinado como a soma dos saldos atualizados de cada Precatário Adquirido, que por sua vez serão determinados como o valor nominal de cada Precatário Adquirido, corrigido pela variação do IPCA-E e sujeito à incidência de juros, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 e de acordo com a descrição da tabela apresentada no Regulamento, e deduzido das Parcelas Recebidas correspondentes ao referido Precatário Adquirido.

Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor de abertura da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Caso o Fundo deixe de atender à Alocação Mínima de Investimento, a Administradora deverá promover a amortização compulsória e proporcional de Quotas, observados os procedimentos descritos acima, de forma que, computada *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação Mínima de Investimento.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios, por meio de procedimentos de dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

*Vide Regulamento, Capítulo XVII – “Da Amortização e Resgate das Quotas”.*

### **Custos Referentes à Defesa dos Quotistas**

Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos aqui descritos, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma aqui citada, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta Seção e da assunção, pelos

Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos aqui descritos, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

*Vide Regulamento, Capítulo XXVI – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Quotistas”.*

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

### Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.

### Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.
- b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios, conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade

para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

- c) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- d) **Risco de pagamento antecipado do Precatório Adquirido.** O prazo máximo de liquidação do Precatório pela União é de 10 anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. Assim, caso a União opte por liquidar o Precatório Adquirido em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- e) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco aqui descritos, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- h) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Regulamento, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do

Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante e a Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

- i) **Possibilidade de novos aportes de recursos** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do Regulamento.
- j) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas Seniores é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, prestada pela Administradora, pelo Custodiante, qualquer Cedentes, suas Afiliadas e/ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade destas Quotas será inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária.
- k) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas.** As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo este calculado nos termos do Regulamento. Caso o valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores e da Reserva de Caixa seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.
- l) **Conflito de interesses entre o Cedente e o Custodiante.** O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

## **Fatores Associados aos Direitos Creditórios**

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos do Precatório Adquirido alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente não assume quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e de suas autarquias. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e de suas autarquias.
- c) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- d) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, caput e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo

100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.

- e) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- f) **Remuneração da conta individualizada.** O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízes de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.
- g) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual

artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- h) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% sobre o montante pago, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Assim, se comprovada a condição de isenção dos valores, tal como acontece com o Fundo, não deveria haver incidência do imposto de renda na fonte. Na prática, no entanto, têm ocorrido situações em que a instituição financeira responsável pelo pagamento tem negado a dispensa da retenção do imposto, obrigando o cessionário do precatório a obter prévia autorização judicial para efetuar o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto. Verifica-se, também, que muitos juízes ainda negam ao cessionário comprador o levantamento das quantias depositadas, a despeito da declaração de isenção, mesmo se tratando de pessoa isenta ou entidade não personificada (i.e., instituições financeiras, fundo de investimento), não sujeitas à retenção de impostos de renda na fonte, nos termos da legislação aplicável. Isso se dá pelo fato de não ocorrer à alteração do nome do beneficiário (cedente) no SIAF, e de a Caixa Econômica Federal manter em seu sistema o CPF/CNPJ do cedente. Como cada alvará de levantamento é expedido pelo Ofício judicial em que tramita o processo, diferentes procedimentos têm sido verificados na prática, não sendo possível, de antemão, afirmar se o cessionário do crédito enfrentará ou não problemas com indevida retenção de imposto de renda no momento do levantamento. Assim, a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, poderá ter de ingressar com medidas judiciais solicitando o levantamento de quantias sem a retenção do imposto de renda acima referido.
- i) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo

será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, o credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados pelo Precatório. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados pelo Precatório, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis ao credor, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.

- j) **Quanto à substituição da Reclamante pelo Fundo na Ação Judicial.** Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e da Reclamante, a inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação Judicial, como beneficiário do Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que poderá ensejar a necessidade de interposição de recursos e em eventual demora maior para efetuar os levantamentos dos valores pagos.
- k) **Risco de não inclusão dos pagamentos do Precatório Adquirido no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento do Direito Creditório, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos aqui descritos, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

*Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco”.*

## POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como Cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

Considerando-se que a Cedente dos Direitos Creditórios e o Custodiante são a mesma pessoa jurídica, cabe informar que a Administradora e suas Afiliadas não mantêm qualquer outro tipo de relação comercial ou de prestação de serviços com as Pessoas acima referidas com exceção da prestação de serviços de administração de quatro fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”). Nestes casos, o Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, conforme abaixo:

**O Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.429.055/0001-23, com prazo de vencimento indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao valor correspondente a 0,30% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 17.252,00, podendo este valor ser atualizado monetariamente a cada período de 12 meses, após prévia autorização dos cotistas em assembléia geral, acrescido dos seguintes valores: **(i)** o valor equivalente a 4% ao ano sobre o patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no Regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 60.000,00, atualizados conforme estabelecido no regulamento; **(ii)** o valor fixo mensal de (a) R\$ 3,00 por cotista, e (b) R\$ 4.900,00; e **(iii)** o valor de (a) R\$ 4,00 por resgate de cotas, por cotista, e (b) R\$ 3.500,00 a ser pago anualmente para elaboração das demonstrações financeiras, tendo o direito de receber ainda, taxa de desempenho equivalente a 10% da valorização das cotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 110% da Taxa DI, no período de cálculo da taxa de desempenho; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente à parcela da taxa de administração descrita nos subitens **(ii)** e **(iii)** acima, a título de controladoria do fundo e escrituração das cotas do fundo. As remunerações previstas nos itens **(i)** e **(ii)** deste item serão deduzidas do valor a ser pago para a instituição administradora a título de taxa de administração e de taxa de desempenho, conforme o caso.

**O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.296.935/0001-06, com encerramento previsto para 11 de abril de 2011, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente **(i)** ao valor correspondente ao maior valor entre os seguintes parâmetros: (a) o percentual anual fixo de 0,10 % sobre o valor do ativo do fundo, pagáveis mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês; e (b) o valor de R\$ 7.750,00 mensais, acrescido de atualização monetária e dos tributos descritos no regulamento, **(ii)** acrescido do valor fixo mensal de R\$ 1,50 por cotista, e o valor fixo mensal de R\$ 3.200,00, a serem pagos até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; **(iii)** o valor de R\$ 3,20 por amortização de cotas, por cotista, a ser pago até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; e **(iv)** o valor fixo mensal de R\$

3.000,00, a ser pago na mesma data de pagamento da parcela da taxa descrita na aliena (i) acima, observado que o gestor do fundo receberá como remuneração mensal a parcela da taxa de administração descrita na alínea (iv) acima; e o Custodiante faz jus a uma remuneração mensal equivalente a: **(1)** pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, uma taxa considerando o valor total dos ativos a serem custodiados, sendo: até R\$ 100 milhões 0,025% a.a., de R\$ 100 milhões a R\$ 200 milhões 0,020% a.a. e acima deste valor de 0,015% a.a. calculados na metodologia de cascata; **(2)** pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 1.450,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; **(3)** pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 8.500,00 pagos no ato da entrega do meio magnético, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 1.950,00 por mês, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo de recebíveis; e **(4)** pelos serviços de escrituração das cotas do fundo: custo de implantação de R\$ 1.750,00; custo mensal de R\$ 1.750,00, custo mensal por cotista de R\$ 1,50; custos por movimentação: amortização de cotas (por cotista) R\$ 3,20; e emissão de avisos/extratos/informes (por item) R\$ 0,35;

**O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.876.796/0001-52, com encerramento previsto para 12 de julho de 2017, onde a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo faz jus a uma taxa de administração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, conforme fórmula prevista no regulamento do fundo, tendo como mínimo mensal o valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e o Custodiante faz jus a uma remuneração mensal equivalente a: **(1)** pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, a remuneração calculada na metodologia de cascata, sempre utilizando como base de cálculo o patrimônio líquido do fundo (“PL”), sendo: para PL igual ou inferior a R\$ 100 milhões, a remuneração será de 0,030% a.a. sobre o PL, para PL com o montante acima de R\$ 100 milhões e até R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,025% a.a. sobre o PL; e para PL igual ou superior a R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,020% a.a. sobre o PL; **(2)** pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 3.750,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; **(3)** pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 5.500,00 pagos na implantação do fundo, ato da entrega do arquivo eletrônico, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 2.500,00 por mês por fiel depositário, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo; **(4)** pelos serviços de escrituração das cotas do fundo: custo de implantação de R\$ 3.250,00; custo mensal de R\$ 3.250,00; custo mensal por agente de cobrança de R\$ 2.325,00, cobrado apenas a partir do segundo agente de cobrança; **(5)** por movimentação: (a) Emissão de TED's (isento até 30 TED's no mês): R\$ 9,20; e (b) Envio de correspondência: repasse do custo do correio; e **(6)** custos por série adicional de emissão de cotas: R\$ 500,00 por mês, cobrado a partir da segunda série; e

**O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.297.712/0001-99, com prazo de duração de 12 anos, contados a partir da 1ª data de emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das quotas, conforme o caso, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,10% ao

ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, limitado a R\$ 100 milhões, acrescido do valor equivalente a 0,05% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo que exceder a R\$ 100 milhões; e (ii) R\$ 6.000,00, nos primeiros 12 (doze) meses de operação do fundo, e, para os anos subseqüentes, R\$ 7.500,00 mensais, atualizados conforme estabelecido no regulamento.

Ainda, a Administradora presta serviços de administração de um FIDC no qual o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão desempenha o papel de coordenador líder, instituição financeira responsável pela distribuição das quotas do referido FIDC, bem como o papel de consultor de crédito do fundo, conforme abaixo:

**O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Agro MS**, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.605.853/0001-21, com prazo de duração até 01 de janeiro de 2028, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais; ou (ii) o valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês, sendo que, exclusivamente, durante os 8 (oito) primeiros meses de operação do fundo, o valor do item “(i)” acima, será de R\$7.000,00 (sete mil reais) mensais; acrescido de (i) um valor adicional correspondente a R\$1.000,00 (mil reais), a ser destinado ao pagamento dos custos de escrituração de quotas e controladoria do fundo; e (ii) um valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês, e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará na qualidade de distribuidor líder, fazendo *juz* à uma remunerado por meio de comissão de colocação 1ª série de quotas seniores do fundo, no valor fixo de R\$1.000,00 (um mil reais), e já enquanto consultor de crédito, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão fará *jus* à parcela da taxa de administração e da taxa de performance estabelecida no contrato de consultoria e no respectivo regulamento.

Tanto a Administradora, como o Custodiante foram contratados para prestarem serviços aos FIDCs indicados acima durante o prazo de vigência dos fundos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos regulamentos daqueles fundos.

Ademais, na data do presente Prospecto, a Administradora não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Custodiante / Cedente e/ou qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Desta forma, além dos já expostos, não existem outros conflitos de interesses ou relações comerciais que de alguma forma possam comprometer ou violar os termos e condições definidos nos Documentos da Securitização.

Serão cedidos ao Fundo direitos creditórios detidos pela Cedente contra a União em decorrência de sentença transitada em julgado na Ação Judicial, os quais foram caracterizados pela emissão do Precatório em favor da Reclamante.

## UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios da Cedente.

## DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios são decorrentes de ação de indenização proposta por Destilaria Rio Brilhante S.A. em face da União Federal, decorrente de prejuízos causados pela fixação de preços dos produtos do setor sucro-alcooleiro, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool, com fundamento na Lei nº 4.870/65, em desacordo com os valores que deveriam ter sido praticados, conforme pesquisa técnica realizada pela FGV. A ação tramitou sob o nº 91.18260-5 perante a 1ª Vara Judiciária de Brasília e foi julgada procedente, com decisão transitada em julgado em 15/02/2000. A execução de sentença tomou o nº 2000.34.00.030313-8 perante a mesma 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, tendo sido julgados improcedentes os embargos interpostos pela União Federal, que foi condenada ao pagamento de R\$ 88.991.365,31, por acórdão transitado em julgado em 27/11/2002, tendo sido determinada a expedição do competente precatório, apresentado em 10/07/2003 e, até o presente momento, foram pagas 4 (quatro) parcelas: R\$ 10.524.656,35 e 10.549.009,33, em 23/06/2005; R\$ 11.626.965,88, em 15/05/2006; e R\$ 12.548.291,08, e 23/04/2007. Ainda existem recursos da União pendentes de julgamento, interpostos contra a decisão que indeferiu medida liminar em ação cautelar da União Federal que visava sustar os levantamentos pelo credor, além de recurso contra a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região que julgou extinta a ação rescisória nº 2002.01.00.007078-0, por meio da qual a União Federal pretendia anular a decisão condenatória, por força de decadência, tendo em vista que a ação foi proposta mais de 2 anos após o trânsito em julgado da referida decisão.

Quando a Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) é condenada em uma ação judicial, e não caibam mais recursos contra a sentença condenatória, a execução do crédito é realizada na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil e do artigo 100 da Constituição Federal, que prevê o pagamento por meio de precatório. Precatório é uma ordem judicial de pagamento expedida contra a Fazenda Pública devedora, em que o Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequiênda requisita o pagamento em favor do credor. A Fazenda Pública condenada tem a obrigação de pagar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, todos os precatórios apresentados até o dia 1º de julho do ano anterior, na ordem cronológica de apresentação, conforme determina expressamente o artigo 100 da Constituição Federal:

*“Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

*§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

*§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.*

*§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.*

*§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.*

*§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.*

*§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.*

*§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.”*

A Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro do ano 2000, estabeleceu um regime de exceção ao pagamento de precatórios apresentados até 31 de dezembro de 1999, ou originados de ações judiciais propostas até a referida data, ao acrescentar, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 78, com a seguinte redação:

*“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que*

*decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (AC)*

*§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.*

*§ 2º As prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.*

*§ 3º O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.*

*§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.”*

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito que a Reclamante detém contra a União, decorrentes de sentença condenatória transitada em julgado na ação indenizatória nº 91.18260-5, perante a 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, movida pela Destilaria Rio Brillhante S.A. contra a União.

Tendo em vista que a ação judicial foi proposta antes de 31 de dezembro de 1999, os valores devidos serão pagos na forma do artigo 78 do ADCT e dos demais normativos aplicáveis.

Todas as fases processuais já foram esgotadas, houve o trânsito em julgado da decisão em 15 de fevereiro de 2000, e a ação rescisória nº 2002.01.00.007078-0, proposta pela União, foi julgada extinta. Ainda existem recursos da União pendentes de julgamento, interpostos contra a decisão que indeferiu medida liminar em ação cautelar da União Federal que visava sustar os levantamentos pelo credor, além de recurso contra a decisão que julgou extinta a referida ação rescisória.

A União foi condenada a pagar à Destilaria Rio Brillhante S.A. a quantia de R\$ R\$ 88.991.365,31 por acórdão transitado em julgado em 27/11/2002, tendo sido determinada a expedição do competente precatório, apresentado em 10/07/2003 e, até o presente momento, foram pagas 4 (quatro) parcelas: R\$ 10.524.656,35 e 10.549.009,33, em 23/06/2005; R\$ 11.626.965,88, em 15/05/2006; e R\$ 12.548.291,08, e 23/04/2007.

Enquanto aguarda o pagamento das parcelas remanescentes, o Precatório tem correção monetária pelo IPCA-E, e é acrescido de juros simples de 6% ao ano, conforme previsto na lei orçamentária anual. Os juros de 6% ao ano são devidos apenas a partir do mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela. Isso se explica tendo em vista a disposição do artigo 100 da Constituição Federal, que considera dentro do prazo constitucional o pagamento feito no

exercício seguinte àquele em que o precatório foi autuado no TRF. Portanto, a partir da segunda parcela incidirão os juros a partir de janeiro do referido ano.

Após o recebimento das verbas liberadas pelo Tesouro Nacional, os TRFs devem depositar os valores dos precatórios nas suas respectivas contas judiciais, à disposição dos Juízos processantes. A remuneração dessas contas é feita, a partir de então, pelo Banco do Brasil ou pela Caixa Econômica Federal, aplicando-se os juros de 0,5% a.m. mais a TRD. Os juros serão calculados até a data do efetivo levantamento (*pro-rata*).

Os levantamentos das quantias devem ser feitos por meios de alvarás judiciais, solicitados diretamente ao juiz da execução, logo após o depósito das quantias devidas no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, conforme o caso.

O mesmo artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê expressamente a possibilidade de cessão dos créditos, que se fará por instrumento público.

No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, será convocada Assembléia Geral dos Quotistas para definirem as providências a serem adotadas, previstas no artigo 100 da Constituição Federal e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acima transcritos.

## **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E**

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). Sua produção foi iniciada em 1991.

O período de coleta do IPCA-E estende-se, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. A periodicidade de sua divulgação é trimestral e abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e o município de Goiânia.

A população-objetivo do IPCA-E abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/default.shtm>

*As informações referentes à Cedente, à Administradora e ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

## **ADMINISTRADORA**

### **Histórico**

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de SPEs de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente Fundos de Investimentos e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, áreas onde também detém posição de destaque.

### **Estrutura e Administração**

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 40 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 12 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2007, a nota de longo prazo brAA-.

### **Administração de Fundos de Investimento**

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do Fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam

diretamente dos fundos senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3,5 bilhões.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*

## **CUSTODIANTE E CEDENTE**

### **Histórico**

O Deutsche Bank iniciou suas atividades no Brasil através do “ Deutsche Überseeische Bank” em agosto de 1911. As atividades do Banco foram suspensas duas vezes, durante a primeira e a segunda guerra mundial. Em 1968, o Deutsche Bank retomou suas atividades em São Paulo e durante as duas décadas seguintes os negócios se concentraram na prestação de serviços financeiros para multinacionais, principalmente as de origem alemã, sendo os principais produtos ligados ao comércio exterior.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Após 1997, o Deutsche Bank priorizou as atividades de banco de investimento e banco “Corporate”, através da implementação de uma estrutura de serviços voltada as necessidades dos clientes (client-focused services).

O Deutsche Bank é atualmente uma instituição bastante ativa no mercado financeiro brasileiro, destacando-se nos mercados de comércio exterior e produtos estruturados. Sua estratégia é prover serviços financeiros diferenciados, adaptados à necessidades dos clientes e voltados ao desenvolvimento de um relacionamento comercial de longo prazo.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em mais de 50 países para seus clientes é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

O Deutsche Bank é uma instituição de serviços financeiros comprometida em atender às necessidades e expectativas de seus clientes, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis. O Deutsche Bank cultiva de maneira criteriosa e cuidadosa a qualidade da informação e análise dos diversos mercados em que está presente.

O principal objetivo do Deutsche Bank é atuar com liderança e integridade em áreas como intermediação financeira; negócios corporativos que envolvam fusões, aquisições, reestruturações de caráter societário e financeiro. Para cumprir esse objetivo, trabalha permanentemente para que o cliente alcance o sucesso esperado nas operações demandadas, valorizando as atividades empreendidas pelos profissionais que atuam na empresa.

Assim, a missão diária do Deutsche Bank é estar em sintonia com o mercado, buscando oportunidades e usando suas competências para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que tornem cada vez maior o retorno de clientes e acionistas, a fim de garantir o crescimento dos negócios e, em consequência, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

### **Estrutura do Capital**

O Deutsche Bank é controlado pelo Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que detém 99.999% do capital total do Deutsche Bank.

### **Atuação em Custódia**

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

### **Experiência Profissional dos Administradores**

*Bernardo Parnes* é formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Direito com especialização em Leis Corporativas na Universidade de São Paulo. Obteve uma especialização em Economia e Finanças na Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou no Citicorp na divisão de Mercados de Capitais e, como Vice Presidente, na divisão Internacional de Finanças Corporativas (1983-1990). Na Merrill Lynch foi Diretor Administrativo do Banco de Investimentos, Diretor executivo da Corretora Merrill Lynch de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente do Banco Merrill Lynch S.A. e Representante Local (1990-2004). Atuou como CEO do Banco Bradesco BBI S.A (2006-2008). Foi vice presidente da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos) e do conselho do Hospital Israelita Albert Einstein. A partir de agosto de 2008 será o Presidente do Deutsche Bank S.A. do Brasil.

*Marcello Giuseppe Giacomo Siciliano*. Advogado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (1987) com MBA Executivo em Finanças - IBMEC (1997). Atuou como Trader do Banco Pactual (1988-1993) e Senior Trader do Banco Icatu (1993-1999). Foi Vice Presidente da

JP Morgan em São Paulo (1999-2003). No Deutsche Bank S.A. desde setembro 2002 como Diretor de Equities/Corretora.

*Marcello De Chiaro* é formado em Administração de Empresas pela FEA USP (1988), obteve seu MSc em finanças pela London Business School (1997). Atuou como Gerente de Projetos na DCA Consulting, na cidade de São Paulo (1990 - 1993). Foi Gerente de Produtos na divisão internacional do Banco Real na cidade de São Paulo (1993 - 1994) e como Gerente de Tesouraria/Mercado de Capitais na filial do Banco Real em Londres (1994 - 1998). No Deutsche Bank S.A. desde 1998, atua como Diretor e Tesoureiro para a América Latina. Desde março de 2007 é o COO - Chief Operating Officer do DB no Brasil.

*Christian RT Stier* obteve o diploma de Banking Industry Qualification pela German Chamber of Commerce and Industry na cidade de Essen, na República Federal da Alemanha (1984). Seguindo formação como trainee no Deutsche Bank AG Essen, Frankfurt e Londres atuou no Deutsche Bank AG na cidade de Buenos Aires como Analista de informações financeiras (1987 - 1989); no Deutsche Bank S.A. na cidade de São Paulo, foi Chefe da Área de Controladoria (1989 - 1995); no Deutsche Bank AG, Frankfurt e Londres atuou como profissional em um programa de desenvolvimento interno (1995 - 1996). Voltou para Deutsche Bank S.A., na cidade de São Paulo, na função de Gerente de Controladoria (agora Finance). Foi nomeado membro do Comité Executivo em 1999, desde então é Diretor e Chief Financial Officer – C.F.O. Em 2005, foi nomeado Diretor regional de Finance.

*Luis Mendes*. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em economia (1990) e com mestrado na William E. Simon Graduate School of Business Administration da Universidade de Rochester em Nova Iorque (1999). Atuou no Banco Pactual S.A. na cidade do Rio de Janeiro como Sênior Trader de Produtos de Renda Fixa (1989 - 1997); no JP Morgan como Trader, na cidade de Nova Iorque (1999 - 2000) e como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2000 - 2001); e no Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. na cidade de São Paulo, como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2001 - 2005). No Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atua como MD – Head of Trading de Renda Fixa

*Rui Fernando R. Alves* formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983). Obteve seu LLM pela University of Pennsylvania Law School. Atuou como associado estrangeiro no escritório de advocacia Grant, Herrmann, Schwartz & Klinger na cidade de Nova Iorque (1988 - 1989). Atuou como advogado no Banco Chase Manhattan S.A., (1989 - 1992) e como Diretor Adjunto no departamento jurídico do Banco ABC-Roma S.A., ambos na cidade de São Paulo (1992 - 1994). No período de 1992 a 1994 ocupou o cargo de Diretor no Departamento Legal do Banco Inter American Express S.A. em São Paulo. No Deutsche Bank S.A – Banco Alemão atua como Chefe do Departamento Legal e de Compliance desde 2000.

*Maria Aparecida Zuppardo*. Graduada na Fundação Getulio Vargas em administração de empresas (1978) e na London University - London School of Economics and Political Science em economia (1981). Atuou no Banco Francês e Brasileiro S.A. como Gerente de Sistemas Cambiais Estrangeiros Integrados (1981 - 1989); no Banco Chase Manhattan S.A. como Gerente de Operações (1989 - 1995); e no Banco Inter American Express S.A. como Diretora de Operações e Sistemas (1995 - 1998). No Deutsche Bank S.A. atuou como Diretora Administrativa e supervisionou as áreas de Tecnologia, Operações, CRES e Recursos Humanos

(1998 - 2006). Atualmente é C.A.O pelo Brasil e Chefe de Operações para a América Latina (desde 2006).

*Ricardo Nascimento.* Graduado pela Fundação Armando Alvares Penteado em finanças (1980). Obteve seu MBA em International Business & Business in Economics pela Columbia University na cidade de Nova Iorque (1988). Atuou no Banco Itaú na cidade de Nova Iorque como Gerente Financeiro (1982 - 1986) e no Brasil como Gerente do departamento de câmbio de moeda estrangeira (1988 - 1992). Na Comex Brokerage CO. no Brasil foi Gerente Financeiro e Administrativo (1993 - 1996). No Banco Itaú atuou como Gerente Comercial e de Relacionamento com Clientes para Transfer Agents e serviços de custódia (1997 - 2002). No Deutsche Bank S.A. atua como Diretor de Custódia (desde 2002).

*Burkhard Ziegenhorn.* Graduado pela Universidade de Hannover em Ciências Econômicas (1993). Obteve seu mestrado em Ciências Econômica na Universidade de Bonn (1996) e o doutorado em Economia na Universidade de Hannover (1998). Atuou no Deutsche Bank da Alemanha como Trainee na área de Credit & Corporate Banking (1998), Gerente de Relacionamento MNCs-Associados de Global Banking Relationship Management Corporates (1999), Gerente de Negócios da Alemanha e Europa Continental de Relationship Management Large Caps (2000-2003), Gerente de Negócios de Global Banking Division/ Transaction Banking (2003-2005), Chief Operating Officer de Global Transaction Banking (2005-2006), Chief Administrative Officer Director de Global Transaction Banking desde 2006, sendo que está baseado na cidade de São Paulo desde o início de 2008.



Continuação...

## Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA  
CNPJ nº 02.931.228/0001-11  
Rua Alexandre Dumas, 2.200 - CEP 04717-910 - São Paulo - SP  
Fone: (11) 5189-5000 - Fax: (11) 5189-5155

### (a) Composição e diversificação da carteira do DB Invest Fundo de Investimento Multimercado

	2007	2006
Disponibilidades	16.476	67.390
Aplicações em operações compromissadas - Reservas a liquidar (*)	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Liquidez do Tesouro Nacional (livre e vinculada)	34.033	106.599
Notas do Tesouro Nacional (livre e vinculada)	170.362	193.171
Derivativos - Swap - diferencial líquido a receber/pagar (*)	2.760	12.169
Derivativos - opções	21.516	39.044
Outras operações - BMAP a liquidar	311.496	311.496
Total das Carteiras	256.193	326.369
Participação da Deutsche Bank S.A.	216.937	276.640
Participação de terceiros	39.256	49.729
Total das participações das cartas	256.193	326.369

(\*) Estas operações são como contraparte a Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

(b) O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais, classificados como mantidos até o vencimento, foi calculado exclusivamente para fins de divulgação, em atendimento a Circular Bacen nº 3.080/01. Seu valor de mercado em 30 de junho de 2007 é de R\$ 8.066.

(c) As Notas do Tesouro Nacional - Série A INTHAM foram adquiridas compulsoriamente com os recursos provenientes do aumento de capital, ocorrido em 15 de abril de 1994, e são negociáveis, tendo vencimento até 15 de abril de 2008. Tais títulos estão registrados pelo seu valor de aquisição e são indexados à variação do dólar americano do juro LIBOR mais 0,875% a.a.

### 6. DERIVATIVOS DE CRÉDITO

Os derivativos de crédito são realizados para atender as necessidades de terceiros, bem como atender as nossas necessidades de administrar a exposição global de risco. Em cumprimento às diretrizes estabelecidas na Circular Bacen nº 3.060/02, os valores referentes a risco de crédito líquido contábil e de mercado, bem como a discriminação do "Total Future Swap" encontram-se representados abaixo, tendo também sua abertura em nota referente a instrumentos financeiros derivativos (Nota 7).

Prontuario Notes  
Swap internacional - a receber  
Swap internacional - a pagar  
Risco de crédito - Swap internacional  
Entre valores de swap, classificados na categoria "hedge de risco de mercado", conforme a Circular Bacen nº 3.082/02, sendo instrumento de hedge das emissões de dívida e taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração da taxa dos seus ativos e passivos em suas operações.

Adicionalmente, o efeito do cálculo do derivativo do Futuro Liquid Swap, referente a crédito de swap é mencionado na nota 21, apresentando o montante de R\$ 8.066 em 30 de junho de 2007 e R\$ 13.950 em 2006.

### 7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros tem por objetivo principal proporcionar aos clientes, proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes das variações de preço e taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração da taxa dos seus ativos e passivos em suas operações.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela Andima, BMAP ou agente de mercado, conforme necessário.

Examinamos a seguir a composição da carteira de derivativos para os semestres encerrados em 30 de junho de 2007 e 2006:

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	10.495.130	322.011	378.846
Total return swaps (a)	1.830.469	-	355.320
Swaps locais	2.475.866	302.491	978.846
Exposição total em swaps (b)	1.489.036	-	355.320
Opções	180.123.589	209.096	442.242
US\$ - compravenda	13.952.079	58.231	185.201
DI - compravenda	129.133.018	150.865	257.041
Prêmio do opção de swap	15.936	14.058	29
Futuros	23.541.446	-	-
US\$ - compravenda	12.550	-	-
DI - compravenda	10.991	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	23.477	1.426	2.649
Riscos e Garantias	22.971	-	32.321
em operações na bolsa	85.000	-	-
Total - Banco	264.724.302	1.227.414	1.087.361
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	13.748	-	-
Opção Dollar compravenda	45.245	47.740	47.833
Opções DI compravenda	19.964.678	23.707	39.677
Futuro	15.811.542	-	-
Total - Consolidação	288.715.358	1.356.867	1.258.720

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789
DI - compravenda	7.054.450	56.955	23.514
Prêmio do opção de swap	12.807.175	-	-
Futuros	4.735.252	-	-
US\$ - compravenda	1.215	-	-
DI - compravenda	3.520	-	-
Moeda - NDIF - compravenda (d)	242.076	1.116	869
Riscos e Garantias	12.550	-	3.848
em operações na bolsa	79.356.038	534.701	755.711
Total - Banco	76.881.427	655.893	955.187
Ativos de consolidação	82.411.424	89.462	71.356
Swaps locais	10.950	-	-
Exposição total em swaps	4.806.239	9.821	149.979
Opção Dollar compravenda	13.668.258	35.181	-
Futuro	42.138.638	-	-
Total - Consolidação	115.647.442	739.715	1.127.540

	Valor de referência	Ativo	Passivo
Instrumentos financeiros derivativos por modalidade			
Banco			
Swaps	9.279.238	642.187	434.377
Total return swaps (a)	1.634.898	18.117	173.842
Swaps locais	6.441.139	624.060	260.535
Exposição total em swaps (b)	4.806.239	-	184.377
Opções	56.805.082	136.206	159.303
US\$ - compravenda	48.750.632	79.251	135.789



## ANEXOS

## **Súmula da Agência de Classificação de Risco**

Rating  
Preliminar(Cotas Seniores e  
Subordinadas)**AA**

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acréscido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.

Data: 13/jun/2008  
Validade: 26/Fev/2009**Sobre o Rating****Perspectiva:** Estável

Observação: -

**Histórico:**

Jun/08 - Atribuição:

**AA** (Cotas Seniores)**AA** (Cotas Subordinadas)

## FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 13 de junho de 2008, atribuiu o *rating* preliminar **AA** para a Primeira Série de Cotas Seniores e Subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB II (FIDC NP - Precatórios Federais DB II).

O FIDC NP – Precatórios Federais DB II, constituído sob a forma de condomínio fechado, tem por objetivo a aplicação de recursos na aquisição de direitos creditórios, adquiridos do Deutsche Bank que, por sua vez, adquiriu da Usina Rio Brilhante S/A (reclamante), vinculados a créditos que o reclamante detinha contra a União, oriundos de sentença transitada em julgado na ação ordinária nº 91.18260-5 de 15/02/2000, os quais foram caracterizados por meio de emissão do Precatório nº 2000.34.00.030313-8 em favor do reclamante em março de 2003. A relação dos Créditos Cedidos ao fundo representa 100,0% do valor de face atualizado do precatório, o qual é, de acordo com o estruturador desta operação, de aproximadamente R\$ 71.983.746 (descontadas as 5 parcelas pagas do precatório o qual foi emitido pelo valor de R\$ 88.991.365,31). O valor de aquisição deste crédito pelo FIDC será de aproximadamente R\$ 60.000.000 milhões (segundo informações do estruturador). O FIDC NP - Precatórios Federais DB II contará com um PL composto por até 70 Cotas Subordinadas e até 10 Cotas e terá objetivo de remuneração para as Cotas Seniores equivalente à variação do IPCA-E + 11% a.a.

A classificação atribuída para as Cotas Subordinadas e para as Cotas Seniores da Primeira Série fundamenta-se basicamente na elevada rentabilidade dos direitos creditórios que irão compor o ativo do FIDC. Esta é definida essencialmente pela importante taxa de desconto (diferença entre o valor atualizado do crédito e o valor de aquisição pelo FIDC), pela qual o FIDC NP - Precatórios Federais DB II adquirirá o Precatório (único direito creditório a ser adquirido pelo FIDC). Neste sentido, a taxa de desconto aplicada no crédito cedido ao fundo (precatório) representa uma elevada proteção para que os cotistas, tanto detentores de cotas seniores como das Cotas Subordinadas, recebam o valor do principal investido. No caso das cotas seniores, destaca-se que o nível de desconto aplicado na cessão, o significativo nível de subordinação, bem como a remuneração do crédito adquirido (juros legais de 6% a.a. e variação o IPCA-E), se materializam em fatores mitigadores de risco. Estes garantem em alto grau o pagamento, não exclusivamente do principal, mas também viabilizam a realização do *benchmark* de remuneração estabelecido para as Cotas Seniores.

O Comitê de Classificação de Risco da Austin atribuiu a mesma classificação às Cotas Seniores e às Cotas Subordinadas do Fundo. Apesar da existência de elevada subordinação presente no fundo, o Comitê considera que as Cotas Seniores e Subordinadas se encontram em um patamar de risco similar, devido (i) ao principal ativo do fundo estar constituído por um único crédito (precatório) e um único devedor (União), desse modo, a eventual inadimplência no pagamento do crédito (ex.: atraso ou inadimplência na amortização de parcelas do precatório) afetará de forma similar o valor das cotas seniores e das cotas subordinadas; (ii) o fundo prevê no seu regulamento a amortização proporcional das cotas (seniores e subordinadas), em função da parcela do crédito amortizada. Prevê-se a amortização do principal em 5 parcelas, de acordo com um cronograma de pagamentos específico (parcelas iguais, consecutivas e anuais), de acordo com os critérios estabelecidos pela Emenda Constitucional Nº30, de 13 de setembro de 2000 - EC30/00). Embora seja

**Analista:**Maurício Bassi  
Tel.: 55 11 3377 0709  
mauricio.bassi@austin.com.brAustin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

prevista a amortização prioritariamente e proporcionalmente para as cotas seniores, entende-se que estas parcelas são fixas e realizadas em um único pagamento anual.

Considerando que o fundo aponta o mesmo cronograma de amortização anual tanto para Cotas Seniores como para as Cotas Subordinadas e dada a inexistência de um mecanismo de reserva (ex.: manutenção no ativo do fundo de aplicações de liquidez derivadas de recursos restantes após pagamento / amortização das cotas seniores), a existência de subordinação não se materializa em maior garantia para as Cotas Seniores; (II) a significativa taxa de desconto aplicada no crédito cedido mitiga significativamente os riscos para as Cotas Seniores e Subordinadas.

Ressaltamos os principais fatores que impactaram positivamente na classificação: **a)** o Precatório, ativo subjacente do fundo, é uma ação com trânsito em julgado em favor do reclamante, cujos Embargos à Execução apresentados pela União Federal foram julgados improcedentes; **b)** até a elaboração deste relatório, foram pagas cinco parcelas, considerando-se que a União Federal tem efetuado a amortização nos primeiros meses do ano (o prazo legal prevê o pagamento até dezembro do ano da parcela vincenda). Embora esta evolução não necessariamente seja garantia do futuro cumprimento do cronograma para a amortização deste crédito (de acordo com os termos estipulados na EC30/00), configura um precedente importante com respeito à amortização do mesmo, com impacto positivo no seu perfil de risco; **c)** o crédito subjacente (precatório) tem como pagador a União. Esta particularidade define, em alto grau, o perfil de risco de crédito do precatório e, em consequência, do FIDC. O risco de crédito do fundo está, desse modo, correlacionado em elevado grau com a capacidade de pagamento da União, bem como em seu histórico de pagamentos deste tipo de obrigação. A União tem apresentado nos últimos exercícios significativas melhoras na capacidade de pagamento da sua dívida. Entre os fatores que têm caracterizado esta evolução, cabe destacar a significativa melhora na sua capacidade e volume de arrecadação, superávits primários recorrentes, queda no gasto público em termos reais, menores taxas de crescimento do estoque de dívida pública (comparativamente com aquelas apresentadas nos anos 90), aumento do PIB, entre outros fatores. O recente histórico de pagamentos de precatórios da União tem sido favorável, este tem se caracterizado por: pagamentos de precatório em dia (cumprimento de cronograma estipulado pela Justiça Federal); antecipação de pagamento de parcelas (com o objetivo de economizar com pagamentos de juros e correção monetária), bem como no aproveitamento, para efeitos de amortização destas obrigações, da significativa melhora dos seus indicadores de solvência / capacidade de pagamento; significativo aumento nas dotações / verbas (no orçamento da União) para pagamento de precatórios nos últimos três exercícios, caracterizando a relevância atribuída pela União da necessidade de pagamento deste tipo de obrigação. Deve ser destacado que a União tem interesse direto em manter o pagamento dos precatórios em dia, pois, caso haja comprovação de que o não pagamento ocorreu por má fé, tal ação pode incorrer numa representação junto aos organismos internacionais e, com isso, impedir a União de obter novos financiamentos externos. A classificação atribuída ponderou com elevado peso a conjunção destes dois fatores – melhora na capacidade de pagamento da União / perfil de risco de crédito da União e cumprimento de suas obrigações associadas ao pagamento de precatórios – os quais, no entendimento do Comitê de Risco da Austin Rating, são fatores determinantes do perfil de risco deste crédito e, conseqüentemente, do fundo.

Dentre alguns dos fatores que também impactaram de forma positiva na classificação, ressaltamos; **(i)** o FIDC NP - Precatórios Federais DB II está estruturado sob a forma de regime de caixa, adequando-o às particularidades dos seus ativos, particularmente aquelas vinculadas ao cronograma de amortização do Precatório, mitigando, em alto grau, os riscos de liquidez; **(ii)** as partes envolvidas na operação (Estruturador, Custodiante, Administrador, Auditoria e Assessor Legal) têm relevante experiência e ótima reputação na estruturação / operação de emissões de dívida estruturadas, caracterizadas pela securitização de ativos; **(III)** o trabalho do assessor jurídico do FIDC, assim como dos demais escritórios jurídicos que emitiram pareceres jurídicos sobre o Precatório, impactaram de forma positiva a classificação, primeiramente devido à ótima documentação do histórico do Precatório (principal ativo do FIDC), no esclarecimento de variáveis jurídicas que poderão afetar o pagamento do mesmo no futuro, bem como na verificação da formalização das diferentes cessões deste crédito, e, segundo, por meio da emissão de parecer com relação à viabilidade da operação. Cabe ressaltar que a classificação atribuída está fortemente sustentada nas informações contidas nos diferentes pareceres jurídicos apresentados a esta agência de rating, sobre o precatório, bem como

sobre a constituição do FIDC; **(iv)** existe casamento de indexadores entre o crédito subjacente do fundo (precatório) e a remuneração estipulada para as Cotas Seniores, mitigando, em alto grau, os riscos de mercado que possam impactar na realização da mesma e, como um todo, na rentabilidade deste crédito.

Por outro lado, a classificação atribuída se viu limitada por vários fatores, entre os quais destacamos: (i) a União Federal ajuizou ação rescisória em 28 de fevereiro de 2002 alegando violação literal da lei e, portanto, reforma da decisão de mérito. O Tribunal Regional Federal da Primeira Região julgou o processo extinto pela intempestividade da proposta, uma vez que o limite legal de dois anos havia expirado. Atualmente, o pagamento do precatório está sendo contestado pela União que interpôs recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ e interpôs agravo de instrumento perante o Supremo Tribunal Federal – STF. Desta forma, a ação rescisória interposta pela União está baseada nos seguintes fatores: i) na tempestividade da alegação; ii) no argumento da União Federal de violação da Constituição Federal; e II) na não existência de danos uma vez que, na opinião da União Federal, a lei não vincula o custo dos produtos aos custos de produção. A existência deste recurso se materializa em um fator de risco relevante, devido às conseqüências negativas que uma decisão favorável à União teria no perfil de risco do FIDC. Embora a probabilidade de que a ação rescisória seja julgada procedente pelos tribunais de última instância (STJ e STF) seja limitada, este resultado não é totalmente improvável. Uma decisão favorável à União, embora sujeita a recursos por parte dos titulares do precatório, impactaria no adequado cumprimento do cronograma de amortização do título, ao menos até julgamento dos recursos interpostos por estes. No entanto, o julgamento procedente da ação rescisória se materializaria de fato na invalidação de quaisquer obrigações por parte da União perante os titulares do precatório, o que, de fato, se traduziria na destruição do lastro do fundo, acarretando a total perda de valor das cotas e, no pior dos casos, na obrigatoriedade de restituição à União por parte do titular do precatório das parcelas pagas pela União. No caso específico deste FIDC, a obrigatoriedade de restituição seria exclusivamente restrita, a partir da sexta parcela.

Em contrapartida, deve ser destacado que a totalidade dos inúmeros pareceres jurídicos realizados sobre o precatório, por escritórios de advocacia altamente conceituados e especialistas neste tipo de processos, se pronuncia, de forma consensual, sobre a remota possibilidade deste tipo de cenário se concretizar. Estes se fundamentam basicamente, além da questionabilidade (jurídica) do fundamento da ação rescisória interposta pela União, na jurisprudência (a qual apresenta um razoável grau de consolidação) favorável aos titulares do precatório existente, em causas similares, os quais têm demonstrado forte inclinação para declarar improcedente este tipo de ação rescisória. A título de exemplo, um dos pareceres jurídicos utilizados para a fundamentação deste relatório sustenta que foram levantadas 16 ações rescisórias associadas a processos similares contra o extinto Instituto de Açúcar e Alcool, das quais 13 foram julgadas em favor dos titulares dos precatórios e 3 em favor da União. O parecer jurídico acrescenta que a totalidade das decisões do TRF foi levada em recurso / apelação para a instância superior – STJ, onde 4 destes recursos já foram por esta instância, sendo todos os julgamentos desfavoráveis à União (deve ser ressaltado que os pareceres jurídicos, bem como outros agentes especialistas neste tema, consultados pela Austin Rating, apontam que o histórico do STJ está marcado pela continuidade das suas decisões em ações do mesmo tipo e que, no caso de ações similares, foi identificada unanimidade / consenso nos votos dos membros desta corte). Os pareceres / estudos jurídicos realizados sobre a ação rescisória do precatório Rio Brilhante foram incorporados pelo Comitê de Risco da Austin Rating nesta avaliação de forma positiva. Eles permitem ponderar com maior objetividade o risco / probabilidade de uma decisão favorável para a União na ação rescisória; (ii) A origem do crédito cedido ao FIDC (precatório Rio Brilhante), se dá de um processo judicial onde tanto os titulares do precatório como o devedor (União) diferem sobre a sua validade / mérito, sendo necessária a mediação da justiça para decidir sobre a validade do mesmo. A postura do devedor tem sido a de contestar esta dívida e frustrar o pagamento desta obrigação durante todo o processo judicial, o que diferencia esta de uma obrigação emitida pela União, como, por exemplo, um título público, a qual não tem contestabilidade por parte do emissor (ex. a União). Isso denota, no parecer desta agência, uma postura não favorável, por parte do devedor, com relação ao cumprimento das obrigações vinculadas a esta obrigação, o que impacta de forma negativa no perfil de risco do FIDC; (II) em complemento ao ponto anterior, e devido ao histórico / postura do devedor, deve ser destacado que existe a possibilidade da União tentar, através de recursos jurídicos que lhe são disponíveis, frustrar o pagamento do

precatório Rio Brilhante e/ou invalidar esta dívida, o que tem um impacto negativo no perfil de risco do FIDC, agregando incerteza sobre a correta amortização deste crédito e, conseqüentemente, das cotas do fundo. No entanto, cabe ressaltar que os recursos que são disponíveis à União são reduzidos, pois não existe mais espaço para interposição de outra ação rescisória (dado o termino do prazo para a interposição deste tipo de recurso), o que favorece o perfil de risco do crédito e conseqüentemente do FIDC; (iv) devido ao longo prazo para a amortização do Precatório (cinco anos), existe a possibilidade de deterioração nas finanças da União, impactando de forma negativa sua capacidade de pagamento, o que pode afetar o devido cumprimento do cronograma de pagamento do precatório (ex.: o início dos pagamentos não garante a continuidade dos mesmos) e conseqüentemente o perfil de risco do FIDC; (v) a carteira do fundo está concentrada em um único direito creditório (o precatório) e concentrada em um único devedor (União Federal), ferindo critérios de pulverização / diversificação; (vi) transitam atualmente nos órgãos legislativos propostas para mudanças nas leis, tratando a questão de precatórios (basicamente a PEC nº12/06 e substitutivo), as quais podem afetar a forma de liquidação destas dívidas (ex.: limite para pagamento, ordem cronológica e forma de pagamento, basicamente). Embora estas propostas não tenham incidência sobre os precatórios da União (se aplicando basicamente aos precatórios estaduais e municipais) a regulamentação destas obrigações está sujeita às mudanças na legislação pertinente, o que pode impactar no cronograma de amortização destas obrigações, bem como na forma / ordem de liquidação / pagamento dos mesmos. Similarmente, na medida em que o ativo subjacente do fundo (precatório) configura uma obrigação da União, mudanças no âmbito político poderiam impactar na postura do devedor, com relação a estas obrigações, incorporando a esta um risco de caráter político que não pode ser desconsiderado; (vii) o precatório incide juros legais + atualização monetária pelo IPCA – E. Embora, como foi mencionado anteriormente, tanto as cotas seniores como o precatório apresentem o mesmo indexador, o precatório incide juros legais, sendo que estes são definidos pela União na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigente (cabe ressaltar que o pagamento do principal e juros é previsto na Constituição). No caso de redução dos juros legais previstos na LDO haveria impacto na rentabilidade do crédito (precatório Rio Brilhante). Considerando que o objetivo de remuneração das Cotas Seniores é elevado (11,0% a.a.), uma queda nos juros legais impactaria na rentabilidade do título e diminuiria (proporcionalmente a queda dos juros) a proteção oferecida pela taxa de desconto. No entanto, deve ser ressaltado que os juros legais, conforme definidos na LDO, têm sido de 6,0% a.a. desde 2003. Um aumento nos juros legais se materializaria numa maior rentabilidade do precatório, viabilizando, em maior grau, a realização do objetivo de remuneração; (viii) o precatório, ativo subjacente do fundo apresenta baixa liquidez.

A avaliação realizada pela Austin Rating está fortemente fundamentada na avaliação dos documentos apresentados pelas diferentes partes envolvidas na estruturação do fundo, destacando-se a versão final do Regulamento do FIDC NP - Precatórios Federais DB II e os pareceres legais elaborados pelo Assessor Jurídico, bem como outros escritórios de advocacia, os quais se procura sobre o processo, a ação rescisória interposta pela União, bem como sobre a adequação do processo de cessão do crédito (do reclamante para o cedente).

## ACOMPANHAMENTO DO RATING

Este relatório constitui a avaliação preliminar da Austin Rating sobre o perfil de risco do FIDC NP - Precatórios Federais DB II. A classificação atribuída será confirmada após o recebimento da versão final do regulamento do fundo e do contrato de cessão.

A Austin Rating fará o acompanhamento dos riscos relativos à 1ª (e única) Série de cotas do Fundo, especialmente aqueles ligados à qualidade da carteira, divulgando trimestralmente relatório de *rating* contendo sua opinião de crédito atualizada. Esta classificação fica permanentemente sujeita a alterações, sendo de responsabilidade da administradora a comunicação aos cotistas sobre as eventuais mudanças nesta.

## PERFIL DO FUNDO

O FIDC NP - Precatórios Federais DB II é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios regido por regulamento próprio e disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas Instruções da Comissão Valores Mobiliários (CVM) nº. 356 de 17 de dezembro de 2001 e nº 444 de 08 de dezembro de 2006. O FIDC conta com as seguintes características:

<b>Tipo de Fundo:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC-NP), constituído sob a forma de condomínio fechado;
<b>Ativo do Fundo:</b>	Direitos Creditórios de natureza financeira;
<b>Número de Séries:</b>	Única;
<b>Valor Unitário por Cota:</b>	R\$ 1.000.000 (um milhão de reais);
<b>Classe de Cotas:</b>	Seniores e Subordinadas;
<b>Qtde. de Cotas Seniores:</b>	Até 10;
<b>Qtde. de Cotas Subordinadas:</b>	Até 70;
<b>Prazo:</b>	12 (doze) anos, a partir da data de emissão das cotas);
<b>Objetivo de Remuneração:</b>	IPCA + 11% a.a. para as Cotas Seniores;
<b>Colocação da cotas:</b>	Distribuição Pública;
<b>Público-Alvo:</b>	Investidores Qualificados;
<b>Coordenador:</b>	Deutsche Bank S.A.;
<b>Administradora:</b>	Oliveira Trust DTVM S.A.;
<b>Auditoria:</b>	KPMG Auditores Independentes;
<b>Custodiante:</b>	Deutsche Bank S.A.;
<b>Assessor Legal:</b>	Motta, Fernandes Rocha Advogados;
<b>Amortização:</b>	A amortização das cotas se dará anualmente, conforme o regime de caixa do FIDC, de acordo com o recebimento das parcelas (ver regulamento cláusula 9ª). A data de amortização das cotas se dará em até três dias úteis após o efetivo pagamento das parcelas, observando o disposto na cláusula 17ª do regulamento do fundo.

## PERFIL DO PRECATÓRIO

Com base na Lei nº 4.870/65, o Governo Federal estipulava preços do setor sucro-alcooleiro, através do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. Esta lei definia o critério para fixação de preços, que deveriam ser embasados por pesquisas contábeis e outras técnicas complementares da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Entretanto, houve divergência entre os valores alcançados pelos estudos da FGV e os valores pagos pela União Federal, sendo que, é nesta diferença que a ação tem origem a ação movida pela Destilaria Rio Brilhante S.A. em julho de 1991. A ação ordinária nº 91.18260-5 teve trânsito em julgado em 15 de fevereiro de 2000, em favor da Destilaria Rio Brilhante, incumbindo à União Federal o pagamento de R\$ 88.991.365,31 através do precatório nº2000.34.00.030313-8 expedido em março de 2003 podendo ser pago em dez parcelas anuais, de acordo com a EC 30/00, e incidência de juros legais 6%a.a. e variação do IPCA-E.

Em dez de julho de 2003, o precatório foi apresentado para o pagamento, obedecendo às determinações da Emenda Constitucional Nº30, de 13 de setembro de 2000 (EC 30/00), para inclusão no orçamento do ano seguinte, entretanto, o pagamento se iniciou em 2005, quando foram pagas duas parcelas, seguidas por pagamentos das parcelas subseqüentes em maio de 2006, abril de 2007 e janeiro de 2008. Desta forma, encontram-se pendente de

amortização as cinco parcelas finais, que correspondem a 50% do valor de face do precatório.

Durante o trâmite do processo, a União Federal ajuizou embargos à execução, assim como após o trânsito em julgado interpôs agravo de instrumento (AI nº 2003.01.00.025332-2) em agosto de 2003. Quanto ao último, foi negado pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região em maio de 2004 e pelo Superior Tribunal de Justiça, em setembro de 2005, estando ainda em fase de apreciação no Superior Tribunal Federal, interposto em maio de 2006.

A União Federal ajuizou ação rescisória nº 2002.0100.007078-0 em 28 de fevereiro de 2002, declarando violação literal de lei, no entanto, este tipo de ação pode ser apresentado no limite de dois anos após a decisão final judicial. Acerca deste tema, há controvérsia sobre a partir de qual ponto deverá ter vigência o limite, se a partir do trânsito em julgado ou da inclusão nos autos do mandado de intimação da União. Devido a este fato, a União solicitou a suspensão dos pagamentos das parcelas, em primeira instância negada, porém ainda está pendente em outras instâncias. Deste modo atualmente existem três ações interpostas pela União vinculadas à ação rescisória, sendo estas: (i) recurso especial perante o STJ contra o acórdão que extinguiu a ação rescisória; (II) agravo de instrumento perante o STF contra a decisão que não admitiu o recurso extra-ordinário interposto pela União perante o TRF da Primeira Região e (II) agravo regimental perante o STJ (que será julgado junto com o recurso especial) contra o indeferimento da medida cautelar para suspensão do levantamento de valores associados aos pagamentos das parcelas perante o STJ. De acordo com o *Legal Opinion*, elaborado pelo escritório Souza, Cescon Avedissian, Barriue e Flesch Advogados, de oito ações similares analisadas, seis obtiveram parecer favorável a empresa e as outras duas foram favoráveis a União. Neste caso, não será julgado o mérito da ação que gerou o precatório o qual entendemos ser crível. Vale ressaltar que o risco analisado envolve não somente o pagamento do montante total, mas também o risco de atraso da amortização das parcelas, já que podemos observar que o trâmite de ações que envolvem precatórios tem prazo de definição consideravelmente longo.

<b>Nº Ação Judicial</b>	91.182260-5;
<b>Nº Sentença de Execução:</b>	2000.34.00.030313-8;
<b>Fórum:</b>	Tribunal Federal regional da Primeira Região (TRF-1)
<b>Número do Precatório</b>	2000.34.00.030313-8
<b>Valor do Precatório:</b>	R\$ 88.991.365,31;
<b>Valor nominal atualizado</b>	R\$ 71.983.746;
<b>Número de Parcelas:</b>	10 (dez) parcelas anuais;
<b>Parcelas Pendentes de Pagamento:</b>	5 (cinco) parcelas;
<b>Correção / Juros:</b>	Juros legais de 6% a.a. e variação o IPCA-E (LDO 2008);
<b>Pareceres Jurídicos:</b>	Hamilton Dias de Souza e Luis Felipe Coutinho Dias de Souza; Machado, Meyer, Sendacz e Opice; e Souza, Cescon Avedissian, Barriue e Flesch Advogados;
<b>Assessoria Legal:</b>	Motta, Fernandes Rocha Advogados.

## AMBIENTE POLÍTICO ECONÔMICO

O governo federal tem conseguido pagar em dia os precatórios, salvo raríssimas exceções de alguns órgãos em liquidação, por exemplo. Algumas entidades, como o Banco Central, por exemplo, decidiram antecipar o pagamento de precatórios para economizar com pagamentos de juros e correção monetária.

Em janeiro último, o Conselho da Justiça Federal divulgou que já foi liberado o montante de R\$ 5,5 bilhões para pagamento de precatórios para 2008. Desde 2004 as despesas realizadas com pagamentos de precatórios subiram constantemente, passando de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 2,3 bilhões em 2005 e R\$ 3,5 bilhões em 2006. Para 2007, a estimativa é que sejam destinados aproximadamente R\$ 6 bilhões, sendo que R\$ 4,2 bilhões já foram pagos até junho.

Os fatores que tem levado a União a pagar em dia os precatórios são os avanços significativos nas questões relacionados ao nível de solvência interna e externa, ou seja, a melhora na capacidade de pagamento do País tanto em moeda local como em moeda estrangeira.

É importante destacar que a União tem interesse direto em manter o pagamento dos precatórios em dia, pois caso haja comprovação de que o não pagamento decorreu por má fé, tal ação pode incorrer numa representação junto aos organismos internacionais e, com isso, impedir o País de obter novos financiamentos externos.

Pelo lado doméstico, em moeda local, a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) cresceu constantemente nos últimos anos em termos absolutos, porém, em termos relativos na comparação contra o PIB, o nível de endividamento recuou de 52,4% em 2003 para 42,8%. Parte desse recuo deve-se ao crescimento econômico estimado em 20,6% no período, e outra parte relevante foi a realização de elevados superávits primários, que ficou na média 2003-2007 em 4,1% do PIB, ou média de R\$ 86,5 bilhões por ano – que é superior a oito vezes o valor estimado para pagamento de precatórios em 2007, bem como da queda do déficit nominal, que passou de 4,6% do PIB em 2003 para 2,3% em 2007, resultado também da forte queda da taxa de juros (Selic) que incide sobre o estoque da dívida mobiliária federal.

O crescimento da economia brasileira no período 2004-2007, que está estimado em 4,5% na média anual, é muito superior às taxas de crescimento observadas nos períodos anteriores, refletindo o avanço registrado pelo País tanto no comércio exterior (exportações e importações) quanto no aumento significativo do consumo doméstico, resultando em recordes de arrecadação federal – fator substancial para manter o equilíbrio fiscal. O único fator de risco presente é a capacidade do governo federal em administrar a perda da receita oriunda da CPMF, a qual foi recomposta em parte pela elevação das alíquotas da CSLL e do IOF.

Pelo lado externo, em moeda estrangeira, área em que o País historicamente mantinha uma condição frágil, com elevada dependência de financiamento externo para equilibrar seu balanço de pagamentos e que, invariavelmente, resultava em fortes volatilidades da moeda nacional, o avanço foi significativo e podem-se destacar ao menos cinco ações que resultou nesse avanço muito positivo: i) redução da parcela da dívida mobiliária interna federal indexada à variação cambial, tornando-se hoje o governo em credor junto ao mercado financeiro; ii) antecipação de pagamento da dívida externa junto a organismos internacionais (ex: Fundo Monetário Internacional); iii) recompra e troca dos Brades (títulos da reestruturação da dívida externa) por títulos novos e com prazo maior de vencimento (os chamados “A Bonds”); iv) elevação do nível de reservas internacionais de US\$ 37,8 bilhões em 2002 (última crise econômica doméstica) para atuais US\$ 188 bilhões; v) aumento vigoroso da corrente de comércio exterior passando de US\$ 107 bilhões em 2002 para US\$ 281 bilhões em 2007, com abertura de novos parceiros comerciais no Oriente médio e na Ásia e redução da participação da Europa e EUA na pauta de exportações, melhorando o perfil e descentralização dos negócios externos.

## Classificação da Austin Rating

### *Investimento Prudente*

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

### *Investimento Especulativo*

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

*Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.*

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

## **Regulamento**

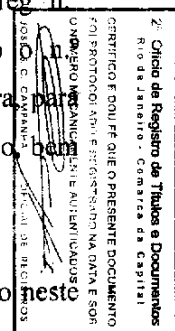
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-  
PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II**

**2ºRTD-RJ - 858396**  
Emot: 202.25/Distrib: 10.75/L: 111.05: 10.64  
Multa/ACOTERJ: 8.15/FETJ: 42.80  
Lei 4.664/05: 10.64 / Tot Emot (R\$): 285,05  
PARÂM Viss 2 / Nome(s) 1 / Págs 68  
Proc Estr: N / Averb: N / Dila:



Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, grupo 205, condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Administradora"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), bem como pela Instrução nº 444, de 8 de dezembro de 2006 ("Instrução CVM 444/06"), ambas expedidas pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, sob a forma de condomínio fechado, com a denominação de **"FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II"** ("Fundo");
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob nº 197.460.087-49, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, diretor da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo, na forma do Regulamento deste ato aprovado;
4. Contratar o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob nº 62.331.228/0001-11, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controle dos ativos do Fundo; e



**REGISTRAR  
E SEGURO**

**85 8396 =**

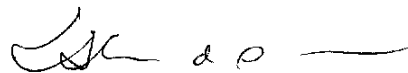
**SERIE AAA**

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta.

Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seu anexo, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2008

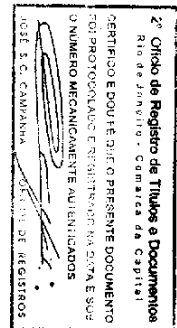


**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
HELEN DE OLIVEIRA THOMAS  
PROCURADORA

Testemunhas:

1. Aline de A. Hamond  
Nome: **Aline de Araujo Hamond**  
RG: **CPF: 116.576.577-28**  
CPF: **RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ**

2. Maria Eunice Motta M. de F. Mello  
Nome: **MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO**  
RG: **CPF: 006.867.377-82**  
CPF: **RG: 12.857.135-3**



**SERIE AA**  
**85 8396 =**  
**REGISTRAR E SEGURANÇA**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS  
PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II** ("o Fundo"), constituído em 20 de agosto de 2008, cujo regulamento foi registrado na mesma data sob o nº 858396, perante o 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro ("o Regulamento");

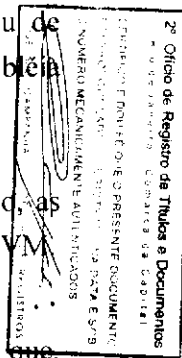
**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 1667/2008, de 26 de setembro de 2008;
- (ii) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (iii) o Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembleia geral, conforme previsto no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01; e
- (iv) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, da CVM.

**RESOLVE** a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa passa a vigorar a partir do registro do presente instrumento no 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- No Capítulo II, a exclusão dos subitens 15 e 93 do item 2.1, com a consequente renumeração dos demais itens e, após, a alteração do subitem 17;
- No Capítulo VI, a alteração do item 6.2; e

**2ºRTD-RJ - 861973**  
Emol 200.43/Distrib 10.75/La 111/06 10.56  
Módulo ACOTERJ 8 15/FETJ 42.24  
Lei 4 684/05 10.55 / Tot Emol (R\$) 282.87  
PARÂM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 67  
Proc Estr. N / Averb S.º Dilig



SERIE A  
861973  
REGISTRO  
E SEGURANÇA

- No Capítulo XV, a alteração do item 15.9.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2008.

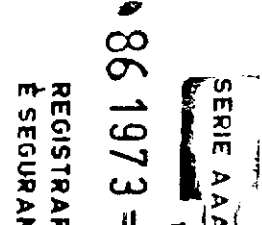
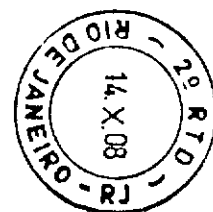
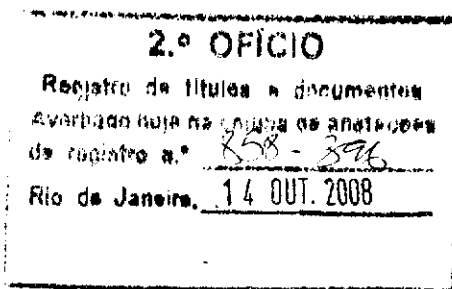
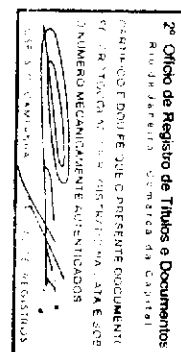
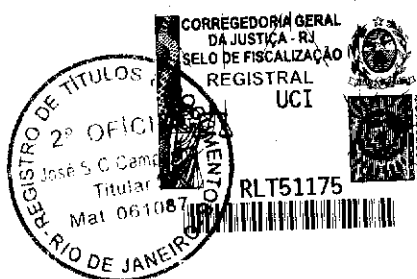
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Alexandre Lodi de Oliveira  
PROCURADOR**

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira  
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**  
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Higor da Silva Biana  
Nome: **Higor da Silva Biana**  
RG: **RG: 20.474.310-8**  
CPF: **CPF: 112.027.807-41**



**REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II**

**Índice**

CAPÍTULO I – DO FUNDO.....	2
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES .....	2
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO.....	12
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	12
CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE.....	14
CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES .....	15
CAPÍTULO VII – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS .....	16
CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO .....	17
CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	19
CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA .....	20
CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE.....	21
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO .....	24
CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	33
CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS .....	33
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	36
CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS.....	38
CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS .....	40
CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL .....	43
CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	46
CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO.....	47
CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO .....	48
CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO .....	49
CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	50
CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS .....	51
CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS.....	52
CAPÍTULO XXVII – DO FORO.....	
CAPÍTULO XXVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	

2º. OFÍCIO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS: ANEXO<sup>54</sup>  
AO DOCUMENTO  
MICROFILMADO SOB O

Nº 861973

**Regulamento do  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS  
PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II**

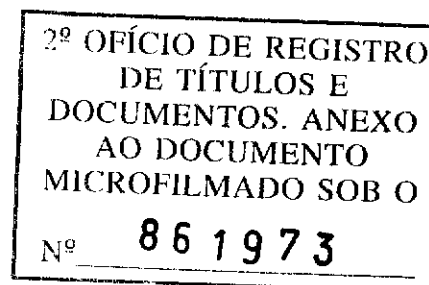
**CAPÍTULO I – DO FUNDO**

- 1.1. O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, conforme estabelecido no Capítulo XXI, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, pela Instrução CVM nº 444 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotista, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sua sede.

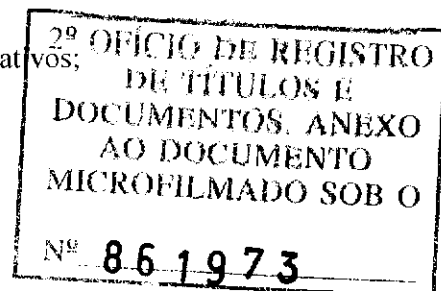
**CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES**

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:

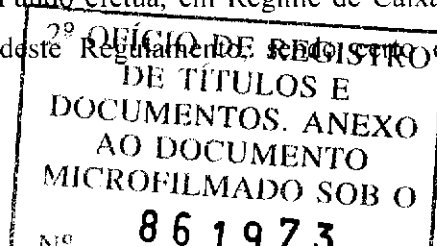
1. “Ação Judicial”: Ação de indenização proposta por Destilaria Rio Brilhante S.A. em face da União Federal, decorrente de prejuízos causados pela fixação de preços dos produtos do setor sucro-alcooleiro, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool, com fundamento na Lei nº 4.870/65, em desacordo com os valores que deveriam ter sido praticados, conforme pesquisa técnica realizada pela FGV. A ação tramitou sob o nº 91.18260-5 perante a 1ª Vara Judiciária de Brasília e foi julgada procedente, com decisão transitada em julgado em 15/02/2000. A execução de sentença tomou o nº 2000.34.00.030313-8 perante a mesma 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, tendo sido julgados improcedentes os embargos interpostos pela União Federal, que foi condenada ao pagamento de R\$ 88.991.365,31, por acórdão transitado em julgado em 27/11/2002, tendo sido determinada a expedição do competente precatório, apresentado em 10/07/2003 e, até o presente momento, foram pagas 4 (quatro) parcelas: R\$ 10.524.656,35 e R\$ 10.549.009,33, em 23/06/2005; R\$ 11.626.965,88, em 15/05/2006; e R\$ 12.548.291,08, e 23/04/2007. Ainda existem recursos da União pendentes de julgamento, interpostos contra a decisão que indeferiu medida liminar em ação cautelar da União Federal que visava sustar os levantamentos pelo credor, além de recurso contra a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região que julgou extinta a ação rescisória nº 2002.01.00.007078-0, por meio da qual a União Federal pretendia anular a decisão condenatória, por força de decadência, tendo em vista que a ação foi proposta mais de 2 anos após o trânsito em julgado da referida decisão.;
2. “ADCT”: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
3. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
4. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa (s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
5. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;



6. “Agente Escriurador”: Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
7. “Agência de Classificação de Risco”: Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09;
8. “Alocação Mínima de Investimento”: fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora;
9. “ANDIMA”: Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;
10. “Anexo”: anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
11. “Assembléia Geral”: assembléia geral dos Quotistas do Fundo;
12. “Bacen”: Banco Central do Brasil;
13. “BM&F”: Bolsa de Mercadorias & Futuros;
14. “BOVESPA”: Bolsa de Valores de São Paulo;
15. “Capítulo”: qualquer capítulo deste Regulamento;
16. “Cedente”: o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
17. “CETIP”: Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

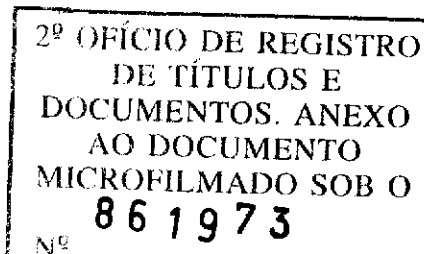


18. “Circulação”: o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
19. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
20. “CNPJ”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
21. “Constituição Federal”: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
22. “Conta Corrente do Fundo”: conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;
23. “Contrato de Custódia”: “Contrato de Custódia”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante;
24. “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
25. “CPF”: Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
26. “CPMF”: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira;
27. “Critério de Elegibilidade”: critério a ser observado na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no item (5.1) do Capítulo V;
28. “Custodiante”: Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11;
29. “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;
30. “Data de Amortização de Quotas”: data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas na forma deste Regulamento.

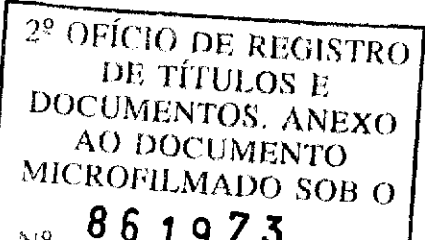


qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação pela União de suas obrigações decorrentes do Precatório Adquirido, será considerado um Evento de Avaliação;

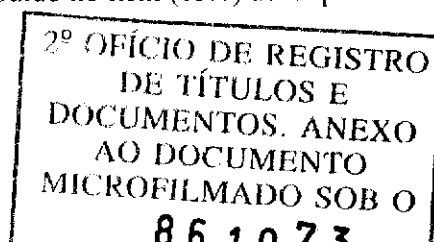
31. “Data de Apuração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
32. “Data de Aquisição”: data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios à Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade da Cedente, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, descritos no respectivo Termo de Cessão;
33. “Data de Emissão”: data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
34. “Data de Notificação de Pagamento”: com relação a cada pagamento anual do Precatório Adquirido, data em que a União notifica o Poder Judiciário que os valores destinados aos pagamentos anuais do Precatório Adquirido foram transferidos ao Poder Judiciário, nos termos da legislação aplicável;
35. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
36. “Direito Creditório”: possui a definição indicada no item (7.1) do Capítulo VII;
37. “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;
38. “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em sentença e certidão de trânsito em julgado da Ação Judicial e certidão de objeto e pé do Precatório;



39. “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o(s) Termo(s) de Cessão; (iii) o Prospecto, (iv) o Contrato de Custódia; e (v) os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo;
40. “Emenda Constitucional nº 30”: Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;
41. “Empresa de Auditoria”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “d” do item (24.1) do Capítulo XXIV;
42. “Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1), do Capítulo XXII;
43. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
44. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
45. “Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios”: significa o não pagamento pela União das obrigações decorrentes do Precatório Adquirido, no mesmo exercício social em que esteja previsto o seu respectivo pagamento, nos termos da Emenda Constitucional nº 30;
46. “IBGE”: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
47. “Instituições Autorizadas”: Instituições financeiras de primeira linha, incluindo o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, bem como instituições financeiras com classificação de risco (*rating*) igual ou superior a “BrAA-”, emitida pela Standard & Poor’s, ou classificação de risco (*rating*) equivalente, emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou pela Fitch Ratings Brasil Ltda;
48. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
49. “Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;



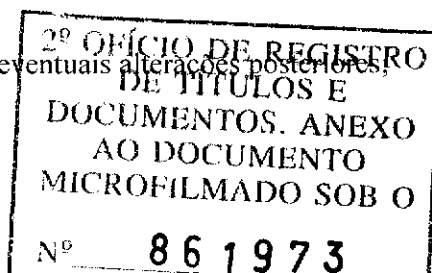
50. “Instrução CVM nº 444”: Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
51. “Investidor Qualificado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do Capítulo I;
52. “IPCA-15”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
53. “IPCA-E”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
54. “IPCA-E<sub>Anterior</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
55. “IPCA-E<sub>i</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
56. “LDO”: Lei de Diretrizes Orçamentárias;
57. “Meta de Rentabilidade Prioritária”: significa a rentabilidade alvo das Quotas Seniores, equivalente à variação do IPCA-E acrescida da MetaRemuneração;
58. “MetaRemuneração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
59. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios;
60. “Parcela Recebida”: significa o valor decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo;
61. “Patrimônio de Referência”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.2) do Capítulo XVI;
62. “Patrimônio Líquido”: tem o significado que lhe é atribuído no item (13.1) do Capítulo XIII;



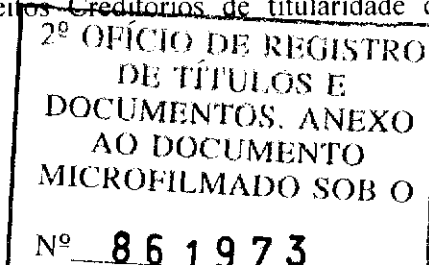
63. “Percentual de Precatário Amortizado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.2) do Capítulo XVII;
64. “Periódico”: o periódico “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (25.3) do Capítulo XXV;
65. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
66. “PIS”: Programa de Integração Social;
67. “Potencial de Cessão”: o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios;
68. “Prazo de Duração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (21.1) do Capítulo XXI;
69. “PrazoÚtil” tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
70. “Precatário”: instrumento que representa as requisições judiciais de pagamento, expedido pelo juiz da execução, existente na Ação Judicial;
71. “Precatário Adquirido”: Precatário de titularidade do Fundo;
72. “Pro Rata<sub>Anterior</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
73. “Pro-Rata<sub>i</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
74. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo ~~adquire da Cedente, Direitos~~

Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;

75. “Proj IPCA<sub>Anterior</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
76. “Proj IPCA<sub>i</sub>”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
77. “Prospecto”: o prospecto do Fundo;
78. “Quotas”: qualquer das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo;
79. “Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
80. “Quotas Subordinadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
81. “Quotista”: significa qualquer titular de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas;
82. “Razão de Garantia”: fração cujo numerador é equivalente ao valor atualizado das Quotas Seniores e o denominador é o valor do Patrimônio Líquido;
83. “Reclamante”: Rio das Pedras Participações S.A., sociedade anônima com sede no Bairro Costa Pinto, s/n, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.037.034/0001-57, incorporadora da Destilaria Rio Brilhante S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.546.880/0001-73;
84. “Regime de Caixa”: metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pela União e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
85. “Regulamento”: o presente regulamento do Fundo e suas eventuais alterações posteriores;



86. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (20.2) do Capítulo XX;
87. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
88. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
89. “Saldo Agregado Atualizado do Precatório Adquirido”: tem o significado que lhe é atribuído no item (17.3) do Capítulo XVII;
90. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
91. “SIAF”: significa o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAF;
92. “STF”: Supremo Tribunal Federal;
93. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
94. “Taxas DI”: Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
95. “TED”: transferência eletrônica disponível;
96. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo I, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
97. “Termo de Cessão”: termo de cessão, lavrado por instrumento público, entre a Cedente e o Fundo, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade da Cedente;



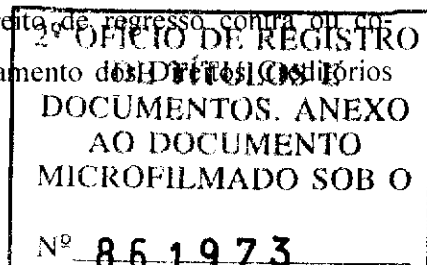
98. “União”: União Federal;
99. “Valor Unitário Base” ou “VUB”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;
100. “Valor Unitário de Referência” ou “VUR”: tem o significado que lhe é atribuído no item (16.3) do Capítulo XVI;

### **CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO**

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.
- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Capítulo XXI deste Regulamento, ressalvados os casos de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, conforme previstos no Capítulo XXII, e as amortizações de Quotas previstas neste Regulamento.

### **CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

- 4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou obrigação da Cedente. A Cedente não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios



cedidos e pela solvência da União e de suas autarquias. A Cedente é somente responsável pela existência e liquidez dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, na respectiva Data de Aquisição, nos termos descritos nos respectivos Termos de Cessão.

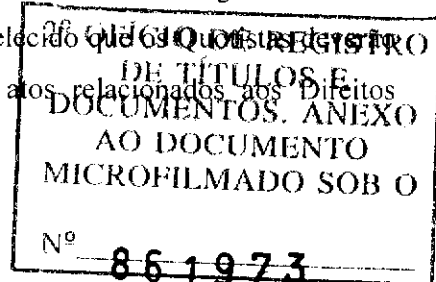
- 4.3. A Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- 4.4. Observada a responsabilidade do Custodiante em relação à verificação (i) da documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios; e (ii) do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade, nos termos do item (5.2) do Capítulo V, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União e de suas autarquias, nem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência e liquidez.
- 4.5. Observado o disposto no artigo 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do artigo 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios.
- 4.6. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo e respeitada a Reserva de Caixa e a Alocação Mínima de Investimento estabelecida no item (14.3.1) abaixo, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento:
- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
  - b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima, contratadas com Instituições Autorizadas; ou
  - c) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI administrados por Instituições Autorizadas, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam
    - (i) a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas a e

“b” acima; e (ii) a realização de operações com derivativos, desde que para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas, observado o disposto no item 4.8 abaixo.

- 4.7. É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.
- 4.8. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.9. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas.
- 4.11. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante.
- 4.12. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Cedente, da Administradora, do Custodiante, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

## CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE

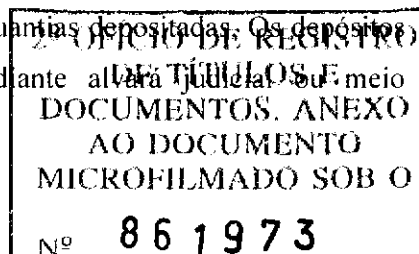
- 5.1. Os Direitos Creditórios adquiridos da Cedente pelo Fundo, nos termos de cada Termo de Cessão, deverão ser decorrentes do Precatório, sendo este o único critério de elegibilidade aplicável ao Fundo (“Critério de Elegibilidade”).
- 5.2. A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios ao Critério de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante, ficando desde já estabelecido que o Custodiante sempre aprovar a execução, pelo Fundo, dos seguintes atos relacionados aos Direitos



Creditórios: (i) aquisição; (ii) alienação; (iii) transferência; (iv) desconstituição; (v) substituição; ou (vi) liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte.

## **CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES**

- 6.1. Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado ao respectivo Juízo.
- 6.1.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios da Cedente, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.
- 6.2. Observado o disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, o preço de aquisição dos Direitos Creditórios, a ser pago pelo Fundo à Cedente, será calculado tomando-se como parâmetro (i) a taxa interna de retorno da “Nota do Tesouro Nacional – Série B”, conforme divulgado pela ANDIMA, de duração mais próxima ao prazo médio de vencimento do respectivo Direito Creditório, acrescida de uma sobretaxa de risco acordada entre as partes, que, necessariamente, deverá ser entre 0% (zero por cento) e 11% (onze por cento); e (ii) a variação do IPCA-E.
- 6.3. O respectivo Termo de Cessão será levado à Ação Judicial, para que a União seja intimada judicialmente da respectiva cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAF, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor dos Direitos Creditórios cedidos.
- 6.4. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos da União para o Poder Judiciário até o último dia do respectivo ano. Após esta transferência, o Tribunal Regional Federal competente deposita o valor recebido em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada e envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial, por meio de Títulos e Documentos, ANEXO AO DOCUMENTO MICROFILMADO SOB O

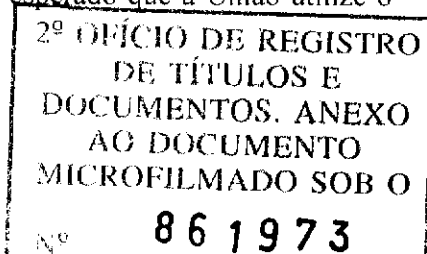


equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública. Também é possível acompanhar os depósitos efetuados em pagamento do Precatório pela *Internet*, sendo que a Administradora deverá tomar as providências necessárias para que haja um acompanhamento diário acerca dos pagamentos efetuados pela União a fim de que, antes mesmo da intimação das partes, já seja possível requerer o levantamento das quantias depositadas.

- 6.5. O Fundo contratará escritório de advocacia especializado para atuar nos procedimentos relacionados nos itens (6.1), (6.3) e (6.4) acima, referentes ao levantamento das quantias depositadas.
- 6.6. Nos termos da alínea “a” do item (22.1) do Capítulo XXII, qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo ou contestação pela União, com relação ao pagamento do Precatório Adquirido será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

## **CAPÍTULO VII – DA CEDENTE E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

- 7.1. A Cedente detém direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa em virtude de sentenças transitadas em julgado na Ação Judicial, os quais foram caracterizados pela emissão do Precatório em favor da Reclamante, incluindo, mas não se limitando aos créditos indicados no item (7.1.1) abaixo (“Direitos Creditórios”). O Fundo poderá adquirir da Cedente Direitos Creditórios total ou parcialmente.
- 7.1.1. O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, celebrada entre esta instituição e a Reclamante em 05 de Outubro de 2007, a qual foi devidamente registrada no 4º Tabelionato de Notas da Cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, nas páginas 231 a 236 do livro 2757, adquiriu da Reclamante a totalidade das parcelas vincendas do Precatório.
- 7.2. Nos termos da Emenda Constitucional nº 30, os Direitos Creditórios serão pagos pela União pelo seu valor real, em moeda corrente, em prestações anuais, iguais e sucessivas, acrescidos dos juros legais, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. É esperado que a União utilize o seguinte critério:



Ano de Pagamento	Prazo Máximo de Notificação de Pagamento pela União	Correção Monetária e Juros Aplicáveis	Pagamento
2009-2013	31-dezembro do respectivo ano	Variação do IPCA-E iniciando-se em julho de 2003 e terminando no mês imediatamente anterior à Data de Notificação de Pagamento  Acrescida de juros lineares de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao mês incidentes entre janeiro de 2005 (inclusive) e o mês imediatamente anterior à Data de Notificação de Pagamento (inclusive).	1/10 do valor do Precatório em sua data de emissão

## CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado e gerido pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para:

todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos que integrem a sua carteira.

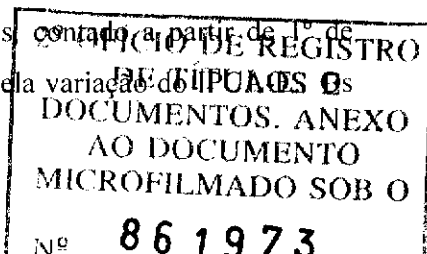
8.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da legislação aplicável, e o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral, a Administradora, pode:

- a) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
- b) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVI;
- c) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Capítulo XXVI e/ou destratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo;
- d) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
- e) praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

- 8.5. A Administradora deverá calcular e divulgar em seu *site*, diariamente, com base exclusivamente nos parâmetros fornecidos pelo Custodiante, a Reserva de Caixa, a Razão de Garantia e a Alocação Mínima de Investimento.
- 8.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado, observado o disposto no item (6.2) acima.
- 8.7. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios pela União, conforme descrito no Capítulo VI.

#### **CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA**

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido, limitado a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) acrescido do valor equivalente a 0,05% (cinco centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), ambos pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos) e apurados no último Dia Útil de cada mês; e (ii) R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos primeiros 12 (doze) meses de operação do Fundo, e, para os anos subsequentes, R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) (em conjunto, “Taxa de Administração”). A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.
- 9.2. O valor em reais definido no item (9.1) deste Capítulo será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de agosto de 2007, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação dos



tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

- 9.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.4. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.5. O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago diretamente pelo Fundo à **OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A.**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, na qualidade de prestadora de serviços de consultoria especializada para a Administradora, nos termos do artigo 39, inciso I da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

## **CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA**

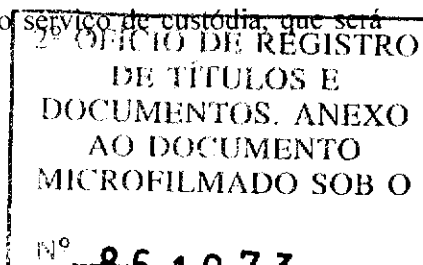
- 10.1. Os Quotistas, em Assembléia Geral, poderão solicitar a substituição da Administradora.
- 10.2. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas forem

comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXII.

- 10.3. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos deste Capítulo.
- 10.4. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.5. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.3), tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

## CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE

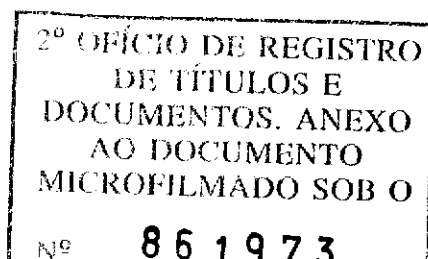
- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será



responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

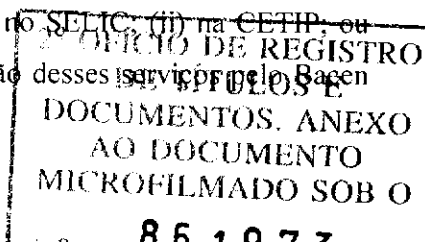
- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo;
- b) validar os Direitos Creditórios a serem cedidos pela Cedente ao Fundo em relação ao Critério de Elegibilidade;
- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
  - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;



- iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora e/ou pela Cedente ou seus respectivos Agentes; e
- iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, na forma descrita no Capítulo VI;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no respectivo Termo de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP, ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen



ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;

- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
  - c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, de acordo com as disposições deste Regulamento; e
  - d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.
- 11.4. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.
- 11.5. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

## **CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO**

- 12.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não

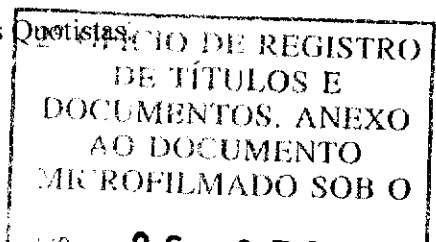
liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas.

12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

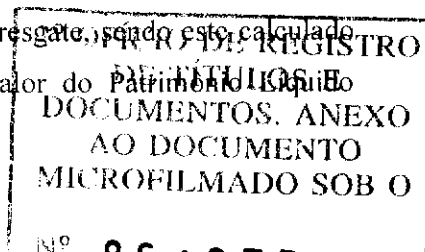
a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.

b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

- c) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- d) **Risco de pagamento antecipado do Precatório Adquirido.** O prazo máximo de liquidação do Precatório pela União é de 10 (dez) anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. Assim, caso a União opte por liquidar o Precatório Adquirido em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- e) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no item 4.7. deste Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.



- h) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XX, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante e a Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- i) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do item (26.1) do Capítulo XXVI.
- j) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas Seniores é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, prestada pela Administradora, pelo Custodiante, qualquer Cedente, suas Afiliadas e/ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade destas Quotas será inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária.
- k) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas.** As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo este calculado nos termos do item (16.4) do Capítulo XVI. Caso o valor do Patrimônio Líquido

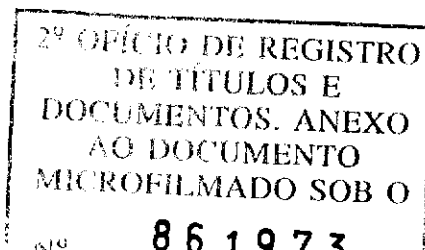


deduzido do valor das Quotas Seniores e da Reserva de Caixa seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.

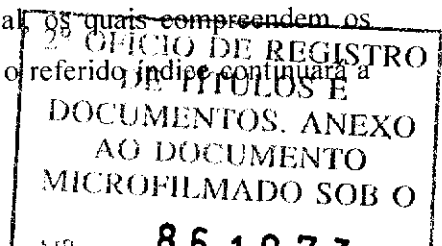
- l) **Conflito de interesses entre o Cedente e o Custodiante.** O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos do Precatório Adquirido alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente não assume quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e de suas autarquias. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e de suas autarquias.



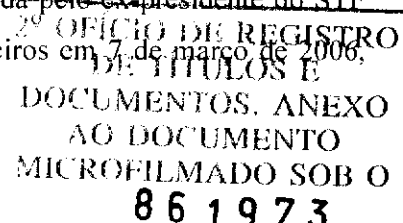
- c) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- d) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, caput e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.
- e) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a



ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- f) **Remuneração da conta individualizada.** O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízos de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.

- g) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006.

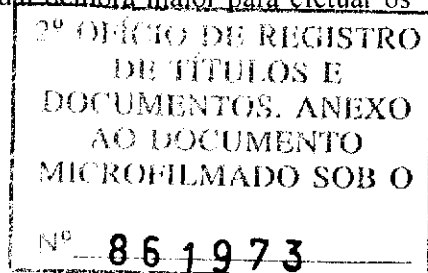


que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- h) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Assim, se comprovada a condição de isenção dos valores, tal como acontece com o Fundo, não deveria haver incidência do imposto de renda na fonte. Na prática, no entanto, têm ocorrido situações em que a instituição financeira responsável pelo pagamento tem negado a dispensa da retenção do imposto, obrigando o cessionário do precatório a obter prévia autorização judicial para efetuar o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto. Verifica-se, também, que muitos juízes ainda negam ao cessionário comprador o levantamento das quantias depositadas, a despeito da declaração de isenção, mesmo se tratando de pessoa isenta ou entidade não personificada (i.e., instituições financeiras, fundo de investimento), não sujeitas à retenção de impostos de renda na fonte, nos termos da legislação aplicável. Isso se dá pelo fato de não ocorrer à alteração do nome do beneficiário (cedente) no SIAF, e de a Caixa Econômica Federal manter em seu sistema o CPF/CNPJ do cedente. Como cada alvará de levantamento é expedido pelo Ofício judicial em que tramita o processo, diferentes procedimentos têm sido verificados.

prática, não sendo possível, de antemão, afirmar se o cessionário do crédito enfrentará ou não problemas com indevida retenção de imposto de renda no momento do levantamento. Assim, a Administradora, atuando por conta e ordem do Fundo, poderá ter de ingressar com medidas judiciais solicitando o levantamento de quantias sem a retenção do imposto de renda acima referido.

- i) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, o credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados pelo Precatório. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados pelo Precatório, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis ao credor, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.
- j) **Quanto à substituição da Reclamante pelo Fundo na Ação Judicial.** Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e da Reclamante, a inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação Judicial, como beneficiário do Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que poderá ensejar a necessidade de interposição de recursos e em eventual demora maior para efetuar os levantamentos dos valores pagos.



- k) **Risco de não inclusão dos pagamentos do Precatório Adquirido no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada, esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento do Direito Creditório, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- 12.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Cedente, a Administradora, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvadas os casos comprovados de dolo e má-fé.

### **CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, subtraídas as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

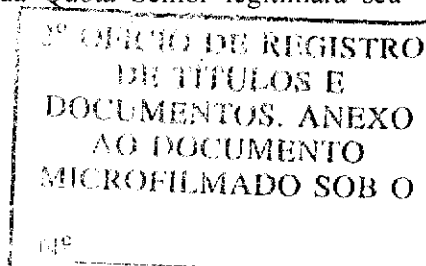
### **CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS**

- 14.1. O Fundo emitirá 01 (uma) classe de quotas seniores (“Quotas Seniores”) e 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), ambas em ~~série única, em uma ou mais~~

distribuições. O Fundo poderá emitir até 10 (dez) Quotas Seniores, podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitidas novas Quotas Seniores ao amparo do Capítulo XXVI, e até 65 (sessenta e cinco) Quotas Subordinadas. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto no Capítulo XXII. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriurador.

14.2. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate de Quotas, observado o disposto neste Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, tem seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) poderá ser amortizada na forma definida no Capítulo XVII, sendo que o prazo de duração das Quotas Seniores do Fundo coincide com o Prazo de Duração;
- f) não obstante o limite máximo de 10 (dez) Quotas Seniores emitidas, nos termos do Capítulo XXVI, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.



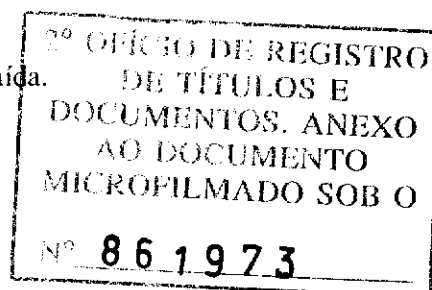
14.3. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas, observados os termos deste Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, tem seu valor apurado na forma do item (16.4) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) não obstante o limite máximo de 10 (dez) Quotas Seniores emitidas, nos termos do Capítulo XXVI, os titulares das Quotas Subordinadas poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da emissão e integralização de novas Quotas Seniores, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.

14.3.1. No curso normal do Programa de Securitização, a Razão de Garantia será equivalente a, no máximo, 1 (hum), e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento). Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Razão de Garantia caso esta seja equivalente a 1 (hum), isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação.

14.4. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas do Fundo.

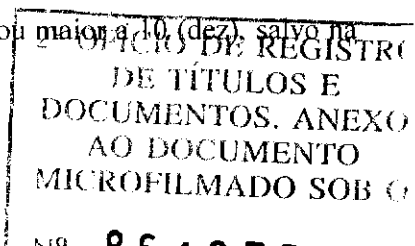
14.5. O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso ou saída.



- 14.6. É permitida a constituição de qualquer cessão de créditos, ônus ou gravame, de qualquer natureza, sobre os direitos e prerrogativas vinculados às Quotas, desde que previamente comunicadas à Administradora e averbada nos registros mantidos pelo Agente Escriturador, sendo que a Administradora somente reconhecerá uma Pessoa como titular de cada Quota. Para tanto, as Quotas não poderão estar depositadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.
- 14.7. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo XXIII.
- 14.8. O somatório do valor atualizado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será, necessariamente, equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

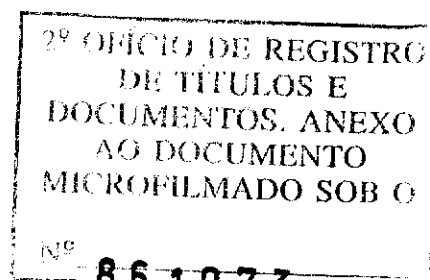
## **CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS**

- 15.1. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado nas formas definidas nos itens 16.1 e 16.4 respectivamente do Capítulo XVI abaixo, na data em que as respectivas contraprestações sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo. As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pelo respectivo subscritor.
- 15.1.1. Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.
- 15.2. Em cada Data de Emissão o Fundo deverá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas, sendo certo que a razão entre (i) o valor agregado das Quotas Subordinadas emitidas; e (ii) o valor agregado das Quotas Seniores emitidas deverá ser igual ou maior a 10 (dez), salvo na



hipótese de emissão de novas Quotas Seniores para assegurar a defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, nos termos do Capítulo XXVI.

- 15.3. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 15.4. Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. A manutenção desta oferta e o funcionamento do Fundo estão condicionados à quantidade mínima de 01 (uma) Quotas Sênior subscrita e integralizada. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo, e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.
- 15.5. Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo.
- 15.6. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 15.7. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 15.8. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade das contrapartidas confiadas pelos Quotistas à Administradora.



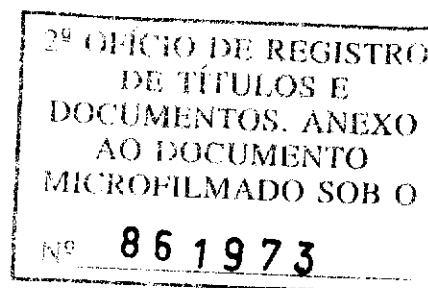
- 15.9. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação no mercado primário e secundário na CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.
- 15.10. Caberá a Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas nos sistemas de negociação acima referidos.

## CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

- 16.1. O valor de cada Quota Sênior e de cada Quota Subordinada em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A partir de sua 1ª (primeira) Data de Emissão, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou, nas hipóteses previstas neste Regulamento, resgate, sendo que este será equivalente a um dos valores abaixo, conforme o caso:
- a) caso o valor do Patrimônio Líquido seja inferior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá à divisão (i) do valor do Patrimônio Líquido apurado na abertura do dia (ii) pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior; ou
  - b) caso o valor do Patrimônio Líquido seja superior ao Patrimônio de Referência, o valor unitário de cada Quota Sênior corresponderá ao Valor Unitário de Referência.
- 16.2. O Patrimônio de Referência será calculado todo Dia Útil, sendo equivalente ao produto entre (i) o Valor Unitário de Referência e (ii) pelo número de Quotas Seniores em Circulação no Dia Útil imediatamente anterior.
- 16.3. O Valor Unitário de Referência (“VUR”) será calculado todo Dia Útil através da seguinte expressão:

$$VUR_t = VUB \times \frac{IPCA - E_t}{IPCA - E_{Anterior}} * \frac{(1 + ProjIPCA_t)^{Pr o - Rata_t}}{(1 + ProjIPCA_{Anterior})^{Pr o - Rata_{Anterior}}} \times (1 + Meta Re muneração)^{Pr azo / Int}^{252}$$

onde:



$VUR_i$  é o Valor Unitário de Referência válido para o  $i$ -ésimo Dia Útil contado a partir da 1ª Data de Emissão ("Data de Apuração");

VUB é o Valor Unitário Base de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a partir da 1ª Data de Emissão, e, em cada Data de Amortização de Quotas, após o pagamento da respectiva amortização de Quotas Seniores, o Valor Unitário Base será equivalente: (1) ao Valor Unitário de Referência, apurado com referência à abertura de cada Data de Amortização de Quotas, (2) deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização de cada Quota Sênior;

$IPCA-E_i$  significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à Data de Apuração. Caso o número índice do  $IPCA-E_i$  não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração, o  $IPCA-E_i$  será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, o mês anterior à Data de Apuração, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à Data de Apuração, será utilizado a Proj IPCA;

$IPCA-E_{Anterior}$  significa o número índice do IPCA-E correspondente ao mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso. Caso o número índice do  $IPCA-E_{Anterior}$  não tenha sido divulgado pelo IBGE até a Data de Apuração, o  $IPCA-E_{Anterior}$  será determinado como o produto (1) do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE e (2) o produto dos fatores acumulados das variações do número índice do IPCA-15, conforme divulgadas pelo IBGE, correspondentes aos meses posteriores ao mês do último número índice IPCA-E divulgado pelo IBGE até, inclusive, mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, na falta de divulgação do IPCA-15 do mês anterior à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização de Quotas, será utilizado a Proj IPCA;

MetaRemuneração significa 11% (onze por cento) ao ano;

PrazoÚtil<sub>i</sub> significa o número de Dias Úteis entre (1) a 1ª Data de Emissão ou a última Data de Amortização de Quotas, conforme o caso, inclusive, e (2) a Data de Apuração, ~~exclusive;~~

Proj IPCA<sub>i</sub> significa a projeção da variação do IPCA vigente no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Apuração<sub>i</sub>, conforme divulgada pela ANDIMA. Caso a ANDIMA não divulgue a projeção do IPCA para uma determinada Data de Apuração<sub>i</sub>, o Proj IPCA<sub>i</sub> será determinado como o Proj IPCA<sub>i-1</sub> (projeção vigente no Dia Útil imediatamente anterior);

Proj IPCA<sub>Anterior</sub> significa o número Proj IPCA<sub>i</sub> com referencia à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso;

Pro-Rata<sub>Anterior</sub> significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês referente à 1ª Data de Emissão ou à última Data de Amortização, conforme o caso, (inclusive) e (2) a 1ª Data de Emissão ou última Data de Amortização, conforme o caso, (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da 1ª Data de Emissão ou da última Data de Amortização, conforme o caso; e

Pro-Rata<sub>i</sub> significa a divisão de (i) o número de Dias Úteis decorridos entre (1) o primeiro Dia Útil do mês da Data de Apuração<sub>i</sub>, (inclusive) e (2) a Data de Apuração<sub>i</sub> (exclusive) pelo (ii) número de Dias Úteis existentes no mês da Data de Apuração<sub>i</sub>.

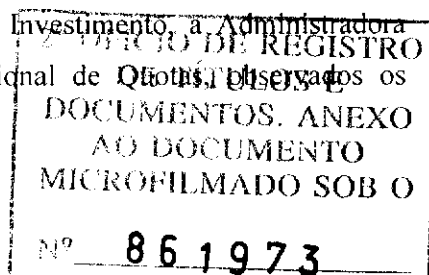
- 16.4. O valor de cada Quota Subordinada, em sua 1ª Data de Emissão será equivalente a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor do somatório das Quotas Seniores, apurado na forma do item (16.1) acima, e da Reserva de Caixa, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas em Circulação na ocasião.

## CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 17.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX, em até 3 (três) Dias Úteis após o efetivo recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida, sendo certo que o valor a ser amortizado com relação a cada Quota ~~Senior em cada Data de~~ Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos ~~para amortização de~~

Quotas pelo Fundo, será equivalente ao produto (i) do valor da Quota Sênior, apurado na abertura da respectiva Data de Amortização de Quotas, e (ii) o Percentual de Precatório Amortizado. O restante dos recursos disponíveis para amortização de Quotas pelo Fundo, caso existente, será destinado à amortização de Quotas Subordinadas.

- 17.2. Em cada data de recebimento, pelo Fundo, de cada Parcela Recebida, será calculado o percentual do Precatório amortizado, através da divisão entre (i) a Parcela Recebida; e (ii) o Saldo Agregado Atualizado do Precatório Adquirido ("Percentual de Precatório Amortizado").
- 17.3. O Saldo Agregado Atualizado do Precatório Adquirido será determinado como a soma dos saldos atualizados de cada Precatório Adquirido, que por sua vez serão determinados como o valor nominal de cada Precatório Adquirido, corrigido pela variação do IPCA-E e sujeito à incidência de juros, nos termos da Emenda Constitucional nº 30 e de acordo com a descrição da tabela apresentada no item (7.2) do Capítulo VII, e deduzido das Parcelas Recebidas correspondentes ao referido Precatório Adquirido.
- 17.4. Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor de abertura da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.
- 17.5. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos aos Quotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.
- 17.6. A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, serão efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas para; ou (ii) em Direitos Creditórios, na hipótese prevista no item (17.10) abaixo.
- 17.7. Caso o Fundo deixe de atender à Alocação Mínima de Investimento, a Administradora deverá promover a amortização compulsória e proporcional de Quotas, observados os

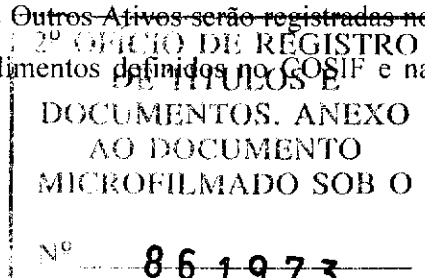


procedimentos descritos nos itens acima, de forma que, computada, *pro-forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda à Alocação Mínima de Investimento.

- 17.8. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 17.9. Em virtude da adoção do Regime de Caixa para amortização de Quotas, previstos nos itens (17.1) e (17.4) acima, o período de carência para a amortização ou para o resgate das Quotas, ficará compreendido entre a respectiva Data de Emissão e o Dia Útil subsequente a cada data de recebimento de recursos pelo Fundo decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios.
- 17.10. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XX. O saldo, se houver, poderá ser pago em Direitos Creditórios, por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

## **CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

- 18.1. O valor dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo será calculado, observado o critério de fluxo de caixa descontado, de acordo com as rotinas e procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia.
- 18.2. Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 18.3. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os ~~Outros Ativos serão registradas no~~ resultado do período, observadas as regras e os procedimentos ~~definidos no COSIF e na~~



Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

- 18.4. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

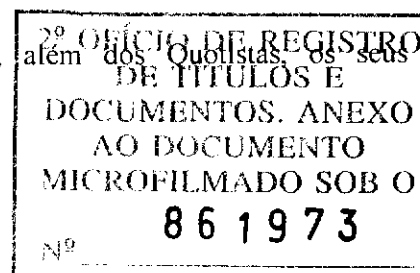
## **CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

- 19.1. Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e, no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;

- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
  - g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver; e
  - h) deliberar sobre a alteração aos Documentos da Securitização.
- 19.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, ou para realização de ajustes formais aos procedimentos do Programa de Securitização, desde que as mesmas não afetem, negativamente, o equilíbrio econômico financeiro do Programa de Securitização ou possam prejudicar de qualquer forma os Quotistas, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato ao mesmo, divulgação esta que lhe será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 19.3. A primeira convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante, cadastrado na Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- 19.4. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente; ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pelos Quotistas.
- 19.5. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou pelos Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- 19.6. A Administradora ou os Quotistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe de Quotas em circulação ~~poderão convocar, para participar de~~ Assembléia Geral, os representantes dos beneficiários ~~de qualquer dos negócios jurídicos~~

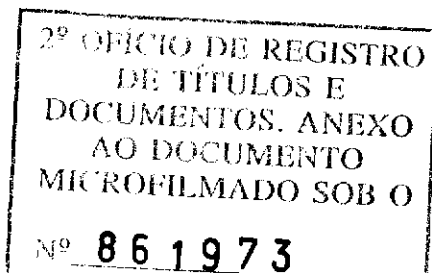
- definidos no item (14.6) do Capítulo XIV, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria, ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 19.7. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.
- 19.8. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita, quando da primeira convocação, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias corridos de antecedência, contados da data da publicação da convocação, e, quando da segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) dias corridos de antecedência, contados da data prevista para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira. A respectiva convocação far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante cadastrado na Administradora.
- 19.9. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 01 (um) Quotista.
- 19.10. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 19.11. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 19.12. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos titulares das Quotas em Circulação.
- 19.13. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores.



- 19.14. Todas as deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quora* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas, devendo ser divulgados aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 19.15. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

## **CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

- 20.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obrigase, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e de eventuais alienações de Outros Ativos, na seguinte ordem:
- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, sendo certo que os Quotistas devem aprovar, em Assembléia Geral, qualquer encargo cujo montante individual ultrapasse R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) ou seu valor equivalente em outras moedas;
  - b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
  - c) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Seniores, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;
  - d) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;

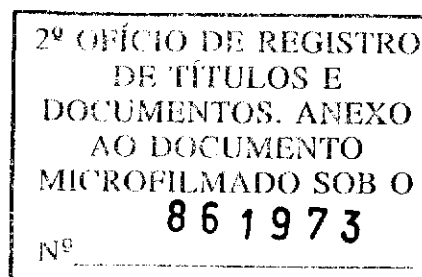


- e) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- f) na amortização das Quotas Seniores; e
- g) na amortização das Quotas Subordinadas.

20.2. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido, conforme o caso, (a) entre a data de início e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente à data de início; ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 30 de junho do 2º ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios (“Reserva de Caixa”).

## **CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO**

21.1. O prazo de duração do Fundo é de 12 (doze) anos, contados a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das Quotas, conforme o caso, o que ocorrer antes (“Prazo de Duração”). O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Capítulo XXII a seguir.



## CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

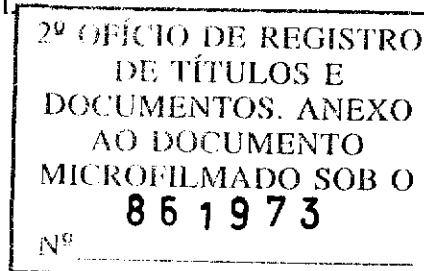
22.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas, em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos Avaliação”):

- a) qualquer Inadimplemento no Pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou contestação pela União com relação ao pagamento do Precatório Adquirido;
- b) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos; ou
- c) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento.

22.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XIX.

22.3. Na hipótese dos Quotistas, em Assembléia Geral, convocada na forma do item (22.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover (i) inicialmente o resgate das Quotas Seniores, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI; e posteriormente, (ii) promover o resgate das Quotas Subordinadas, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI.

22.4. Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.



## CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

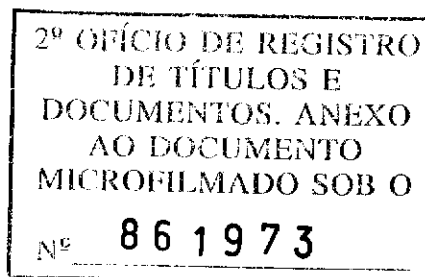
- 23.1. Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas referida no item (22.3) do Capítulo XXII, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, todas por meio da dação em pagamento do eventual saldo remanescente dos ativos integrantes de sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas observado o disposto no item (28.2) abaixo.
- 23.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (23.1) anterior, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (23.3) a seguir.
- 23.3. Para fins do disposto no item (23.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembléia Geral referida no item (23.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro-rata*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância ao disposto no Capítulo XX. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 23.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à

Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares das Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (23.3) acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

## **CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

24.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas do Fundo pela Administradora:

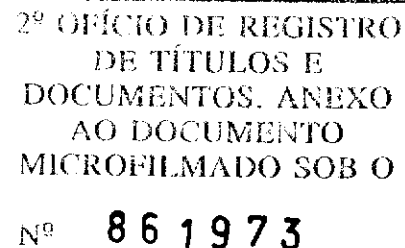
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora (“Empresa de Auditoria”);
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;



- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
  - h) taxas de custódia de ativos do fundo;
  - i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
  - j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e
  - k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea “g” do item (19.1) do Capítulo XIX.
- 24.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## **CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

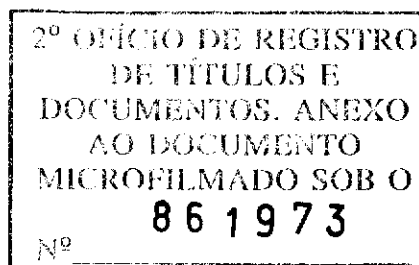
- 25.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, de modo a garantir aos Quotistas, acesso a tais informações.
- 25.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.
- 25.3. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e por meio de carta registrada enviada aos representante dos Quotistas, devendo estas serem mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora.



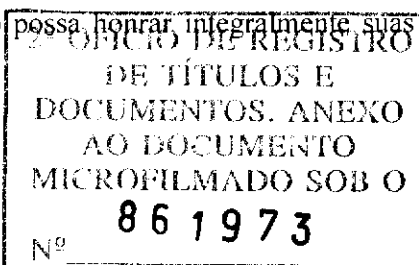
- 25.4. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
  - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
  - c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 25.5. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
  - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

## **CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS**

- 26.1. Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.



- 26.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 26.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral prevista no item (26.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização das Quotas, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 26.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 26.5. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma deste Capítulo.
- 26.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas



obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

## **CAPÍTULO XXVII – DO FORO**

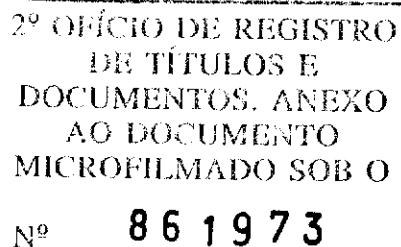
- 27.1. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

## **CAPÍTULO XXVIII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 28.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 28.2. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.
- 28.3. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas.
- 28.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de dezembro e terminando em 30 de novembro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2008.

  
**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**



## ANEXO I

### TERMO DE ADESÃO

#### Termo de Adesão ao Regulamento

#### Termo de Adesão ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

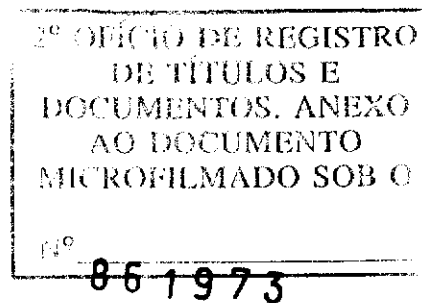
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Alexandre Lodi

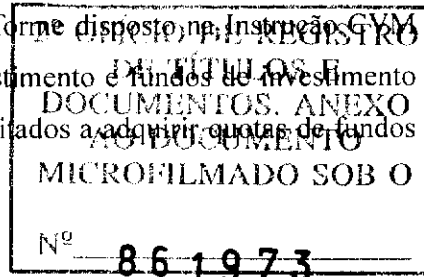
Eu, [●], [qualificar], na qualidade de investidor do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II** (“Fundo”), administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), tendo como diretor designado o Sr. Mauro Sergio de Oliveira (“Diretor Designado”), declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Direitos Creditórios”) e da possibilidade de os Quotistas serem requisitados a aportar recursos, caso o patrimônio líquido do Fundo seja negativo ou o fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, conforme previsto no inciso “x” do item II abaixo.



II. Estar de acordo e ciente de que:

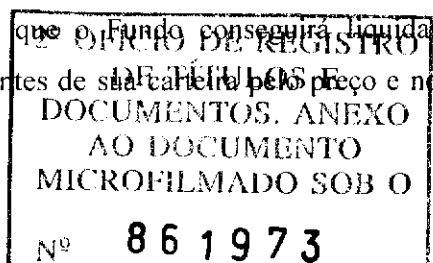
- a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, do custodiante do Fundo (“Custodiante”, Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 2200, 1º andar, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11) ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora, conforme o caso, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas sociedades, direta ou indiretamente, controladas, controladoras, ou controladas por mesmo controlador (“Afiladas”), serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela negociação restrita das quotas no mercado secundário, inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos quotistas quando do resgate de suas quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XII do regulamento do Fundo (“Regulamento”), os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) Caso as Quotas sejam integralizadas por meio de TED, os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão;
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item (25.3) do Capítulo XXV do Regulamento;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por (i) investidores que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos



de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409, e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409, que busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo;

- g) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo IX do Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida;
- h) tenho pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, especialmente dos riscos abaixo discriminados:
- i) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.

- ii) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar suas posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no



momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

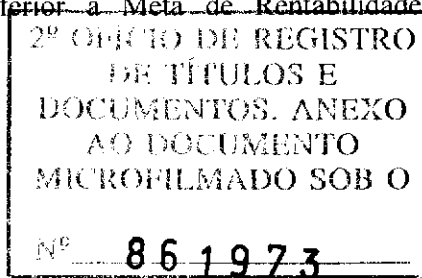
- iii) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- iv) **Risco de pagamento antecipado do Precatório Adquirido.** O prazo máximo de liquidação do Precatório pela União é de 10 (dez) anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. Assim, caso a União opte por liquidar o Precatório Adquirido em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.
- v) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- vi) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco aqui descritos, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

vii) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

viii) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Regulamento, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante e a Cedente não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

ix) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização de novas Quotas Seniores, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do Regulamento.

x) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas Seniores é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, prestada pela Administradora, pelo Custodiante, qualquer Cedente, suas Afiliadas e/ou pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade destas Quotas será inferior à Meta de Rentabilidade Prioritária.



xi) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas.** As Quotas Subordinadas subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate. Caso o valor do Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores e da Reserva de Caixa seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.

xii) **Conflito de interesses entre o Cedente e o Custodiante.** O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará como cedente e Custodiante das Quotas do Fundo. Tal situação poderá ensejar conflitos de interesses decorrentes da inexistência de controles recíprocos normalmente existentes quando tais funções são exercidas por entidades distintas.

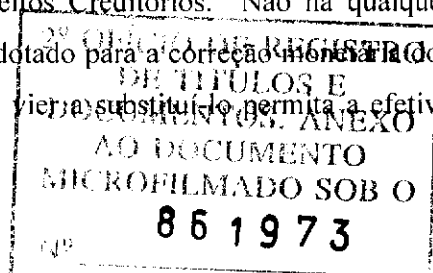
xiii) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos do Precatório Adquirido alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

xiv) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação da Cedente ou de qualquer outra Pessoa. A Cedente não assume quaisquer responsabilidades pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União e de suas autarquias. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União e de suas autarquias.

xv) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 (dez) anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição Federal alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

xvi) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, caput e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do caput do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.

xvii) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva



atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição Federal vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do precatório, na forma incluída anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

xviii) **Remuneração da conta individualizada.** O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução nº 559, de 26/06/2007, regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos relativos a precatórios devidos pela União. Nos termos da Resolução acima referida, os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário. O tribunal competente envia comunicado dos depósitos aos respectivos Juízes de execução, que intimam, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. A Administradora, o Custodiante, a Cedente e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de remuneração das contas individualizadas abertas em instituição bancária oficial para depósito dos valores pela União.

xix) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da

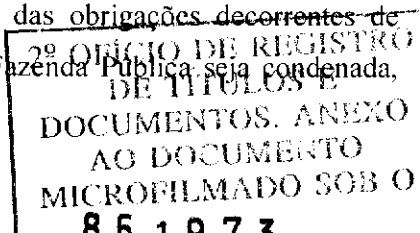
despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% (trinta por cento) seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

xx) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Assim, se comprovada a condição de isenção dos valores, tal como acontece com o Fundo, não deveria haver incidência do imposto de renda na fonte. Na prática, no entanto, têm ocorrido situações em que a instituição financeira responsável pelo pagamento tem negado a dispensa da retenção do imposto, obrigando o cessionário do precatório a obter prévia autorização judicial para efetuar o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto. Verifica-se, também, que muitos juízes ainda negam ao cessionário comprador o levantamento das quantias depositadas, a despeito da declaração de isenção, mesmo se tratando de pessoa isenta ou entidade não personificada (i.e., instituições financeiras, fundo de investimento), não sujeitas à retenção de impostos de renda na fonte, nos termos da legislação aplicável. Isso se dá pelo fato de não ocorrer a alteração do nome do beneficiário (cedente) no SIAF, e de a Caixa Econômica Federal manter em seu sistema o CPF/CNPJ do cedente. Como cada alvará de levantamento é expedido pelo Ofício judicial em que tramita o processo, diferentes procedimentos têm sido verificados na prática, não sendo possível, de antemão, afirmar se o cessionário do crédito enfrentará ou não problemas com indevida retenção de imposto de renda no momento do levantamento. Assim, a Administradora, atuando por conta e ordem do

Fundo, poderá ter de ingressar com medidas judiciais solicitando o levantamento de quantias sem a retenção do imposto de renda acima referido.

- xxi) **Riscos relacionados ao recebimento de valores.** No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos anuais dos Direitos Creditórios são transferidos para o Poder Judiciário e, posteriormente, depositados em instituição bancária oficial em conta remunerada individualizada e enviado comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima, por sua vez, as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, depois de ouvida a Fazenda Pública, sendo que o Fundo poderá sofrer dificuldades e/ou atrasos na liberação dos depósitos em razão da própria morosidade da justiça brasileira. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será informada ao Juízo da causa e, no momento em que for feito o levantamento, o credor terá direito somente à quantia a que fizer jus, acrescido da correção monetária e dos juros incidentes sobre os créditos representados pelo Precatório. A Administradora pode demorar a identificar ou ser informada, na qualidade de parte da Ação Judicial, que os pagamentos devidos em um determinado ano foram feitos, acarretando em perdas para os Quotistas. Adicionalmente, na hipótese de o Fundo adquirir somente uma parte dos créditos representados pelo Precatório, poderá ocorrer demora no levantamento, tendo em vista eventuais discussões acerca dos montantes cabíveis ao credor, já que é realizado um único depósito na conta judicial referente a cada Precatório.
- xxii) **Quanto à substituição da Reclamante pelo Fundo na Ação Judicial.** Será solicitada ao juízo competente, por meio de petição conjunta do Fundo e da Reclamante, a inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação Judicial, como beneficiário do Precatório. Existe, no entanto, o risco de o juiz não aceitar a inclusão do Fundo no pólo ativo da ação e/ou como beneficiário do precatório, a despeito da expressa previsão contida no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o que poderá ensejar a necessidade de interposição de recursos e em eventual demora maior para efetuar os levantamentos dos valores pagos.

- xxiii) **Risco de não inclusão dos pagamentos do Precatório Adquirido no orçamento Federal.** A Constituição Federal prevê que o valor das obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública seja condenada,



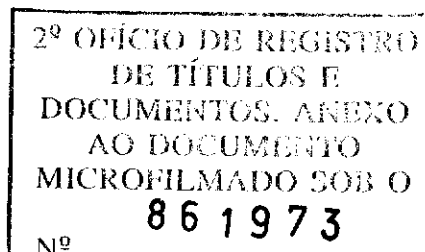
esteja previsto na Lei Orçamentária Anual. O projeto de Lei Orçamentária Anual enviado ao Poder Legislativo federal utiliza os dados enviados pelo Conselho da Justiça Federal acerca de todos os precatórios devidos pela União, e deve ser convertido em lei até o encerramento da sessão legislativa. Caso haja alguma falha humana na elaboração do projeto da Lei Orçamentária Anual, ou caso não haja aprovação de Lei Orçamentária Anual, ou ainda, por qualquer motivo, o referido diploma legal seja aprovado sem a previsão de pagamento do referido precatório, poderá ocorrer atraso no pagamento do Direito Creditório, uma vez que poderá ocorrer um entrave burocrático que terá de ser superado para que efetivamente seja quitado o débito, o que poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Finalmente, nos termos do item (15.6) do capítulo XV do Regulamento, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [●] [qualificar], no seguinte *e-mail* [●].

(Local e data)

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo:



## **Termo de Cessão**

## TERMO DE CESSÃO

### ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE CRÉDITO

Saibam quantos esta escritura pública de compra e venda virem, que aos [•] dias do mês de [•] de 200[•], nesta cidade e Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, perante mim, Tabelião do 4º Serviço de Notas, compareceram partes entre si justas e convencionadas a saber: de um lado, como **OUTORGANTE CEDENTE**, doravante denominada simplesmente **CEDENTE: DETSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228-0001-11, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por [•], e de outro lado, como **OUTORGADO CESSIONÁRIO**, doravante denominado simplesmente **CESSIONÁRIO, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS PRECATÓRIOS FEDERAIS DB II**, condomínio fechado inscrito no CNPJ sob nº 10.288.809/0001-14, constituído de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2907, na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 444, neste ato representado por sua administradora, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social (“Administradora”). Os presentes reconhecidos por mim Tabelião como os próprios, por meio dos documentos de identidade apresentados, dou fé. Pelas partes me foi dito o seguinte: 1) A empresa **RIO DAS PEDRAS PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima com sede no Bairro Costa Pinto, s/n, na Cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 69.037.034/0001-57, incorporadora da Destilaria Rio Brilhante S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 15.546.880/0001-73, ajuizou ação de indenização em face da União Federal, decorrente de prejuízos causados pela fixação de preços dos produtos do setor sucro-alcooleiro, por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool, com fundamento na Lei nº 4.870/65, em desacordo com os valores que deveriam ter sido praticados, conforme pesquisa técnica realizada pela FGV; 2) Que a ação tramitou sob o nº 91.18260-5 perante a 1ª Vara Judiciária de Brasília e foi julgada procedente, com decisão transitada em julgado em 15/02/2000; 3) Que a execução de sentença tomou o nº 2000.34.00.030313-8 perante a mesma 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, tendo sido julgados improcedentes os embargos interpostos pela União Federal, que foi condenada ao pagamento de R\$ 88.991.365,31, por acórdão transitado em julgado em 27/11/2002, tendo sido determinada a expedição do competente precatório, apresentado em 10/07/2003; 4) Que até o presente momento, foram pagas 4 (quatro) parcelas: R\$ 10.524.656,35 e R\$ 10.549.009,33, em 23/06/2005; R\$ 11.626.965,88, em 15/05/2006; e R\$ 12.548.291,08, e 23/04/2007; 5) Que ainda existem recursos da União pendentes de julgamento, interpostos contra a decisão que indeferiu medida liminar em ação cautelar da União Federal que visava sustar os levantamentos pelo credor, além de recurso contra a decisão do Tribunal Regional da 1ª Região que julgou extinta a ação rescisória nº 2002.01.00.007078-0, por meio da qual a União Federal pretendia anular a decisão condenatória, por força de decadência, tendo em vista que a ação foi proposta mais de 2 anos após o trânsito em julgado da referida decisão; 6) Que a **CEDENTE**, nos termos da “Escritura Pública de Cessão de Crédito”, celebrada entre esta instituição e a **RIO DAS PEDRAS PARTICIPAÇÕES S.A.** em 05 de Outubro de 2007, a qual foi devidamente registrada no 4º Tabelionato de Notas da Cidade e Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, nas páginas 231 a 236 do livro 2757,

adquiriu da **RIO DAS PEDRAS PARTICIPAÇÕES S.A.** a totalidade das parcelas vincendas do precatório; 7) Que nos termos da Emenda Constitucional nº 30, os Direitos Creditórios serão pagos pela União pelo seu valor real, em moeda corrente, em prestações anuais, iguais e sucessivas, acrescidos dos juros legais, no prazo máximo de até 10 (dez) anos; 8) Que a **CEDENTE** neste ato pretende ceder, e que o **CESSIONÁRIO** pretende receber em cessão, a totalidade (100%) dos Direitos Creditórios no valor supracitado de R\$ [●], livres e desembaraçados de quaisquer ônus, bem como dos direitos acessórios dele decorrentes, ou seja, nos Direitos Creditórios cedidos incluem-se todos os acessórios previstos na legislação aplicável ao pagamento de precatórios, inclusive correção monetária e juros, podendo o **CESSIONÁRIO** praticar todos os atos necessários e adequados para a defesa de seus interesses, tornando-se credor do valor representado pelo precatório para todos os fins de direito; 9) Que, por esta cessão, o **CESSIONÁRIO** pagará à **CEDENTE** o preço correspondente a R\$ [●] ([●]) até [●] de [●] de 200[●]; 10) Que o pagamento do valor acima descrito será efetuado em moeda corrente ou mediante cheque nominal à **CEDENTE**, sendo os tributos incidentes arcados por cada uma das partes; 11) Que o **CESSIONÁRIO** assumirá a responsabilidade e arcará com todas as despesas decorrentes do acompanhamento do Precatório, e do levantamento dos valores de sua titularidade a serem pagos pela União, cabendo-lhe nomear advogado para representá-lo na Ação Judicial, requerer a expedição de alvarás de levantamento, e tomar as providências necessárias para o efetivo recebimento do crédito; 12) Que após a confirmação do pagamento previsto no item 9, a **CEDENTE** dá ao **CESSIONÁRIO** ampla e geral quitação, nada mais tendo a reclamar quanto ao direito creditório cedido; 13) A **CEDENTE** não responde pela solvência da União e pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao **CESSIONÁRIO**, mas somente responde pela existência dos Direitos Creditórios na presente data, nos termos dos artigos 295 e 296 do Código Civil; 14) A **CEDENTE** apresenta, nesta data, os documentos previstos no art. 19 da Lei nº 11.033/2004, cabendo ao **CESSIONÁRIO**, a partir desta data, providenciar as suas próprias certidões para efetuar os levantamentos a que tenha direito, na forma da legislação que esteja em vigor; 15) Que informarão ao juízo da 1ª Vara da Seção Judiciária de Brasília da presente cessão, promoverão a notificação da União Federal acerca desta cessão, e requererão que seja feita a inclusão do **CESSIONÁRIO** como beneficiário do Precatório, bem como seja feita a inclusão do **CESSIONÁRIO** no pólo ativo da Ação Judicial; 16) Que em face da cessão ora pactuada o **CESSIONÁRIO** passar a ter o direito de requerer, a qualquer tempo, diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito ora cedido, que foi reconhecido na sentença transitada em julgado na Ação Judicial, cabendo ao **CESSIONÁRIO** se valer de todos os meios legais para garantir seus direitos, devendo o mesmo arcar com quaisquer custos envolvidos, e aproveitar todo o resultado das medidas que resolver adotar, ficando a **CEDENTE** desonerada de toda e qualquer responsabilidade pelos atos praticados pelo **CESSIONÁRIO**; 17) Que a presente cessão é realizada na forma de acordo com o regulamento do **CESSIONÁRIO**, devidamente registrado na CVM sob o nº [●]. 18) Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas com relação ao presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja. Assim convencionados, me pediram que lhes fizessem a presente escritura, em minhas Notas, o que foi feita, sendo-lhes lida por mim Tabelião, em voz alta, acharam conforme, aceitaram, outorgaram reciprocamente e assinam dispensando as testemunhas nos termos do Provimento n.º ..... da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. Eu, \_\_\_\_\_, TABELIÃO, a fiz digitar, subscrevo e assino em público e raso.

**Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV – Manuais de Procedimentos da  
Justiça Federal**

# **PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV**

MANUAIS DE PROCEDIMENTOS  
DA JUSTIÇA FEDERAL

## EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de Precatórios (Instituído pela Portaria n. 051, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

### 2ª edição revista e atualizada

## EQUIPE DE REVISÃO

Grupo que promoveu a atualização do *Manual de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV*, bem como incluiu novas orientações com base nas normas legais vigentes, sob a coordenação do Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva:

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador do Grupo)
- Leila Maria Moreira Peixoto (TRF - 1ª Região)
- Márcio da Silva Albuquerque (TRF - 1ª Região)
- André Costa Sousa (TRF - 2ª Região)
- Leonardo Santos Carvalho (TRF - 2ª Região)
- Rogério Brenicci (TRF - 3ª Região)
- Regina Maria Carvalho Eliezer (TRF - 3ª Região)
- Sérgio Tinoco Cordeiro Filgueiras (TRF - 3ª Região)
- Álvaro Madsen (TRF - 4ª Região)
- Miriam Ribeiro Alves (TRF - 4ª Região)
- Maria Tereza Della Santa (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Araújo Filho (TRF - 5ª Região)
- Ricardo César Almeida da Silva (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (1ª Secretária - CJF)
- Gustavo Bicalho Ferreira da Silva (2º Secretário - CJF)
- Ricardo Manhães Seabra (CJF)
- Barão Mello da Silva (CJF)

### 1ª edição

## EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de precatórios (instituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador)
- Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz (Subcoordenadora)
- Hylton Pereira (Primeiro Secretário)
- Leila Maria Moreira Peixoto (Segunda Secretária)
- Geovania Carneiro de Lima (TRF - 1ª Região)
- Romildo Narciso Volotão (TRF - 2ª Região)
- Luiz Alberto de Almeida e Silva (TRF - 2ª Região)
- Andréa Regina dos Santos (TRF - 3ª Região)
- Maria Aparecida Martinez Ciliano (TRF - 3ª Região)
- Humberto Schimitt Vieira (TRF - 4ª Região)
- Regaldo Amaral Mildbradt (TRF - 4ª Região)
- José David Vendramin (TRF - 4ª Região)
- Ilka Maria Anselmo Nogueira (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Arruda Filho (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (CJF)



# **PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV**

**2ª edição**

**revista e atualizada**

**MANUAIS DE PROCEDIMENTOS  
DA JUSTIÇA FEDERAL**

**MAIO 2005**

**Coordenação editorial**

Subsecretaria de Divulgação e Editoração da SPI/CEJ

**Diagramação**

*Alice Zilda Dalben Siqueira*

**Capa**

*Helder Marcelo Pereira*

*Enivaldo Sizino dos Santos*

**Impressão**

Divisão de Serviços Gráficos da

Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal

Copyright © Conselho da Justiça Federal

ISBN 85-85572-73-6

Tiragem: 2000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que indicada a fonte.

C955m

Conselho da Justiça Federal

Precatórios e requisições de pequeno valor - RPV / Conselho da Justiça Federal; Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva, coord. 2. ed. rev. e atual. – Brasília : CJF, 2005.

76 p. (Manuais de procedimentos da Justiça Federal).

ISBN 85-85572-73-6

1. Precatório 2. Execução 3. Fazenda Pública. I. Silva, Ricardo Perlingeiro Mendes da, coord. II. Título III. Série.

CDU : 347.952

# SUMÁRIO

Apresentação (2ª edição) .....	7
Apresentação (1ª edição) .....	8
I – Contexto atual .....	10
1 Normas gerais .....	10
1.1 Constituição Federal – CF .....	10
1.2 Lei Complementar nº 101/2000 .....	12
1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO .....	13
1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA .....	13
1.5 Lei nº 10.259/2001 .....	13
1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004) .....	13
1.7 Lei nº 11.033/2004 .....	14
1.8 Resolução/CJF nº 438/2005 .....	14
II – Aspectos orçamentários .....	14
1 Caracterização do débito judicial como despesa pública .....	14
1.1 Definições .....	14
1.1.1 Orçamento público .....	14
1.1.2 Despesa pública orçamentária .....	15
1.1.3 Débito judicial .....	15
2 Classificação do débito judicial no orçamento federal .....	15
2.1 Classificação institucional .....	15
2.2 Classificação quanto à espécie da requisição .....	16
2.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	16
2.2.2 Precatório – PRC .....	17
2.3 Classificação quanto à natureza da despesa .....	17
2.4 Classificação quanto à forma de pagamento .....	19
2.4.1 Pagamento em parcela única .....	19
2.4.2 Pagamento de forma parcelada .....	19
3 Regras para o parcelamento .....	19
3.1 Débitos judiciais da Fazenda Pública Federal .....	19
3.1.1. Art. 78, <i>caput</i> , do ADCT (EC nº 30/2000) .....	19
3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos .....	20
3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público .....	20
4 Elaboração do Orçamento .....	20
4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal .....	20
4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	21
4.1.2 Precatórios – PRC .....	22
4.1.3 Prazos .....	22
4.1.3.1 Para o Projeto da LDO .....	22
4.1.3.2 Para o Projeto da LOA .....	22
4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades de direito público .....	23
4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	23
4.2.2 Precatórios – PRC .....	23
5 Estágios da execução orçamentária e financeira .....	24
6 Retificações e devoluções no orçamento .....	24
6.1 Retificações .....	24
6.2 Devoluções .....	25

7 Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores .....	25
7.1 Restos a pagar .....	25
7.2 Despesas de exercícios anteriores .....	26
III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento .....	26
1 Espécies de requisição de pagamento .....	26
2 Procedimentos para expedição de requisição de pagamento .....	27
2.1 Requisições expedidas pelas varas comuns federais e estaduais .....	27
2.2 Requisições expedidas pelos juizados especiais federais .....	31
IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais .....	33
1 Classificação, verificação dos dados obrigatórios e lançamento .....	33
1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios .....	33
1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento .....	33
1.1.2 Classificação e análise de dados .....	33
1.2 Lançamento .....	34
1.2.1 Dados de lançamento .....	34
1.2.2 Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados .....	34
2 Elaboração e trâmite da proposta orçamentária .....	35
3 Repasse de verba ao juízo da execução ou ao beneficiário do crédito .....	36
3.1 Atualização monetária e juros .....	36
3.1.1 Atualização monetária .....	36
3.1.2 Juros .....	37
V – Procedimentos posteriores aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor .....	37
1 Comunicação ao juízo requisitante e às partes .....	37
1.1 Imposto de renda retido na fonte .....	38
VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF .....	38
1 Competência no âmbito da Justiça Federal .....	38
1.1 Principais atribuições .....	39
1.1.1 Atribuições genéricas .....	39
1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais .....	40
2 Encaminhamento dos bancos de dados pelos Tribunais Regionais Federais à SPO/CJF ....	40
2.1 Precatórios .....	40
2.2 Requisições de Pequeno Valor .....	41
3 Liberação dos recursos financeiros aos Tribunais Regionais Federais .....	41
3.1 Precatórios .....	41
3.2 Requisições de Pequeno Valor .....	41
Anexos .....	43
Contituição Federal art. 100 .....	45
Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 .....	49
Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002 .....	52
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 .....	53
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 .....	58
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 .....	60
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 .....	69
Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 .....	70
Resolução nº 439, de 30 de maio de 2005 .....	76

## **APRESENTAÇÃO**

### **(2ª edição revista e atualizada)**

A legislação que disciplina o pagamento das condenações judiciais pela Fazenda Pública é mutável pela própria natureza. A respeito dela não se pode fazer a crítica fácil de que as reiteradas alterações legislativas instabilizam a ordem jurídica. A Lei das Diretrizes Orçamentárias é anual. Anual também é a Lei do Orçamento. As normas jurídicas nelas embutidas não teriam o menor sentido se fossem mera repetição das regras anteriores. Isso tem sido muito proveitoso no que diz respeito ao cumprimento das obrigações da Fazenda Pública Federal, cujo regime jurídico vem se aperfeiçoando. A Lei nº 10.524, de 2002, por exemplo, determinou a descentralização das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Indireta aos Tribunais Regionais Federais. Leis como essas agilizaram sobremaneira os procedimentos nesse tema, e repercutiram naqueles instituídos administrativamente no âmbito do Conselho da Justiça Federal. Havia, nessas circunstâncias, necessidade de adaptação dos atos normativos à nova disciplina legal.

O resultado disso foi a revisão do Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003. Pequenos acréscimos foram feitos autonomamente, como fruto da experiência cotidiana, entre estes aquele que uniformiza em todas as Regiões os critérios que asseguram a ordem cronológica dos pagamentos. O trabalho é importante porque tem efeitos práticos. A Fazenda Pública Federal, ao contrário de outras pessoas jurídicas de direito público, está em dia com o pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais. Neste exercício pagou todas as prestações de natureza alimentícia no mês de fevereiro; aquelas de natureza comum foram satisfeitas no mês de março. O conhecimento dos trâmites legais é indispensável para que isso aconteça, e este é o propósito renovado nesta atualização. Embora endereçado principalmente aos servidores da Justiça Federal, o Manual poderá ser útil também às partes, advogados e procuradores.

Todo este trabalho deve ser creditado aos funcionários da Justiça Federal, principalmente aqueles que criaram a edição originária deste Manual, bem assim aqueles que agora a revisaram e atualizaram – sempre sob a coordenação do MM. Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.

Ministro Ari Pargendler

## APRESENTAÇÃO

(1ª edição)

A presente revisão é fruto da concretização de uma das atividades do Grupo de Trabalho destinado à uniformização dos procedimentos pertinentes ao pagamento de Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

O Grupo foi constituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, alterada pela Portaria Presidencial nº 24, de 30 de março de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do egrégio Conselho da Justiça Federal. É composto por representantes dos cinco Tribunais Regionais Federais, da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal, e coordenado por juízes federais. Todos os participantes estão diretamente envolvidos nos procedimentos relativos ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e na assessoria aos presidentes dos tribunais nessa matéria.

As atividades desenvolvidas nas reuniões realizadas desde sua criação consistem em apresentação de soluções de problemas de cunho procedimental e orçamentário, comuns a todas as Regiões, elaboração de minutas de atos normativos, acompanhamento e elaboração de projetos de lei, sugestões de medidas destinadas à desburocratização do processo de solicitação de créditos orçamentários e seu pagamento, mediante a troca de experiências vivenciadas pelos integrantes, adequação dos procedimentos às inovações legislativas, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Emendas Constitucionais nºs 30/2000 e 37/2002.

O objetivo precípuo deste *Manual* é uniformizar, servindo como fonte de consulta, os principais procedimentos utilizados para a apresentação e pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça Federal.

Para tanto, os capítulos foram desenvolvidos de forma didática, possibilitando sua utilização pelos seus destinatários imediatos: servidores e juízes de primeiro e segundo graus.

O presente *Manual* está dividido em seis títulos:

I – Contexto atual – reúne todas as normas legais e administrativas afetas à matéria tratada neste *Manual*.

II – Aspectos orçamentários – traz uma visão genérica sobre os principais aspectos orçamentários, no que se refere ao pagamento das decisões judiciais e elaboração de proposta orçamentária. Além disso, apresenta, de forma sucinta, a legislação disciplinadora da matéria aqui abrangida.

III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento – descreve os elementos necessários à correta elaboração das requisições de pagamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos atos normativos correlatos.

IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais pertinentes ao processamento das requisições de pagamento – explica as principais etapas do procedimento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, inclusive a elaboração de banco de dados para compor a proposta orçamentária, atualização monetária dos créditos solicitados e transferência de recursos financeiros.

V – Procedimentos posteriores à transferência de verbas das requisições de pagamento – explica os procedimentos na 1ª instância, posteriores ao recebimento do crédito orçamentário do TRF.

VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal – trata da solicitação de créditos e liberações financeiras.

Espera-se que este *Manual* possa auxiliar seus usuários, cumprindo uma das finalidades de sua criação. Lembramos que as rotinas aqui descritas estão sujeitas às alterações legais.

*O Grupo de Trabalho*

## I – CONTEXTO ATUAL

### 1. NORMAS GERAIS

#### 1.1 Constituição Federal

O processamento dos débitos judiciais passou por uma significativa mudança, a partir do exercício financeiro de 2001, resultante, basicamente, da edição da Emenda Constitucional nº 30/2000, que alterou a redação do art. 100 da CF e acrescentou o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A EC nº 30/2000 inovou no tocante à atualização do débito até a data de efetivo pagamento, conforme § 1º, art. 100, da CF e distinguiu os débitos judiciais em duas espécies: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV), permitindo que lei específica estabelecesse sua definição.

*Art. 100, caput: À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

*§ 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de Direito Público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

*§ 2º: As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.*

*§ 3º: O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.*

Outra significativa alteração introduzida pela EC nº 30/2000 diz respeito ao parcelamento do pagamento dos precatórios, em parcelas anuais, no prazo máximo de dez anos, nos termos do *caput* do art. 78 do ADCT, abaixo transcrito:

*Art. 78, caput: Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.*

*Art. 33, caput: Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1ª de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.*

*Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento no disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.*

A EC nº 37/2002 introduziu, no texto constitucional, vedação de expedição de precatório complementar ou suplementar, bem como de fracionamento do valor da execução, de modo a evitar que parte do pagamento se faça por meio de precatório e parte por meio de RPV, nos seguintes termos:

*Art. 100, § 4º: São vedadas as expedições de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.*

Além da regra acima, a referida Emenda acrescentou os arts. 86 e 87 ao ADCT, que excepcionam a regra do parcelamento dos precatórios, nos seguintes termos:

*Art. 86, caput: Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:*

*I – ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;*

*II – ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;*

*III – estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.*

*Art. 87, caput: Para efeito do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:*

*I – quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;*

*II – trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.*

*Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.*

## 1.2 Lei Complementar nº 101/2000

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe a necessidade de serem identificados todos os beneficiários das requisições de pagamento, conforme o art. 10, abaixo transcrito:

*Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.*

### 1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Regulamenta as disposições a respeito de elementos essenciais à inclusão do débito no orçamento, tais como: regras de parcelamento, atualização monetária, incidência de juros etc.

### 1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

Trata-se de um instrumento de gestão e controle que estima a receita e fixa a despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

### 1.5 Lei nº 10.259/2001

Com vigência a partir de janeiro de 2002, a Lei nº 10.259/2001, além de instituir os juizados especiais federais, define o novo limite dos débitos considerados de pequeno valor, fixando-o em 60 salários-mínimos por beneficiário.

*Art. 3º, caput: Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.*

*Art. 17, § 1º: Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).*

### 1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004)

Institui, por conta de imposto de renda, a retenção de 3% (três por cento), a ser feita por instituição bancária oficial, sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor.

## 1.7 Lei nº 11.033/2004

Condiciona o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum à apresentação ao Juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

## 1.8 Resolução/CJF nº 438/2005

Datada de 30 de maio de 2005, altera e consolida as normas anteriormente existentes, bem como uniformiza procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

## II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O estudo dos aspectos envolvidos com o processamento dos débitos judiciais passa, necessariamente, por questões de ordem financeira e orçamentária consagradas na CF e em diversas normas complementares.

### 1. CARACTERIZAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL COMO DESPESA PÚBLICA

O conceito de “débito judicial” é oriundo de dispositivos constitucionais, notadamente do § 1º do art. 100 da CF, que vinculam a sua formação à necessidade de crédito específico e de prévia inclusão no orçamento das entidades devedoras de verba necessária ao seu pagamento.

*Art. 100, § 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

### 1.1 Definições

#### 1.1.1 Orçamento público

Orçamento público é um instrumento de controle e programação de trabalho do governo, contendo o planejamento dos gastos, fixando despesas e estimando receitas individualizadas por unidades orçamentárias, materializado em lei ordinária de validade anual, de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

O modelo orçamentário brasileiro, fundamentado nos arts. 145 a 169 da CF, está previsto na Lei nº 4.320/64, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), integradas entre si.

#### 1.1.2 Despesa pública orçamentária

Despesa pública orçamentária é o recurso público com destinação específica, previamente fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O pagamento de obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública for condenada, depende de orçamento prévio, como exigido pela Constituição Federal em seu art. 100.

#### 1.1.3 Débito judicial

Débito judicial é toda obrigação de pagamento, constituída como despesa pública, oriunda de condenação em sentença judicial transitada em julgado, cuja satisfação depende de prévia inclusão no orçamento das entidades de direito público.

### 2. CLASSIFICAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL NO ORÇAMENTO FEDERAL

A inscrição das requisições de pagamento no orçamento da União é resultado de procedimentos administrativos que objetivam classificar os débitos judiciais de acordo com:

- a) a instituição devedora;
- b) a espécie de requisição;
- c) a natureza orçamentária da despesa; e
- d) a forma de pagamento.

Como resultado dessa classificação, os dados são apresentados por meio de bancos de dados que contêm a indicação, individualizada por credor, de todos os elementos exigidos nas normas em vigor.

#### 2.1 Classificação institucional

A classificação institucional compreende os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.

*Lei nº 4.320/64, art. 14: Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a quem será consignado dotações próprias.*

É representada por um código composto de cinco algarismos, sendo que os dois primeiros identificam o órgão e os três últimos, a unidade orçamentária.

Exemplo de codificação => 12.103

1ª e 2ª dígitos => Órgão (12 = Justiça Federal)

3ª a 5ª dígitos => Unidade orçamentária (103 = TRF da 2ª Região)

Essa classificação evidencia as unidades responsáveis pela execução dos créditos consignados no orçamento.

## 2.2 Classificação quanto à espécie da requisição

Débito judicial é gênero de duas espécies: PRECATÓRIOS e REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

### 2.2.1 Requisição de Pequeno Valor (RPV)

Trata-se de requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, que não se submete à sistemática de pagamento por precatório.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I - sessenta salários-mínimos, se a devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II - quarenta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT); e

III - trinta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

### 2.2.2 Precatório (PRC)

É a requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, cujo crédito deve ser incluído no orçamento das entidades de Direito Público, para pagamento ao longo do exercício seguinte.

### 2.3 Classificação quanto à natureza da despesa

A classificação da natureza dos débitos judiciais resulta da conjugação do disposto no *caput* do art. 100 da CF com as demais normas vigentes.

O juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:

I – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (requisição de pequeno valor ou precatório);

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT.

Por conseguinte, a separação dos valores por grupo de natureza de despesa deve sempre estar representada nas classificações das despesas presentes na Lei Orçamentária Anual, subdivididas em despesas de pessoal, outras despesas correntes e inversões financeiras.

Dessa forma, os precatórios e as requisições de pequeno valor são consignados no orçamento da União com as seguintes categorias, exemplificativamente:

a) Natureza alimentícia – Pessoal (art. 100, § 1º A, da CF)

Elemento de despesa: 3.1.90.91

- Salários
- Vencimentos
- Proventos
- Pensões
- Indenizações por morte
- Indenização por invalidez

Observação: excetuam-se dessa classificação os débitos de natureza alimentícia decorrentes de benefícios previdenciários requeridos em face do fundo do regime geral da Previdência Social, que terão a classificação de elemento de despesa 3.3.90.91.

b) Natureza comum – Outras despesas correntes

Elemento de despesa: 3.3.90.91

- Aluguéis
- Contratos
- Outras indenizações
- Repetições de indébito

c) Desapropriação – Inversão financeira

Elemento de despesa: 4.5.90.91

- Desapropriações de imóveis

Para classificação da natureza da despesa orçamentária, deve-se considerar a categoria econômica, o grupo de despesa respectivo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. A classificação da natureza da despesa, conforme o *Manual Técnico de Orçamento*, é composta de:

a) Categoria econômica da despesa, subdividida em:

- Despesa corrente: classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- Despesa de capital: classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital.

b) Grupo de natureza da despesa: agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

c) Modalidade de aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

d) Elemento de despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, dentre outros, de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

Essa classificação é representada por um código composto de seis algarismos (= > **3.1.90.91, 3.3.90.91 ou 4.5.90.91**) como exemplificado a seguir:

**Exemplos de codificação 3.1.90.91:**

1º dígito =>	<b>Categoria econômica</b>	(3 = despesas correntes)
2º dígito =>	<b>Grupo de despesas</b>	(1 = pessoal e encargos sociais)
3º e 4º dígitos =>	<b>Modalidade de aplicação</b>	(90 = aplicação direta)
5º e 6º dígitos =>	<b>Elemento de despesa</b>	(91 = débitos judiciais)

## 2.4 Classificação quanto à forma de pagamento

As regras atuais, introduzidas pela EC nº 30/2000 e regulamentadas pelas resoluções do CJF, permitem as seguintes formas de pagamento:

### 2.4.1 Pagamento em parcela única

Trata-se de regra aplicável aos débitos definidos em lei como de pequeno valor, aos de natureza alimentícia, aos de que trata o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações, aos que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo e aos que decorram de ações iniciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999.

### 2.4.2 Pagamento de forma parcelada

O parcelamento diz respeito, exclusivamente, aos débitos de natureza comum, àqueles não definidos em lei como de pequeno valor, e àqueles originários de desapropriação, pendentes de pagamento na data de promulgação da EC nº 30/2000 e que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

## 3. REGRAS PARA O PARCELAMENTO

### 3.1 Débitos Judiciais da Fazenda Federal

#### 3.1.1 Art. 78, *caput*, do ADCT (EC nº 30/2000):

*Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.*

### 3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos

Em relação aos débitos judiciais da Fazenda Federal sujeitos ao parcelamento, aplicam-se as regras dos atos normativos vigentes, nos seguintes termos:

a - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a esse valor, excetuando-se o resíduo, se houver;

b - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores individualizados ultrapassem o limite imposto à requisição de pequeno valor, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver; e

c - os juros legais, à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela.

### 3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público

No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal, Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), o parcelamento obedecerá ao disposto nos arts. 78 e 87 do ADCT, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo ente federativo.

## 4. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O processo de inclusão dos débitos judiciais no orçamento se dá anualmente nos prazos definidos em lei.

### 4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal

Os procedimentos adotados se baseiam não só nos dispositivos da CF como também nas determinações da LDO e representam, basicamente, os seguintes estágios:

1ª – Proposição orçamentária inicial, proveniente dos TRFs:

Cada unidade gestora (Tribunais Regionais Federais) encaminha, na forma de banco de dados, a relação de dados cadastrais dos precatórios à setorial orçamentária (CJF) para consolidação em um só banco de dados da Justiça Federal.

#### 2ª – Conversão em projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Executivo:

O Conselho da Justiça Federal encaminha os bancos de dados consolidados ao órgão de planejamento do Poder Executivo (Secretaria de Orçamento Federal – SOF – do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) que, por sua vez, consolida as propostas de toda esfera federal e as encaminha, sob forma de projeto de lei, ao Legislativo.

#### 3ª – Aprovação sanção e publicação da LOA:

Aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a proposta orçamentária é transformada em Lei Orçamentária Anual que, promulgada, estima a receita e fixa a despesa.

#### 4ª – Disponibilidade dos respectivos créditos às unidades orçamentárias:

A SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminha, através do Sistema Integrado de Administração Financeira Federal (Siafi), os créditos orçamentários para registro em cada unidade devedora.

Por força do que dispõe a LDO, as dotações orçamentárias das autarquias e das fundações públicas, destinadas ao pagamento de requisições judiciais, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, são integralmente descentralizadas aos tribunais que proferirem as decisões exequêndas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

A referida descentralização é feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da lei orçamentária e dos créditos adicionais.

#### 4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Os recursos orçamentários para pagamento das RPs advêm de estimativas anuais, para inclusão na LOA do exercício seguinte.

Esse procedimento permite que se consigne aos TRFs créditos necessários para atender, no prazo de 60 dias, contados da apresentação no Tribunal, todas as RPs que sejam apresentadas ao longo do exercício.

#### 4.1.2 Precatórios - PRC

No caso dos precatórios, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na LOA de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1ª de julho do ano seguinte (CF, art. 100, § 1º).

Imediatamente após a apresentação dos bancos de dados ao Conselho da Justiça Federal, o Tribunal deverá encaminhar aos órgãos e entidades devedoras a relação de débitos a serem incluídos no orçamento, a fim de que estes verifiquem eventuais divergências a serem comunicadas à SOF/MP, conforme determinado na LDO.

Com a publicação da LOA, os créditos orçamentários são consignados às entidades e descentralizados integralmente aos tribunais, conforme determina a LDO.

Considerando as regras vigentes, os recursos financeiros correspondentes são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao órgão setorial de programação financeira da Justiça Federal para posterior liberação aos tribunais.

#### 4.1.3 Prazos

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina, em seu art. 35, § 2º, II e III, os prazos descritos abaixo:

##### 4.1.3.1 Para o projeto da LDO

*Art. 35, § 2º, II: O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.*

##### 4.1.3.2 Para o projeto da LOA

*Art. 35, § 2º, III: O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.*

Os prazos constitucionais são limites impostos ao encaminhamento dos projetos de lei por parte do chefe do Executivo. Administrativamente, para que os mesmos possam ser

cumpridos, os setores de orçamento definem prazos internos para apresentação das propostas orçamentárias.

Outros prazos definidos para o processamento dos débitos judiciais dizem respeito ao período de inscrição dos requisitórios para pagamento:

a) Para precatórios:

*Art. 100, § 1º, da CF: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (grifo nosso)*

b) Para RPVs:

Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias, fundações de direito público e demais órgãos incluídos no orçamento geral da União, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal.

#### 4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades

##### 4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Em se tratando de débitos judiciais de outras entidades, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas dos respectivos entes da Federação.

##### 4.2.2 Precatórios - PRC

Quanto aos débitos judiciais de outras entidades sujeitos a pagamento por precatório, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao respectivo TRF.

Nesse caso, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na Lei Orçamentária do respectivo ente da Federação de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, superiores

aos limites fixados no art. 87 do ADCT e nas respectivas leis específicas, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1º de julho do ano seguinte.

Encerrado o período previsto na CF (art. 100, § 1º), o TRF encaminhará ofício à entidade devedora, requisitando os recursos financeiros, que deverão estar disponíveis até 31 de dezembro do exercício em cujo orçamento o débito for incluído.

Uma vez publicada a Lei Orçamentária e havendo recurso financeiro disponível, a entidade devedora deverá realizar depósito à disposição do TRF que expediu a requisição de pagamento.

## 5. ESTÁGIOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira dos precatórios e RPs passa por quatro estágios (Lei nº 4.320/64 e Resoluções do CJF):

1º – **Fixação**: compreende o período de inclusão dos débitos no orçamento, descrito no capítulo II, item 4.1 deste *Manual*.

2º – **Empenho**: é o ato emanado de autoridade competente que cria, para a entidade devedora, obrigação de pagamento. Não se admite realização de despesa sem prévio empenho.

3º – **Liquidação**: consiste na apropriação da despesa após a identificação do beneficiário e a verificação do crédito a ser pago, tendo por base o requisitório expedido e os dados cadastrados do débito.

4º – **Depósito**: os valores executados são depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

## 6. RETIFICAÇÕES E DEVOLUÇÕES NO ORÇAMENTO

### 6.1 Retificações

O orçamento, embora seja um instrumento rígido e formal, excepcionalmente está sujeito a retificações durante sua execução. A legislação orçamentária prevê a possibilidade da abertura de créditos adicionais para atender a situações não previstas ou insuficientemente dotadas.

Os recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais, quando não dotados ou insuficientemente dotados, poderão ser acrescidos de créditos adicionais.

Esses créditos adicionais supõem erro na estimativa do índice de correção monetária ou erro material ocorrido no Tribunal. A respectiva obtenção depende de ato legislativo, salvo remanejamento de créditos já existentes e não utilizados.

No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração de natureza do crédito ou outra que implique em aumento da despesa prevista no orçamento, devendo ser cancelada e expedida novamente.

## 6.2 Devoluções

Representam estornos resultantes de cancelamentos totais ou parciais de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, bem como de outras entidades.

Havendo cancelamento de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, o montante originário dos créditos, desde que do mesmo exercício financeiro, retornam à dotação orçamentária correspondente, recolhendo-se ao Tesouro os rendimentos; quando disserem respeito a exercícios anteriores, os respectivos valores e rendimentos também serão recolhidos ao Tesouro.

Havendo cancelamentos de depósitos decorrentes de obrigações de outras entidades, os recursos lhe serão devolvidos, com os rendimentos, independentemente de ocorrerem no mesmo exercício financeiro ou em outro, total ou parcialmente, conforme a abrangência do cancelamento.

## 7. RESTOS A PAGAR E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 7.1 Restos a pagar

Restos a pagar são débitos empenhados, inscritos como obrigações a pagar no exercício financeiro subsequente, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64:

*Art. 36: Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro (...)*

## 7.2 Despesas de exercícios anteriores

*Art. 37 da Lei nº 4.320/64: As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.*

O presidente do Tribunal, como ordenador de despesa, no ano em que as despesas devam ser pagas, é a autoridade competente para, mediante pronunciamento expresso, reconhecer como devido o débito.

### III – PROCEDIMENTOS AFETOS À EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

#### 1. ESPÉCIES DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

As requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos, como visto no item 2.2 do Título II: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

São considerados precatórios as requisições de pagamento cujo valor do crédito por beneficiário, atualizado, seja superior a:

- 60 salários-mínimos, nos casos de entidades federais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 17, § 1º, Lei nº 10259/2001);
- 40 salários-mínimos, nos casos de entidades estaduais e distritais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT); ou
- 30 salários-mínimos para entidades municipais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT).

Os créditos de valores iguais ou inferiores aos limites acima mencionados serão processados por RPV, respeitada a regra estabelecida no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 37/2002.

Se numa mesma ação, a condenação não for uniforme em relação aos litisconsortes, enquadrando-se em relação a alguns dentro do limite da RPV, e quanto a outros exorbitando dele, as requisições de pagamento deverão ser feitas de acordo com o respectivo montante; as execuções que excederem o limite da RPV serão pagas mediante precatório, e aquelas que ficarem dentro desse limite serão pagas por RPV.

Os débitos de pequeno valor subdividem-se entre aqueles provenientes dos juizados especiais federais (JEFs), oriundos de ações que seguiram o rito previsto na Lei nº 10.259/2001 e as Requisições de Pequeno Valor (RPV), originárias das Varas Federais ou Estaduais com competência delegada.

O procedimento e a forma de requisições de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado devem obedecer aos requisitos e forma de processamento previstos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções do Conselho da Justiça Federal; deve também ser observada a regulamentação interna específica dos Tribunais Regionais Federais, se houver.

## **2. PROCEDIMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO**

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da execução e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal e as Resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como a regulamentação interna de cada Tribunal.

### **2.1 Requisições expedidas pelas Varas Comuns Federais e Estaduais:**

Requisitos:

a) Número do processo de execução: informar o número do processo originário da requisição de pagamento. Será informado o número do processo de conhecimento, quando a fase de execução for processada nos mesmos autos e sob o número do processo de execução que deu origem à requisição de pagamento, se processada em outros autos.

b) Data do ajuizamento do processo de conhecimento: informar a data de protocolo da petição inicial da ação de conhecimento. Especial atenção deve ser dada aos casos de execuções provenientes de ações civis públicas, que podem gerar mais de uma execução. A finalidade da data de ajuizamento é definir o parcelamento do precatório.

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data do ajuizamento da ação de execução.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se da relação de direito material que deu causa à ação, a qual já está previamente identificada desde a distribuição do processo, à vista da Tabela de Assuntos.

Esse campo auxilia na fixação da classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento, bem como permite levantamentos estatísticos acerca do tipo de ação que está originando os débitos.

Nem sempre a obrigação mencionada nesse campo corresponde ao crédito requisitado. Por exemplo, numa ação de anulação de lançamento fiscal, a relação material controvertida tem natureza tributária. Se bem sucedida, o efeito da sentença será dúplice: constitutivo-negativa do lançamento fiscal; condenatória da entidade pública em relação aos honorários de advogado. Nesse contexto, a natureza da obrigação a que se refere o pagamento é tributária, mas a requisição de pagamento tem por objeto honorários de advogado, que podem ter natureza alimentícia, dependendo do entendimento do juiz da causa.

Observação: em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT. Se houver, nos autos originários, comprovação de que o imóvel era residencial e único na época da imissão na posse, explicitar na requisição para que o pagamento seja efetuado em duas parcelas.

d) Nomes das partes e de seus procuradores: tanto no PRC quanto na RPV, temos como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão “e outro(s)”, se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e números no CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentar. O reflexo dessa indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3).

Quando os beneficiários, ou um deles, tiverem, numa mesma execução, créditos de natureza comum e créditos de natureza alimentícia, o pagamento deverá ser processado por meio de requisições autônomas.

Se, ao invés disso, uma só requisição for emitida, abrangendo créditos de natureza diferente, será ela processada de acordo com a natureza do crédito principal.

A parcela da condenação, comprometida como honorários de advogado por força de ajuste contratual, não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para os efeitos da espécie de requisição. Conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

g) Espécie da requisição: indicar uma das seguintes espécies (vide capítulo II, item 2.2):

1) RPV: nos casos em que o valor total da execução, de cada beneficiário, não seja superior ao limite do pequeno valor.

2) Precatório: quando o valor total da execução, por beneficiário, for superior ao limite de pequeno valor.

h) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

i) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: este dado se destina à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais, quando da elaboração de proposta orçamentária anual, do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a data do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

j) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: fica vedada a expedição de requisição em execução provisória de sentença (§ 1º do art. 100 da CF).

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data referente no próximo item.

l) Data da preclusão à oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado decisão ou sentença de liquidação:

1) se, após a regular citação ou intimação do devedor, não forem opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos, informar a data da preclusão.

2) se houve embargos à execução ou impugnação aos cálculos, informar a data de trânsito em julgado da decisão que julgou o incidente.

m) Valor total, por beneficiário, do crédito executado:

Em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar:

1) Requisição originária: é aquela que requisita o valor total proposto na execução.

2) Requisição complementar: é aquela utilizada para o pagamento de diferenças:

a) de *juros* resultantes da mora no período entre a data-base do cálculo de liquidação e o dia 1º de julho (data da atualização), quando se tratar de precatório, e se for requisição de pequeno valor, do aludido termo inicial até a data da respectiva apresentação no Tribunal;

b) de *correção monetária*, no período entre a data da sentença de liquidação e o dia 1º de julho (data da apresentação), quando o indexador adotado judicialmente for maior do que o IPCA-E, e se for requisição de pequeno valor, o aludido termo inicial até a respectiva apresentação no Tribunal.

3) Requisição parcial: é aquela expedida para os casos de valor incontroverso, ou seja, o valor não-embargado ou não-impugnado.

4) Requisição suplementar: é aquela emitida para o pagamento de valor residual que deixou de constar da requisição originária porque, sobre a respectiva certeza e liquidez, ainda não havia trânsito em julgado; ou ainda aquela expedida para o pagamento de créditos não incluídos na requisição originária em razão de erro material.

5) Valor total da execução: informar o valor total apurado, por beneficiário, na conta de liquidação em que se baseou a decisão exequenda, ou seja, o valor é o apurado na primeira conta sobre a qual não pairam discussões. Sobre esse valor, na requisição parcial, na complementar ou suplementar, deve ser baseada a fixação do procedimento: precatório ou requisição de pequeno valor.

Na requisição parcial, na complementar e na suplementar, a espécie de requisição, se precatório ou RPV, será identificada pelo valor total da execução na data da primeira requisição.

Quando se tratar de requisições de pagamento parciais, suplementares e complementares, deve ser informado, além do valor a ser pago por beneficiário, o valor total da execução por beneficiário, bem como a data-base, para verificação do cumprimento do § 4º do art. 100 da Constituição Federal, a fim de impedir o fracionamento da execução, de forma a evitar que parte do pagamento se faça por requisição de pequeno valor e parte mediante precatório. Das razões acima expostas, depreende-se que, para fins de classificação da espécie de requisição, deve-se considerar o *valor total do crédito executado por beneficiário*, e não o valor que está sendo requisitado. Conseqüentemente, é facultada a expedição de requisitório complementar ou suplementar, desde que observado o valor total da execução para definição da espécie de requisição.

No caso de requisição de pagamento complementar ou suplementar de valor superior ao limite de 60 salários-mínimos, se a data da primeira requisição, processada como RPV, for anterior a 13.06.2002, não se aplica à vedação contida no § 4º *in fine* do art. 100 da CF, sob pena de cercear o credor de seu direito de receber o crédito. Se posterior, incabível o pagamento hora por PRC ora RPV, devendo ser considerada a totalidade do crédito para definição do procedimento.

## 2.2 Requisições expedidas pelos Juizados Especiais Federais

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da causa e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, na Lei que trata dos juizados especiais federais e nas resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como na regulamentação interna de cada Tribunal, devendo dela constar os seguintes dados:

a) Número do processo: neste campo, deve ser informado o número do processo originário da requisição de pagamento.

b) Data do ajuizamento: informar a data do ajuizamento da ação.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se do assunto da ação. Esta informação auxilia a classificação orçamentária, bem como permite estatísticas acerca do tipo de ação que está originando os débitos. (Vide item 2.1, c, deste capítulo.)

d) Nomes das partes e de seus procuradores: têm-se como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão “e outro(s)”, se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e respectivos números de CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os respectivos CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito a que se refere o pagamento: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentícia. O reflexo desta indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3)

g) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

h) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: esse dado destina-se à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais quando da elaboração do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

i) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão: deve ser informada a referida data. Nos casos de sentença homologatória de acordo, deve ser informada a data da sentença.

## IV – PROCEDIMENTOS ADOTADOS NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

Como já mencionado no item 2.2 do título anterior, as requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos: precatórios (PRC) e requisições de pequeno valor (RPV). De acordo com essa divisão teremos algumas particularidades quando do seu processamento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

### 1. CLASSIFICAÇÃO, VERIFICAÇÃO DOS DADOS OBRIGATÓRIOS E LANÇAMENTO

Este capítulo tem como objetivo traçar somente as principais etapas de processamento e algumas de suas implicações, uma vez que cada Tribunal possui peculiaridades próprias de acordo com a respectiva realidade.

#### 1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios

Um dos requisitos previstos em Resolução do CJF diz respeito à definição da natureza do crédito e da espécie da requisição. Por essa indicação será definido o procedimento a ser adotado no processamento da requisição.

Acrescentamos ainda ser indispensável a verificação, em cada TRF, da existência de eventual modelo a ser utilizado pelo respectivo juízo da execução, uma vez que, tendo por base esse documento, será realizada a análise pelo setor competente.

##### 1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento

Apresentada a requisição de pagamento perante cada Tribunal, essa receberá um número de protocolo, que firmará a ordem cronológica de pagamento, caso atendidos os requisitos legais.

##### 1.1.2 Classificação e análise de dados

O procedimento de classificação e análise de dados representa, primeiramente, a definição da espécie de requisição, se RPV ou PRC, a fim de que a mesma se transforme em um processo e ganhe um número de registro. No caso das RPs, nem todas as Regiões realizam o registro de um processo por requisição recebida, podendo reuni-las em um único expediente para, posteriormente, elaborar a requisição para pagamento mensal.

A análise dos dados implica, também, verificação da ausência de um dos requisitos exigidos por lei e/ou ato normativo, ou a incorreção, quando possível, dos mesmos. Por exemplo, no caso da falta de um dado indispensável, previsto em Resolução, o ofício será devolvido ao juízo de origem para regularização, independentemente de lançamento.

A ausência ou a incorreção de algum campo de preenchimento obrigatório implicará cancelamento do registro da requisição, com a conseqüente devolução da mesma ao juízo da execução, passando a integrar o sistema de dados informatizado do Tribunal somente para fins de consulta.

Na constatação de que todos os dados necessários estão presentes na requisição, esta será analisada à luz de ato normativo, registrada, e terá seus dados lançados no sistema informatizado do Tribunal.

## 1.2 Lançamento

### 1.2.1 Dados de lançamento

No sistema informatizado de cada Tribunal Regional Federal serão lançados os dados referentes ao registro do processo (partes, procuradores, CPF e número), alguns elementos do processo de origem (data de ajuizamento do processo originário, natureza da obrigação ou assunto) e outras informações constantes do ofício requisitório de pagamento (valor solicitado para cada beneficiário com a data dos respectivos cálculos, natureza do crédito e data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão).

Essas informações objetivam a percepção dos créditos por parte dos jurisdicionados, bem como a exatidão dos pagamentos a serem realizados pela Fazenda Pública, com um resultado justo e equilibrado também no cumprimento das decisões judiciais.

Além de todos os elementos fornecidos pelo juízo da execução, os tribunais deverão lançar outros dados que comporão a proposta orçamentária, em cumprimento às definições do Conselho da Justiça Federal, embasadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas determinações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São exemplos: elementos para a classificação do débito judicial no orçamento, código da entidade executada, categoria econômica, grupo e elemento de despesas, modalidade de aplicação, código das Varas no Siafi etc.

### 1.2.2 – Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados

#### a) Requisições de pequeno valor:

Todas as requisições de pagamento de pequeno valor recebidas no Tribunal entre os dias 1º e 30 de determinado mês, se regulares, terão seus dados lançados em bancos de dados que deverão ser encaminhados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, até o sétimo dia útil de cada mês; delas constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, série Especial, calculado pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-E/IBGE), fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até o período de recebimento (1ª a 30 de cada mês) da requisição no Tribunal.

Alguns tribunais divulgam tabela para embasar a verificação de valores, a fim de não haver necessidade de elaboração de novos cálculos antes da requisição.

b) Precatórios:

Todas as requisições de pagamento, cujos procedimentos forem definidos como precatórios, recebidas no Tribunal no período compreendido entre 2 de julho de um ano até 1ª de julho do outro ano, se regulares, terão seus dados lançados e seus créditos incluídos em proposta orçamentária para pagamento no exercício seguinte, a ser encaminhada à SPO/CJF, no prazo definido pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na proposta orçamentária encaminhada por meio de banco de dados, constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo IPCA-E/IBGE, conforme disciplinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até 1ª de julho do ano em que for elaborada a proposta.

## 2. ELABORAÇÃO E TRÂMITE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Todos os procedimentos narrados no item 1 deste capítulo são etapas da elaboração da proposta orçamentária, quer das RPVs quer dos PRCs.

Assim, podemos fixar como etapas da elaboração:

- conferência da requisição de pagamento;
- registro e lançamento dos dados e elementos necessários no sistema informatizado;
- verificação de eventual duplicidade de solicitação do crédito;
- atualização dos valores requisitados; e
- migração para banco de dados.

Em continuação, teremos o seguinte trâmite:

- envio do banco de dados às áreas de orçamento dos TRFs para conferência;

- remessa do banco de dados pela área de orçamento dos TRFs à SPO/CJF;
- conferências, pela SPO/CJF, e consolidação das propostas encaminhadas pelos TRFs, a fim de formar uma ordem cronológica única; e
- remessa da proposta orçamentária pela SPO/CJF à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

### **3. REPASSE DE VERBA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO OU AO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO**

Aprovado o orçamento para o pagamento das decisões judiciais transitadas em julgado, os recursos financeiros são gradativamente liberados e repassados aos tribunais, para que sejam realizados os pagamentos dos créditos solicitados, na estrita ordem cronológica de sua apresentação, sendo que os de natureza alimentícia têm precedência sobre os de natureza comum.

#### **3.1 Atualização monetária e juros**

Após a inclusão em proposta, os valores requisitados serão atualizados a partir de 1º de julho respectivo até a data do efetivo pagamento, conforme preconizado pelo art. 100 da Constituição Federal, pelo mesmo índice utilizado quando da elaboração da proposta orçamentária – o IPCA-E/IBGE.

##### **3.1.1 Atualização monetária**

###### **a) Requisições de Pequeno Valor:**

No caso das RPVs, a atualização dar-se-á a partir do mês anterior ao encerramento da respectiva requisição mensal até o mês do pagamento (com o índice divulgado no mês anterior).

b) Precatórios não parcelados (alimentícios, créditos não superiores ao limite do pequeno valor e créditos superiores a esse limite, cuja ação originária tenha sido proposta após 31/12/1999):

No caso dos precatórios não passíveis de parcelamento, a atualização dar-se-á a partir do mês de encerramento da respectiva proposta orçamentária anual (julho) até o mês em que efetivado o pagamento (com o índice divulgado no mês anterior). O critério será praticamente o mesmo utilizado para as RPVs.

Quanto à transferência do numerário destinado à quitação do débito por parte da Fazenda, este também será depositado em conta remunerada de instituição bancária oficial, da mesma forma que as RPs.

c) Precatórios parcelados (natureza comum, desapropriação e créditos superiores ao limite do pequeno valor, cuja ação originária tenha sido proposta até 31/12/1999):

No caso de parcelamento, devemos atentar para dois pontos específicos: valor mínimo de cada parcela e incidência de juros, de 6% ao ano, a partir da segunda parcela.

c.1) Valor mínimo de cada parcela:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias vem repetindo a cada ano a norma de que nenhuma parcela poderá ser inferior ao limite do pequeno valor, exceto o resíduo. Dessa forma, se tivermos um crédito atualizado de R\$10.000,00 contra a Fazenda Federal, cujo procedimento adotado foi o PRC, mesmo que a natureza desse crédito seja comum, seu pagamento, pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$ 300,00, não será parcelado.

Dispõe ainda o art. 78 do ADCT que o pagamento desses precatórios será feito em até dez parcelas, e não necessariamente em dez. Assim, exemplificativamente, um crédito atualizado de R\$20.000,00 contra a Fazenda Federal, seu pagamento dar-se-á pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$300,00, em duas parcelas. A primeira no valor de R\$18.000,00, além da correção monetária e, a segunda, no valor de R\$2.000,00, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 6% ao ano.

Sempre que alterado o valor do salário-mínimo, os tribunais farão o reparcelamento dos créditos oriundos dos precatórios, automaticamente.

### 3.1.2 Juros

A incidência de juros dar-se-á somente nos casos de precatórios parcelados, a partir do pagamento da segunda parcela até a quitação total do crédito, tendo como termo inicial o mês de janeiro e termo final o mês anterior ao do pagamento, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **V – PROCEDIMENTOS POSTERIORES AOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR**

### **1. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO REQUISITANTE E AS PARTES**

Os depósitos dos valores destinados aos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor serão feitos em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. O Tribunal enviará comunicado desta operação ao juízo da execução, que cientificará as partes.

O juízo da execução deverá comunicar ao Presidente do Tribunal, de imediato, qualquer fato que impeça o saque, a fim de que este determine o bloqueio dos valores até decisão final.

Os saques dos depósitos efetuados pelo Tribunal, sem expedição de alvará, regem-se pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários. Essa modalidade de saque se aplica às requisições de pequeno valor expedidas pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1ª de janeiro de 2005 e aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1ª de julho de 2004, mantido o levantamento por alvará para os precatórios e requisições de pequeno valor, expedidos pelas varas estaduais com competência delegada.

Já o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum dependerá de alvará judicial, a ser expedido mediante a apresentação ao juízo da causa de Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como de Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a entidade pública devedora.

*(Conforme Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Precatórios, visando à uniformização dos procedimentos atinentes ao cumprimento do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 – Processo Administrativo/CJF/STJ nº 2005.16.1748, julgado em 24.02.2005).*

#### 1.1 Imposto de renda retido na fonte

Nos termos da Lei nº 10.833/2003, alterada pela Lei nº 10.865/2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição bancária responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do saque. Fica dispensado da retenção do imposto o beneficiário que declarar, perante a instituição financeira depositária, que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Simples (art. 27, §§ 1ª e 2ª).

## VI – PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CJF

### 1. COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

De acordo com o art. 2ª da Lei nº 8.472/92, as atividades de planejamento, orçamento e finanças, na Justiça Federal, devem ser organizadas em forma de sistema, tendo como órgão central o Conselho da Justiça Federal.

Em cumprimento ao disposto no artigo retro mencionado, foi editada a Resolução nº 94, de 11/06/93, que estabeleceu a organização e as diretrizes básicas de funcionamento do sistema de planejamento, orçamento e finanças da Justiça Federal.

Esse sistema tem como órgão central a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, como órgãos setoriais os Tribunais Regionais Federais e como órgãos seccionais as seções judiciárias.

Ao órgão central do sistema compete coordenar, planejar e orientar as atividades relacionadas com a administração dos recursos orçamentários e financeiros da Justiça Federal de 1ª e 2ª graus e da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

## 1.1 Principais atribuições

### 1.1.1 Atribuições genéricas

a) Promover a padronização e racionalização dos procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais em todos os níveis de atividade do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da Justiça Federal;

b) Propor normas com vistas a regulamentar os atos de administração dos recursos orçamentários e financeiros, bem como sua execução no âmbito da Justiça Federal;

c) Coordenar e orientar as atividades de elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais, de créditos adicionais e das alterações no detalhamento da despesa, bem como a programação financeira de desembolso, de acordo com a legislação pertinente;

d) Examinar, consolidar e encaminhar as propostas orçamentárias ao Secretário-Geral para posterior aprovação pelo Conselho da Justiça Federal e pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;

e) Elaborar e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional a programação financeira da Justiça Federal, com base na legislação vigente;

f) Elaborar e publicar, conforme determinam a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e as Leis de Diretrizes Orçamentárias, o cronograma anual de desembolso mensal dos recursos financeiros da Justiça Federal;

g) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais e Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, com base na programação financeira aprovada e nas prioridades indicadas e apuradas nos cronogramas de desembolso das unidades.

#### 1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais

São também da responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal:

a) Verificar se os bancos de dados relativos aos precatórios da Administração Direta e Indireta, enviados pelos Tribunais Regionais Federais para inclusão na Proposta Orçamentária, estão de acordo com a LDO e as Resoluções do CJF, bem como com a estrutura aprovada em reuniões do Grupo de Trabalho constituído por Portaria do Presidente do Conselho da Justiça Federal;

b) Encaminhar os referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento às determinações das leis de diretrizes orçamentárias;

c) Verificar se os bancos de dados das requisições de pequeno valor, enviadas mensalmente pelos tribunais, estão de acordo com a LDO, Resoluções do Conselho da Justiça Federal, bem como com as recomendações do aludido Grupo de Trabalho;

d) Orientar, analisar, consolidar e encaminhar as solicitações de créditos adicionais relativas às sentenças judiciais transitadas em julgado à Secretaria de Orçamento Federal;

e) Promover a migração dos dados para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) em cumprimento às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

f) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais para pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, com base na programação financeira aprovada e nos cronogramas elaborados por data de autuação, para cumprimento da ordem cronológica.

## **2. ENCAMINHAMENTO DOS BANCOS DE DADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS A SPO/CJF**

### **2.1 Precatórios**

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos aos precatórios à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, observando as exigências da LDO, a estrutura previamente aprovada e o prazo interno estabelecido com base no prazo final estipulado pela LDO, para o envio dos referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal.

## 2.2. Requisições de pequeno valor

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos às requisições de pequeno valor, mensalmente, até o 7º dia útil do mês posterior ao do recebimento, com base na LDO, Resoluções do Conselho, de acordo com a estrutura previamente aprovada.

# 3. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS AOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

## 3.1 Precatórios

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.1 do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará nos tribunais se houve alterações nos bancos de dados de precatórios, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

## 3.2 Requisições de pequeno valor:

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.2. do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará se estão de acordo com a LDO, com as Resoluções do Conselho, bem como com a estrutura predefinida, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

Estão anexadas ao presente *Manual* as normas vigentes.



## **Anexos**



**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

(...)

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

~~§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.~~

~~§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.~~

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

~~§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda

Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

(...)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

*Ulysses Guimarães*, Presidente - *Mauro Benevides*, 1.º Vice-Presidente - *Jorge Arbage*, 2.º Vice-Presidente - *Marcelo Cordeiro*, 1.º Secretário - *Mário Maia*, 2.º Secretário - *Arnaldo Faria de Sá*, 3.º Secretário - *Benedita da Silva*, 1.º Suplente de Secretário - *Luiz Soyer*, 2.º Suplente de Secretário - *Sotero Cunha*, 3.º Suplente de Secretário - *Bernardo Cabral*, Relator Geral - *Adolfo Oliveira*, Relator Adjunto - *Antônio Carlos Konder Reis*, Relator Adjunto - *José Fogaça*, Relator Adjunto - *Abigail Feitosa* - *Acival Gomes* - *Adauto Pereira* - *Ademir Andrade* - *Adhemar de Barros Filho* - *Adroaldo Streck* - *Adylson Motta* - *Aécio de Borba* - *Aécio Neves* - *Afonso Camargo* - *Afif Domingos* - *Afonso Arinos* - *Afonso Sancho* - *Agassiz Almeida* - *Agripino de Oliveira Lima* - *Airton Cordeiro* - *Airton Sandoval* - *Alarico Abib* - *Albano Franco* - *Albérico Cordeiro* - *Albérico Filho* - *Alceni Guerra* - *Alcides Saldanha* - *Aldo Arantes* - *Alécio Dias* - *Alexandre Costa* - *Alexandre Puzyna* - *Alfredo Campos* - *Almir Gabriel* - *Aloisio Vasconcelos* - *Aloysio Chaves* - *Aloysio Teixeira* - *Aluizio Bezerra* - *Aluizio Campos* - *Álvaro Antônio* - *Álvaro Pacheco* - *Álvaro Valle* - *Alysson Paulinelli* - *Amaral Netto* - *Amaury Müller* - *Amilcar Moreira* - *Ângelo Magalhães* - *Anna Maria Rattes* - *Annibal Barcellos* - *Antero de Barros* - *Antônio Câmara* - *Antônio Carlos Franco* - *Antonio Carlos Mendes Thame* - *Antônio de Jesus* - *Antonio Ferreira* - *Antonio Gaspar* - *Antonio Mariz* - *Antonio Perosa* - *Antônio Salim Curiati* - *Antonio Ueno* - *Arnaldo Martins* - *Arnaldo Moraes* - *Arnaldo Prieto* - *Arnold Fioravante* - *Arolde de Oliveira* - *Artenir Werner* - *Artur da Távola* - *Asdrubal Bentes* - *Assis Canuto* - *Átila Lira* - *Augusto Carvalho* - *Áureo Mello* - *Basilio Villani* - *Benedicto Monteiro* - *Benito Gama* - *Beth Azize* - *Bezerra de Melo* - *Bocayuva Cunha* - *Bonifácio de Andrada* - *Bosco França* - *Brandão Monteiro* - *Caio Pompeu* - *Carlos Alberto* - *Carlos Alberto Caó* - *Carlos Benevides* - *Carlos Cardinal* - *Carlos Chiarelli* - *Carlos Cotta* - *Carlos De'Carli* - *Carlos Mosconi* - *Carlos Sant'Anna* - *Carlos Vinagre* - *Carlos Virgílio* - *Carrel Benevides* - *Cássio Cunha Lima* - *Célio de Castro* - *Celso Dourado* - *César Cals Neto* - *César Maia* - *Chagas Duarte* - *Chagas Neto* - *Chagas Rodrigues* - *Chico Humberto* - *Christóvam Chiaradia* - *Cid Carvalho* - *Cid Sabóia de Carvalho* - *Cláudio Ávila* - *Cleonâncio Fonseca* - *Costa Ferreira* - *Cristina Tavares* - *Cunha Bueno* - *Dálton Canabrava* - *Darcy Deitos* - *Darcy Pozza* - *Daso Coimbra* - *Davi Alves Silva* - *Del Bosco Amaral* - *Delfim Netto* - *Délio Braz* - *Denisar Arneiro* - *Dionisio Dal Prá* - *Dionísio Hage* - *Dirce Tutu Quadros* - *Dirceu*

Carneiro - Divaldo Suruagy - Djenal Gonçalves - Domingos Juvenil - Domingos Leonelli - Doreto Campanari - Edésio Frias - Edison Lobão - Edivaldo Motta - Edme Tavares - Edmilson Valentim - Eduardo Bonfim - Eduardo Jorge - Eduardo Moreira - Egídio Ferreira Lima - Elias Murad - Eliel Rodrigues - Eliézer Moreira - Enoc Vieira - Eraldo Tinoco - Eraldo Trindade - Erico Pegoraro - Ervin Bonkoski - Etevaldo Nogueira - Euclides Scalco - Eunice Michiles - Evaldo Gonçalves - Expedito Machado - Ézio Ferreira - Fábio Feldmann - Fábio Raunheitti - Farabulini Júnior - Fausto Fernandes - Fausto Rocha - Felipe Mendes - Feres Nader - Fernando Bezerra Coelho - Fernando Cunha - Fernando Gasparian - Fernando Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Fernando Lyra - Fernando Santana - Fernando Velasco - Firmo de Castro - Flavio Palmier da Veiga - Flávio Rocha - Florestan Fernandes - Floriceno Paixão - França Teixeira - Francisco Amaral - Francisco Benjamim - Francisco Carneiro - Francisco Coelho - Francisco Diógenes - Francisco Dornelles - Francisco Küster - Francisco Pinto - Francisco Rollemberg - Francisco Rossi - Francisco Sales - Furtado Leite - Gabriel Guerreiro - Gandi Jamil - Gastone Righi - Genebaldo Correia - Genésio Bernardino - Geovani Borges - Geraldo Alckmin Filho - Geraldo Bulhões - Geraldo Campos - Geraldo Fleming - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gerson Marcondes - Gerson Peres - Gidel Dantas - Gil César - Gilson Machado - Gonzaga Patriota - Guilherme Palmeira - Gumercindo Milhomem - Gustavo de Faria - Harlan Gadelha - Haroldo Lima - Haroldo Sabóia - Hélio Costa - Hélio Duque - Hélio Manhães - Hélio Rosas - Henrique Córdova - Henrique Eduardo Alves - Heráclito Fortes - Hermes Zaneti - Hilário Braun - Homero Santos - Humberto Lucena - Humberto Souto - Iberê Ferreira - Ibsen Pinheiro - Inocência Oliveira - Irajá Rodrigues - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Irma Passoni - Ismael Wanderley - Israel Pinheiro - Itamar Franco - Ivo Cersósimo - Ivo Lech - Ivo Mainardi - Ivo Vanderlinde - Jacy Scanagatta - Jairo Azi - Jairo Carneiro - Jalles Fontoura - Jamil Haddad - Jarbas Passarinho - Jayme Paliarin - Jayme Santana - Jesualdo Cavalcanti - Jesus Tajra - Joaci Góes - João Agripino - João Alves - João Calmon - João Carlos Bacelar - João Castelo - João Cunha - João da Mata - João de Deus Antunes - João Herrmann Neto - João Lobo - João Machado Rollemberg - João Menezes - João Natal - João Paulo - João Rezek - Joaquim Bevilacqua - Joaquim Francisco - Joaquim Hayckel - Joaquim Sucena - Jofran Frejat - Jonas Pinheiro - Jonival Lucas - Jorge Bornhausen - Jorge Hage - Jorge Leite - Jorge Uequed - Jorge Vianna - José Agripino - José Camargo - José Carlos Coutinho - José Carlos Grecco - José Carlos Martinez - José Carlos Sabóia - José Carlos Vasconcelos - José Costa - José da Conceição - José Dutra - José Egreja - José Elias - José Fernandes - José Freire - José Genoíno - José Geraldo - José Guedes - José Ignácio Ferreira - José Jorge - José Lins - José Lourenço - José Luiz de Sá - José Luiz Maia - José Maranhão - José Maria Eymael - José Maurício - José Melo - José Mendonça Bezerra - José Moura - José Paulo Bisol - José Queiroz - José Richa - José Santana de Vasconcellos - José Serra - José Tavares - José Teixeira - José Thomaz Nonô - José Tinoco - José Ulisses de Oliveira - José Viana - José Yunes - Jovanni Masini - Juarez Antunes - Júlio Campos - Júlio Costamilan - Jutahy Júnior - Jutahy Magalhães - Koyu Iha - Lael Varella - Lavoisier Maia - Leite Chaves - Lélío Souza - Leopoldo Peres - Leur Lomanto - Levy Dias - Lézio Sathler - Lídice da Mata - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lúcia Braga - Lúcia Vânia - Lúcio Alcântara - Luís Eduardo - Luís Roberto Ponte - Luiz Alberto Rodrigues - Luiz Freire - Luiz Gushiken - Luiz Henrique - Luiz Inácio Lula da Silva - Luiz Leal - Luiz Marques - Luiz Salomão - Luiz Viana - Luiz Viana Neto - Lysâneas Maciel - Maguito Vilela - Maluly Neto - Manoel Castro - Manoel Moreira - Manoel Ribeiro - Mansueto de Lavor - Manuel Viana - Márcia Kubitschek - Márcio Braga - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marcondes Gadelha - Marcos Lima - Marcos Queiroz - Maria de Lourdes Abadia - Maria Lúcia - Mário Assad - Mário Covas - Mário de Oliveira - Mário Lima - Marluce Pinto - Matheus Iensen - Mattos Leão - Maurício Campos - Maurício Correa - Maurício Fruet - Maurício Nasser - Maurício Pádua - Maurílio Ferreira Lima - Mauro Borges - Mauro Campos - Mauro Miranda - Mauro Sampaio - Max Rosenmann - Meira Filho - Melo Freire - Mello

Reis - Mendes Botelho - Mendes Canale - Mendes Ribeiro - Messias Góis - Messias Soares - Michel Temer - Milton Barbosa - Milton Lima - Milton Reis - Miraldo Gomes - Miro Teixeira - Moema São Thiago - Moysés Pimentel - Mozarildo Cavalcanti - Mussa Demes - Myrian Portella - Nabor Júnior - Naphtali Alves de Souza - Narciso Mendes - Nelson Aguiar - Nelson Carneiro - Nelson Jobim - Nelson Sabrá - Nelson Seixas - Nelson Wedekin - Nelton Friedrich - Nestor Duarte - Ney Maranhão - Nilso Sguarezi - Nilson Gibson - Nion Albernaz - Noel de Carvalho - Nyder Barbosa - Octávio Elísio - Odacir Soares - Olavo Pires - Olívio Dutra - Onofre Corrêa - Orlando Bezerra - Orlando Pacheco - Oscar Corrêa - Osmar Leitão - Osmir Lima - Osmundo Rebouças - Osvaldo Bender - Osvaldo Coelho - Osvaldo Macedo - Osvaldo Sobrinho - Oswaldo Almeida - Oswaldo Trevisan - Ottomar Pinto - Paes de Andrade - Paes Landim - Paulo Delgado - Paulo Macarini - Paulo Marques - Paulo Mincarone - Paulo Paim - Paulo Pimentel - Paulo Ramos - Paulo Roberto - Paulo Roberto Cunha - Paulo Silva - Paulo Zarzur - Pedro Canedo - Pedro Ceolin - Percival Muniz - Pimenta da Veiga - Plínio Arruda Sampaio - Plínio Martins - Pompeu de Sousa - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Bezerra - Raimundo Lira - Raimundo Rezende - Raquel Cândido - Raquel Capiberibe - Raul Belém - Raul Ferraz - Renan Calheiros - Renato Bernardi - Renato Johnsson - Renato Vianna - Ricardo Fiuza - Ricardo Izar - Rita Camata - Rita Furtado - Roberto Augusto - Roberto Balestra - Roberto Brant - Roberto Campos - Roberto D'Ávila - Roberto Freire - Roberto Jefferson - Roberto Rollemberg - Roberto Torres - Roberto Vital - Robson Marinho - Rodrigues Palma - Ronaldo Aragão - Ronaldo Carvalho - Ronaldo Cezar Coelho - Ronan Tito - Ronaro Corrêa - Rosa Prata - Rose de Freitas - Rospide Netto - Rubem Branquinho - Rubem Medina - Ruben Figueiró - Ruberval Pilotto - Ruy Bacelar - Ruy Nedel - Sadie Hauache - Salatiel Carvalho - Samir Achôa - Sandra Cavalcanti - Santinho Furtado - Sarney Filho - Saulo Queiroz - Sérgio Brito - Sérgio Spada - Sérgio Werneck - Severo Gomes - Sigmaringa Seixas - Sílvio Abreu - Simão Sessim - Siqueira Campos - Sólon Borges dos Reis - Stélio Dias - Tadeu França - Telmo Kirst - Teotonio Vilela Filho - Theodoro Mendes - Tito Costa - Ubiratan Aguiar - Ubiratan Spinelli - Uldurico Pinto - Valmir Campelo - Valter Pereira - Vasco Alves - Vicente Bogo - Victor Faccioni - Victor Fontana - Victor Trovão - Vieira da Silva - Vilson Souza - Vingt Rosado - Vinicius Cansanção - Virgildásio de Senna - Virgílio Galassi - Virgílio Guimarães - Vitor Buaiz - Vivaldo Barbosa - Vladimir Palmeira - Wagner Lago - Waldec Ornélas - Waldyr Pugliesi - Walmor de Luca - Wilma Maia - Wilson Campos - Wilson Martins - Ziza Valadares.

Participantes: Álvaro Dias - Antônio Britto - Bete Mendes - Borges da Silveira - Cardoso Alves - Edivaldo Holanda - Expedito Júnior - Fadah Gattass - Francisco Dias - Geovah Amarante - Hélio Gueiros - Horácio Ferraz - Hugo Napoleão - Iturival Nascimento - Ivan Bonato - Jorge Medauar - José Mendonça de Moraes - Leopoldo Bessone - Marcelo Miranda - Mauro Fecury - Neuto de Conto - Nivaldo Machado - Oswaldo Lima Filho - Paulo Almada - Prisco Viana - Ralph Biasi - Rosário Congro Neto - Sérgio Naya - Tidei de Lima.

In Memoriam: Alair Ferreira - Antônio Farias - Fábio Lucena - Norberto Schwantes - Virgílio Távora.

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000**

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.100. ....”

“§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.”(NR)

“§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.” (AC)\*

“§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.”(NR)

“§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”(NR)

“§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.” (AC)

“§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.” (AC)

Art. 2º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 78, com a seguinte redação:

“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos." (AC)

"§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor." (AC)

"§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora." (AC)

"§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse." (AC)

"§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação." (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 2000

### **Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado Michel Temer

Presidente

Deputado Heráclito Fortes

1º Vice-Presidente

Deputado Severino Cavalcanti

2º Vice-Presidente

Deputado Ubiratan Aguiar

1º Secretário

Deputado Nelson Trad

2º Secretário

Deputado Jaques Wagner

3º Secretário

Deputado Efraim Morais

4º Secretário

**Mesa do Senado Federal**

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente

Senador Geraldo Melo

1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade

2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima

1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio

2º Secretário

Senador Nabor Júnior

3º Secretário

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002**

Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal

e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:*

*Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subseqüentes:*

"Art. 100. ....

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

....."(NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de junho de 2002

**Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado AÉCIO NEVESPresidente

Deputado BARBOSA NETO2º Vice-Presidente

Deputado NILTON CAPIXABA2º Secretário

Deputado PAULO ROCHA3º Secretário  
Secretário

Deputado CIRO NOGUEIRA4º Secretário

**Mesa do Senado Federal**

Senador RAMEZ TEBETPresidente

Senador EDISON LOBÃO1º Vice-Presidente

Senador CARLOS WILSON1º Secretário

Senador ANTERO PAES DE BARROS2º

Senador RONALDO CUNHA LIMA3º Secretário

Senador MOZARILDO CAVALCANTI4º Secretário

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.**

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como réus, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subseqüentemente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta Lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigirem as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos, contados a partir da publicação desta Lei, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Paulo de Tarso Tamos Ribeiro*

*Roberto Brant*

*Gilmar Ferreira Mendes*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.**

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 27. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal.

§ 1º Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no SIMPLES.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o **caput** será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

~~§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte e apresentar à Secretaria da Receita Federal a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF.~~

~~§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de janeiro de 2004.~~

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

I - os pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica beneficiária e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

III - a indicação do advogado da pessoa física ou jurídica beneficiária. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de fevereiro de 2004 (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

(...)

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.**

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004;

e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do **caput** deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I - os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II - na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III - por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II - aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e restabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e semelhantes, inclusive **day trade**, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados às seguintes alíquotas:

I - 20% (vinte por cento), no caso de operação **day trade**;

II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.

§ 1º As operações a que se refere o **caput** deste artigo, exceto **day trade**, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre os seguintes valores:

I - nos mercados futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;

II - nos mercados de opções, o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;

III - nos contratos a termo:

a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento, a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;

b) com liquidação exclusivamente financeira, o valor da liquidação financeira previsto no contrato;

IV - nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo:

I - não se aplica às operações de exercício de opção;

II - aplica-se às operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto os valores mobiliários e ativos referidos no inciso IV do § 1º deste artigo, bem como às operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa.

§ 3º As operações **day trade** permanecem tributadas, na fonte, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Fica dispensada a retenção do imposto de que trata o § 1º deste artigo cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

§ 5º Ocorrendo mais de uma operação no mesmo mês, realizada por uma mesma pessoa, física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma dos valores de imposto incidente sobre todas as operações realizadas no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º Fica responsável pela retenção do imposto de que tratam o § 1º e o inciso II do § 2º deste artigo a instituição intermediadora que receber diretamente a ordem do cliente, a bolsa que registrou as operações ou entidade responsável pela liquidação e compensação das operações, na forma regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:

I - deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;

II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes;

III - compensado na declaração de ajuste se, após a dedução de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, houver saldo de imposto retido;

IV - compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

§ 8º O imposto de renda retido na forma do § 1º deste artigo deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente à data da retenção.

Art. 3º Ficam isentos do imposto de renda:

I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;

II - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Art. 4º Não se aplica o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei às pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, aos investidores estrangeiros referidos no art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e às entidades ou fundos optantes pelo regime especial de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, que permanecem sujeitos às normas previstas na legislação vigente.

Art. 5º Na transferência de titularidade de ações negociadas fora de bolsa, sem intermediação, a entidade encarregada de seu registro deverá exigir o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração do alienante sobre a inexistência de imposto devido, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

§ 1º Quando a transferência for efetuada antes do vencimento do prazo legal para pagamento do imposto devido, a comprovação de que trata o **caput** deste artigo deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o vencimento do referido prazo, ao final do qual, caso não tenha sido realizada, a entidade deverá comunicar o fato à Secretaria da Receita Federal na forma e prazo por ela regulamentados.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a entidade à multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 6º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

§ 12. ....

.....

XII - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

....." (NR)

"Art. 28. ....

.....

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

....." (NR)

Art. 7º As pessoas jurídicas que auferirem as receitas de que trata o inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ficam obrigadas a instalar equipamento emissor de cupom fiscal em seus estabelecimentos, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

Art. 8º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 3º (terceiro) e 4º (quarto) trimestres-calendário de 2004, apurar o Imposto de Renda com base no lucro real trimestral, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 2 (dois) primeiros trimestres, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 9º Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

I - de 1º de janeiro de 2004 a 30 de setembro de 2004: quinzenal; e

II - a partir de 1º de outubro de 2004: mensal.

.....” (NR)

Art. 10. Os itens 1 e 2 da alínea c do inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. ....

I - .....

.....

c) .....

1. em relação aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2004 até 30 de setembro de 2004: até o último dia útil do decêndio subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores; e

2. em relação aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de outubro de 2004: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;

.....” (NR)

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no inciso I do § 10 do art. 8º e no inciso I do caput do art. 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, será facultado o lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento para a realização de operações com os valores mobiliários de que tratam os referidos incisos, desde que seja mantido controle, em separado, pela instituição interveniente, dos valores mobiliários adquiridos por intermédio das contas correntes de depósito à vista e de investimento. (Vigência)

§ 1º Os valores referentes à liquidação das operações com os valores mobiliários de que trata o **caput** deste artigo, adquiridos por intermédio de lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento, serão creditados ou debitados a essa mesma conta.

§ 2º As instituições intervenientes deverão manter controles em contas segregadas que permitam identificar a origem dos recursos que serão investidos em ações e produtos derivados provenientes da conta corrente e da conta para investimento.

Art. 12. Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que o excluir do parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que tratam os arts. 1º e 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mediante publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Fica dispensada a publicação de que trata o **caput** deste artigo nos casos em que for dada ciência ao sujeito passivo pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 13. Fica instituído o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, nos termos desta Lei.

Art. 14. As vendas de máquinas, equipamentos e outros bens, no mercado interno, ou a sua importação, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação.

§ 1º A suspensão do Imposto de Importação e do IPI converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 2º A suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS converte-se em operação, inclusive de importação, sujeita a alíquota 0 (zero) após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 3º A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso.

§ 4º A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional.

§ 5º A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTO, dentro do prazo fixado nos §§ 1º e 2º deste artigo, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável.

§ 6º A transferência a que se refere o § 5º deste artigo, previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, a adquirente também enquadrado no REPORTO será efetivada com dispensa da cobrança dos tributos suspensos desde que, cumulativamente:

I - o adquirente formalize novo termo de responsabilidade a que se refere o § 3º deste artigo;

II - assuma perante a Secretaria da Receita Federal a responsabilidade pelos tributos e contribuições suspensos, desde o momento de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 7º O Poder Executivo relacionará as máquinas, equipamentos e bens objetos da suspensão referida no **caput** deste artigo.

Art. 15. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos e os procedimentos para habilitação dos beneficiários ao REPORTO.

Art. 16. O REPORTO aplica-se às aquisições e importações efetuadas até 31 de dezembro de 2007.

Art. 17. As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

Art. 18. Por um prazo de 10 (dez) anos a contar da vigência da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino seja porto localizado na Região Norte e Nordeste do país, exceto para as embarcações de casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis, cujo prazo será de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 19. O levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial somente poderá ocorrer mediante a apresentação ao juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo:

I - aos créditos de natureza alimentar, inclusive honorários advocatícios;

II - aos créditos de valor igual ou inferior ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.

Art. 21. Os arts. 13, 19 e 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. ....

§ 1º A falta de pagamento de 2 (duas) prestações implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa da União ou o

prosseguimento da execução, vedado o parcelamento, com exceção do previsto no § 2º deste artigo.

§ 2º Salvo o disposto no art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, "que trata de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências", será admitido o parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observado o seguinte:

I - ao formular o pedido de parcelamento, o devedor deverá comprovar o recolhimento de valor correspondente a 20% (vinte por cento) do débito consolidado;

II - rescindido o parcelamento, novas concessões somente serão aceitas no caso de o pedido vir acompanhado de comprovação do recolhimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do débito consolidado;

III - aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de parcelamento, naquilo que não o contrariar, as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei." (NR)

"Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

.....

§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente, reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, hipótese em que não haverá condenação em honorários, ou manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.

.....

§ 4º A Secretaria da Receita Federal não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 5º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso." (NR)

"Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

.....

§ 2º Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

.....

§ 4º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no **caput** deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.” (NR)

Art. 22. O art. 17 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. ....

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo.” (NR)

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - na hipótese dos arts. 1º a 5º e 7º, a partir de 1º de janeiro de 2005;

II - na hipótese do art. 11, a partir de 1º de outubro de 2004;

III - na data de sua publicação, nas demais hipóteses.

Art. 24. Ficam revogados o art. 63 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a partir de 1º de janeiro de 2005, e o § 2º do art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Brasília, 21 de dezembro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

(...)

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

(...)

Brasília, 4 de maio de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Pedro Malan*

*Martus Tavares*

## **RESOLUÇÃO Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2005.**

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2005, resolve:

### **Título I**

#### **Das Requisições de Pagamento**

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, e seus honorários sucumbenciais deverão ser considerados como parcela autônoma, não sujeita ao rateio entre credores para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado.

§1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

§2º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação

das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

## Título II

### Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O Juízo da execução, em se tratando de precatório, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. *No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão causa mortis, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.*

### Título III

#### Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. *Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.*

§1º *Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.*

§2º *Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará.*

§3º *Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.*

Art. 18. *O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.*

Art. 19. *Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.*

Art. 20. *Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará pelo Juízo da execução.*

### Título IV

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. *O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.*

Art. 22. Ficam revogadas as Resoluções nºs 263, de 21 de maio de 2002; 271, de 08 de agosto de 2002; 373, de 25 de maio de 2004; 399, de 26 de outubro de 2004, e 429, de 14 de abril 2005.

Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
Presidente

## **RESOLUÇÃO Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2005.**

Aprova a revisão do Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2004160655, em sessão de 30 de maio de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do anexo Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Art. 2º A Secretaria do Conselho da Justiça Federal incumbir-se-á da impressão do Manual e de sua remessa a todos os juízes federais de primeiro e segundo graus.

Art. 3º O Manual deverá ser disponibilizado, por meio da *internet*, na página do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
**Presidente**

## **Resolução nº 559**



*Conselho da Justiça Federal*  
**RESOLUÇÃO Nº 559, DE 26 DE JUNHO 2007.**

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada em 15 de junho de 2007, resolve:

**Título I**

**Das Requisições de Pagamento**

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§ 1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§ 2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§ 3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



## *Conselho da Justiça Federal*

– ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, quando se tratar de honorários sucumbenciais, e seus honorários devem ser considerados como parcela integrante do valor devido a cada credor para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§ 1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 4º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado, bem como qualquer cessão de crédito, não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor, ou tampouco altera o número de parcelas do precatório comum, devendo ser somado ao valor do requerente para fins de cálculo da parcela.

§ 3º Em se tratando de RPV com renúncia, o valor devido ao requerente somado aos honorários contratuais não pode ultrapassar o valor máximo para tal modalidade de requisição.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;



## *Conselho da Justiça Federal*

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado;

XI - em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes, nome e número no CPF ou no CNPJ de seu procurador;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;



## *Conselho da Justiça Federal*

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão;

IX – em havendo destaque de honorários contratuais ou cessão parcial de crédito, os valores do credor originário, advogado ou cessionário, deverão ser solicitados na mesma requisição, em campo próprio ou utilizado outro meio que permita a vinculação.

§ 2º As requisições de pagamento parceladas que contenham destaques para honorários contratuais e cessão de crédito deverão conter apenas um autor com seus respectivos destaques.

§ 3º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

## **Título II**

### **Da Ordem Cronológica de Pagamento**

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O juiz da execução, em se tratando de precatórios ou requisições de pequeno valor, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.



## *Conselho da Justiça Federal*

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§ 1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§ 2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão *causa mortis*, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

## **Título III**

### **Do Saque e Levantamento dos Depósitos**

Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

§ 1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.

§ 2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará ou meio equivalente.

§ 3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.

Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.

Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.



## *Conselho da Justiça Federal*

Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará ou meio equivalente pelo Juízo da execução.

### **Título IV**

#### **Disposições Finais e Transitórias**

Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 1º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.

Art. 22. O § 2º do art. 6º, o inciso XI do art. 6º e o inciso IX do § 1º do art. 6º, bem como o art. 12 em sua nova redação, entram em vigor no dia 02 de julho de 2007.

Art. 23. Revoga-se a Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 e demais disposições em contrário.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

**Ministro BARROS MONTEIRO**  
Presidente

Publicada no Diário Oficial da União  
Em 28/06/2007 Seção I pág. 123

## **Parecer Legal**

São Paulo, 23 de maio de 2008

**Ao**  
**DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO**  
Av. Brig. Faria Lima, 3900 – 14º andar  
04538-132 - São Paulo - SP

Ref.: Cessão de Precatório da Rio Brilhante S.A.

Prezados Senhores:

Este parecer tem por objeto a análise da validade da constituição e da cessão ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II (o “Fundo”) de direitos creditórios originalmente da Rio das Pedras Participações S.A (sucessora das sociedades Destilaria Rio Brilhante S.A, Agropecuária Itapirú S.A e AIRAM Administração e Participações S.A) (“Cedente Original”) contra a União Federal, oriundos do processo nº.91.18260-5 movido pela Cedente Original (na época Destilaria Rio Brilhante S.A) contra a União Federal, e que tramitou perante a 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal (os “Direitos Creditórios”), que após processo executivo nº 2000.34.00.030313-8 resultou em precatório que será objeto de cessão ao Fundo (o “Precatório”).

Tais Direitos Creditórios foram cedidos pela Cedente Original ao Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Deutsche Bank”) em 05 de outubro de 2007, por meio de Escritura Pública de Cessão de Direitos Creditórios (a “Escritura de Cessão ao Deutsche Bank”). O Deutsche Bank cederá os Direitos Creditórios ao Fundo também por meio de Escritura Pública de Cessão de Direitos Creditórios (a “Escritura de Cessão ao Fundo”).

#### **1. Premissas**

As conclusões contidas nos itens 2 e 3 abaixo estão baseadas nas seguintes premissas:

(a) A Escritura de Cessão ao Fundo terá substancialmente os mesmos termos da Escritura de Cessão Deutsche Bank.

(b) Todas as declarações e garantias prestadas pela Cedente Original e pelo Deutsche Bank na Escritura de Cessão ao Deutsche Bank eram verdadeiras na data da Escritura de Cessão ao Deutsche Bank e continuam verdadeiras na data deste parecer.

(c) Todas as declarações e garantias a serem prestadas pelo Deutsche Bank e pelo Fundo na Escritura de Cessão ao Fundo serão verdadeiras na data da Escritura de Cessão ao Fundo.

## **2. Da Constituição dos Direitos Creditórios**

De acordo com a tese defendida pela Cedente Original, a União Federal (por intermédio do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, e, posteriormente, da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento e, por fim, pelo Ministro da Fazenda) praticou uma política de fixação de preços dos produtos do setor sucro-alcooleiro, lastreada pela Lei nº 4.870/65.

A Lei nº 4.870/65, em seus artigos 9, 10 e 11 dispôs sobre os critérios para a fixação de preços no setor sucro-alcooleiro. A referida apuração de preços foi realizada periodicamente, através de pesquisas contábeis e outras técnicas complementares, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, efetivamente, durante a vigência da lei efetuou os levantamentos técnicos e estimou o preço dos produtos do setor sucro-alcooleiro. Ressalte-se que a FGV foi contratada pelo próprio IAA para a apuração dos preços a serem praticados.

Entretanto, em diversas oportunidades o preço fixado pela União Federal encontrava-se dissonante com o apurado na pesquisa técnica realizada pela FGV.

Assim, a tese encampada nas diversas ações de indenização propostas não só pela Cedente Original, mas por demais integrantes do setor sucro-alcooleiro, consistiu em demandar a União Federal pelos prejuízos sofridos em decorrência da fixação dos preços dos produtos abaixo dos preços indicados pela FGV, em dissonância com os critérios previstos na Lei nº 4.870/65.

Os Direitos Creditórios são decorrentes de ação indenizatória ajuizada pela Cedente Original em 30 de julho de 1991. Em 15 de fevereiro de 2000, a União Federal foi considerada responsável pela indenização em decisão final transitada em julgado.

Em 17 de abril de 2000, a Cedente Original promoveu a execução de sentença, sendo que a União Federal opôs os Embargos à Execução. Os Embargos à Execução foram julgados improcedentes, com decisão transitada em julgado em 27 de novembro de 2002, razão pela qual o juízo encarregado da execução determinou a expedição do Precatório no montante de R\$ 88.991.365,31, em março de 2003.

Com relação à decisão acima mencionada, que determinou a expedição do precatório, resta pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o Agravo de Instrumento interposto pela União Federal, em 26 de maio de 2006, contra a decisão que não admitiu o Recurso Extraordinário interposto contra o acórdão que negou provimento ao Recurso Especial. Entendemos como remota a probabilidade de êxito da União Federal no julgamento deste recurso.

Em 28 de fevereiro de 2002, a União Federal ajuizou a Ação Rescisória nº 2002.01.00.007078-0 fundamentada em alegação de violação literal de lei, requerendo a reforma da decisão de mérito. O Tribunal Regional Federal da Primeira Região julgou extinto o processo, em razão do reconhecimento da decadência do direito da União para propositura da ação rescisória, na medida em que não teria sido proposta dentro do prazo de dois anos contados do trânsito em julgado da sentença de mérito.

Contra tal decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, sendo que o Recurso Especial foi admitido e remetido ao Superior Tribunal de Justiça enquanto o Recurso Extraordinário não foi admitido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Contra a decisão que não admitiu o Recurso Extraordinário a União Federal interpôs Agravo de Instrumento.

Nesse ponto, cumpre ressaltar que a partir da análise da documentação relacionada à ação indenizatória, verificou-se que o trânsito em julgado da decisão final ocorreu em 15 de fevereiro de 2000, sendo que a ação rescisória foi proposta pela União Federal somente em 28 de fevereiro de 2002, ou seja, após o período de dois anos, razão pela qual a ação rescisória foi considerada intempestiva.

Em 10 de julho de 2003, o Precatório foi apresentado para pagamento e já houve o pagamento de quatro parcelas. Não obstante o pagamento das parcelas mencionadas, a União Federal propôs Medida Cautelar a fim de obter a suspensão do levantamento dos valores depositados judicialmente em razão do Precatório expedido. A referida Medida Cautelar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto Agravo Regimental que deverá ser julgado em conjunto com o Recurso Especial acima mencionado.

O precatório é uma ordem judicial determinando o pagamento de importância em que a Fazenda Pública foi condenada. É o resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa o direito de receber um valor pecuniário devido pela Fazenda Pública. Trata-se de uma cobrança que o Poder Executivo tem a obrigação constitucional de honrar. O artigo 100 da Constituição Federal dispõe que *“é obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente”*. Ressalte-se que no caso concreto, o Precatório foi apresentado e teve seus primeiros pagamentos realizados, conforme descrito no item 2 acima.

À luz do exposto acima, concluímos que os Direitos Creditórios foram validamente constituídos e reconhecidos em sentença condenatória proferida em processo civil, caracterizando assim título executivo judicial apto a servir de base para execução por quantia certa.

### 3. Da Cessão do Crédito

Nos termos do Artigo 78 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000:

*“Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos”.*

O Precatório objeto deste parecer enquadra-se na hipótese prevista no Artigo 78 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias e, portanto, a cessão dos Direitos Creditórios nele representados goza de permissão legal expressa.

A Escritura de Cessão ao Deutsche Bank é instrumento válido, eficaz e vinculante, tendo tido como efeito a cessão dos Direitos Creditórios ao Deutsche Bank, que então passou a ser titular dos Direitos Creditórios para todos os fins. Ressalte-se que em 07 de janeiro de 2008, a referida cessão foi comunicada ao juízo competente no âmbito do processo de execução. A Escritura de Cessão ao Fundo, na forma como apresentada a nós, é instrumento hábil e eficaz para dar efeito à cessão dos Direitos Creditórios pelo Deutsche Bank ao Fundo.

À luz do exposto acima, concluímos pela validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.

Este parecer está sendo fornecido a V.Sas. estritamente para os fins previstos no artigo 7º, § 1º, da Instrução nº 444 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, de 8 de dezembro de 2006, e não deverá ser utilizada para qualquer outro fim ou enviada a qualquer terceiro sem nossa autorização prévia expressa.

Atenciosamente,

SOUZA, CESCUN AVEDISSIAN BARRIEU E FLESCH - ADVOGADOS

*Fundo*  
**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados**  
**Precatórios Federais DB II**  
CNPJ nº 10.288.809/0001-14

*Administradora e Distribuidor*  
**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e**  
**Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ nº 36.113.876/0001-91  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13,  
grupo 205 Cep: 22640-100  
Rio de Janeiro – RJ]

*Custodiante*  
**Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**  
CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º a  
15º andares  
04538-132  
São Paulo – SP

*Empresa de Auditoria*  
**KPMG Auditores Independentes**  
CNPJ/MF 57.755.217/0001-29  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar  
04530-904  
São Paulo – SP

*Agência de Classificação de Risco*  
**Austin Rating Serviços Financeiros Ltda**  
CNPJ/MF nº 03.016.560/0001-22  
R. Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar  
04542-000  
São Paulo - SP

*Assessor Legal*  
**Motta, Fernandes Rocha Advogados**  
CNPJ nº 35.808.211/0001-30  
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar  
01419-002  
São Paulo – SP